

# RELATÓRIO E CONTAS

1T13



**Nota:** A informação financeira consolidada contida neste reporte é baseada em Demonstrações Financeiras não auditadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), tal como adotadas pela União Europeia.

## Índice

0. O nosso negócio	4
1. Resultados Consolidados	5
2. Optimus	7
2.1. Negócio Móvel da Optimus	7
2.1.1. Indicadores Operacionais	7
2.1.2. Indicadores Financeiros	8
2.2. Negócio Fixo da Optimus	9
2.2.1. Indicadores Operacionais	9
2.2.2. Indicadores Financeiros	10
3. Software e Sistemas de Informação (SSI)	11
3.1. Indicadores Operacionais	11
3.2. Indicadores Financeiros	12
4. <i>Online e Media</i>	13
5. Principais Desenvolvimentos Regulatórios no 1T12	14
6. Principais Desenvolvimentos Corporativos no 1T12	14
7. Eventos subsequentes	16
8. Outros Indicadores	17
9. Informação Financeira	21
9.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonaecom SGPS	21
9.2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	29
9.3. Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom SGPS	83
9.4. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais	90

## Destaques

Receitas Consolidadas de 194,1 milhões de euros

EBITDA de 61,6 milhões de euros

EBITDA-CAPEX Operacional de 37,5 milhões de euros

Resultado Líquido de 18,4 milhões de euros

Rácio da Dívida Líquida face ao EBITDA de 1,4x

## Mensagem do CEO

*"No primeiro trimestre de 2013 foram dados passos fundamentais na concretização da fusão da Optimus com a Zon: a elaboração e aprovação unânime do projeto de fusão nos respetivos Conselhos, a aprovação entusiástica pelas Assembleias Gerais, os pareceres claramente positivos da ANACOM e da ERC e a aprovação da derrogação de OPA pela CMVM. Aguarda-se exclusivamente a aprovação da Autoridade da Concorrência para que seja finalmente possível concretizar a operação que, estou certo, abrirá um período novo e promissor para o nosso negócio de telecomunicações.*

*Apesar do contexto recessivo e das limitações à ação competitiva impostas pelo processo de fusão, a atividade dos negócios manteve-se em linha com as melhores expectativas, com destaque para a boa performance da WeDo e da Optimus que permitiram a continuação da evolução positiva da nossa rentabilidade."*

Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom

## O nosso negócio

No 1T13, as Receitas da Sonaecom beneficiaram com o desempenho positivo da SSI, que registou Receitas de Serviços recorde, que mais do que compensaram a queda das Vendas de Equipamento. Este desempenho positivo na linha de receitas, aliado à estrutura de custos cada vez mais otimizada da Optimus, permitiu aumentar o EBITDA em 2,2% face ao ano anterior, para 61,6 milhões de euros. De forma consistente, tanto o EBITDA-CAPEX Operacional como o FCF (numa base comparável), evoluíram positivamente face ao mesmo período do ano passado.

A rentabilidade operacional da Optimus manteve a tendência de evolução positiva, aumentando 1,4% face ao ano passado, para 59,2 milhões de euros, assente nas nossas medidas de eficiência. Em particular, gostaríamos de destacar a margem EBITDA do negócio móvel da Optimus, que ascendeu a 47,5%, mais 5,4pp face ao 1T12.

Na SSI, as receitas aumentaram quase 10% e a margem de rentabilidade aumentou 3,1pp, para 13,0%. A WeDo Technologies continuou o seu percurso de crescimento, com as receitas internacionais a representar 80,9% do Volume de Negócios, um feito assinalável que evidencia o nível de expansão internacional da empresa.

Para 2013, antecipamos um ambiente macroeconómico desafiante, com impacto negativo em todos os negócios da Optimus e algumas áreas da SSI. No entanto, e apesar dos constrangimentos competitivos que a aprovação regulatória pendente da fusão com a ZON nos impõe, esperamos continuar a mitigar os efeitos deste contexto negativo.

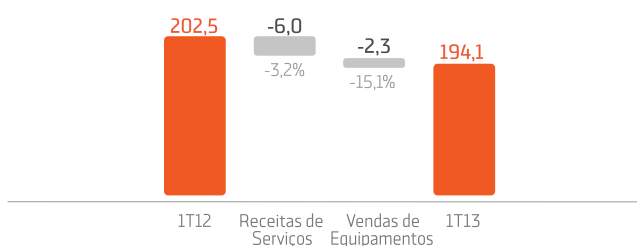
## 1. Resultados Consolidados

### Volume de Negócios

O Volume de Negócios Consolidado ascendeu a 194,1 milhões de euros no 1T13, 4,1% abaixo do 1T12, em resultado de uma diminuição de 3,2% nas Receitas de Serviços e uma diminuição de 15,1% nas Vendas de Equipamentos.

O Volume de Negócios da Optimus foi impactado pelas tarifas reguladas (tarifas de terminação móvel e *roaming in*) e pelo ambiente económico de austeridade em Portugal, que continuou a ter um efeito negativo nos níveis de consumo. Excluindo o efeito das tarifas reguladas, de 4,4 milhões de euros, o Volume de Negócios Consolidado diminuiu 1,9% face ao 1T12.

Na SSI, o aumento significativo de 24,4% nas Receitas de Serviços mais do que compensou a queda verificada nas Vendas de Equipamento da Bizdirect, motivada pelo ambiente macroeconómico. Como tal, a SSI registou, no 1T13, o seu maior nível de Receitas de Serviços.

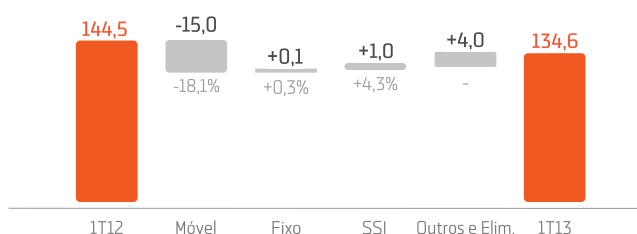


### Custos Operacionais

Os Custos Operacionais ascenderam a 134,6 milhões de euros, menos 6,8% face ao 1T12.

Os Custos Operacionais da Sonaecom beneficiaram do programa transversal de otimização da Optimus. Em resultado de várias iniciativas, a Optimus tem conseguido reduzir a sua estrutura de custos, enquanto maximiza a eficiência e eficácia dos recursos. O modelo operacional da Optimus continuou a mostrar resultados relevantes no 1T13, com poupanças a ascender a mais de 11 milhões de euros, resultando numa redução de custos de 9,3% face ao 1T12.

Entre o 1T12 e o 1T13, os Custos Operacionais, como percentagem do Volume de Negócios, diminuíram 2,1pp, evidenciando que a tendência registada no Volume de Negócios foi mais do que compensada pela redução dos Custos Operacionais.

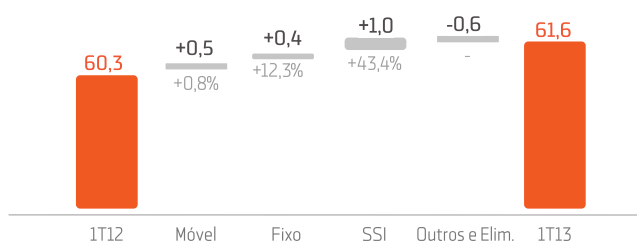


### EBITDA

Em resultado do nosso desempenho em termos de receitas e custos operacionais, o EBITDA Consolidado aumentou 2,2% no 1T13, para 61,6 milhões de euros.

Os negócios da Optimus e da SSI registaram uma evolução positiva ao nível do EBITDA, o que assume particular relevância dado o enquadramento macroeconómico.

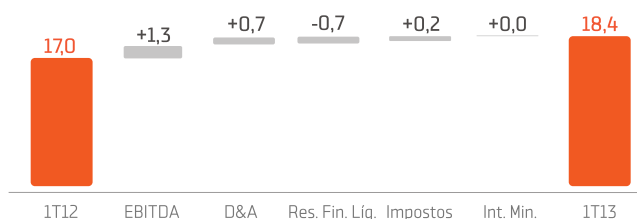
A margem EBITDA aumentou 2,0pp, de 29,8% para 31,7%.



### Resultado Líquido

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo ascendeu a 18,4 milhões de euros, um aumento de 8,5% quando comparado com o 1T12, em resultado de uma melhoria do desempenho ao nível do EBITDA e de um menor nível de amortizações e depreciações.

A evolução do Resultado Financeiro Líquido foi impactada pelo menor nível de

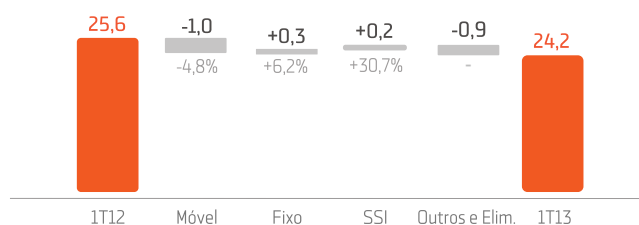


Proveitos Financeiros no 1T13 quando comparado com o 1T12. O impacto da linha de impostos foi positivo, embora de forma menos expressiva, continuando a beneficiar do reconhecimento de impostos diferidos ativos.

### CAPEX Operacional

O CAPEX Operacional diminuiu 5,4% entre o 1T12 e o 1T13. No seguimento do desenvolvimento da infraestrutura de 4G em 2012, a rede LTE da Optimus cobre mais de 80% da população portuguesa. Além disto, é também de realçar que a Optimus possui de longe a maior cobertura de 150Mbps.

No seguimento do esforço de investimento realizado em 2012, o CAPEX situa-se agora a um nível mais regular. Devido à performance do Volume de Negócios, o CAPEX Operacional como percentagem do Volume de Negócios diminuiu apenas 0,2pp para os 12,5%.

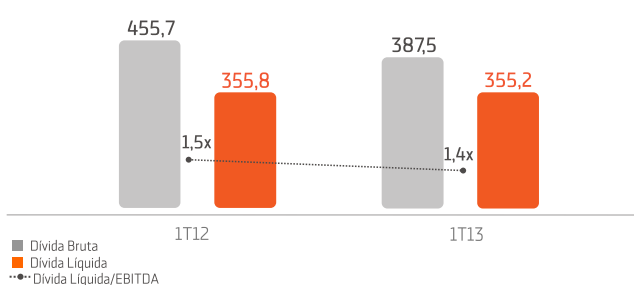


### Estrutura de Capital

No 1T13, a Dívida Líquida Consolidada atingiu os 355,2 milhões de euros, o que compara com 355,8 milhões de euros, referentes ao 1T12.

O rácio da Dívida Líquida face ao EBITDA diminuiu de 1,5x para 1,4x, motivado principalmente pela melhoria ao nível do EBITDA entre os dois períodos.

No 1T13, as linhas de crédito disponíveis ascenderam a 415 milhões de euros, enquanto o custo médio *all-in* da dívida atingiu os 3,11%.



### Free cash flow (FCF)

O FCF atingiu os 12,4 milhões de euros negativos no 1T13, impactado: (i) pelo pagamento de 5,0 milhões de euros relativo à operação de securitização; (ii) pelo pagamento de 6,0 milhões de euros durante o mês de janeiro, referente à aquisição de espectro; (iii) pelo pagamento de 11,9 milhões de euros devidos a fees regulatórios relativos a 2012 do ICP-ANACOM (normalmente pagos no mesmo ano); e (iv) pelo pagamento de 1,0 milhões de euros relativos a um diferimento referente à aquisição da Connectiv Solutions.

Excluindo estes efeitos, o FCF do 1T13 ascendeu a 11,5 milhões de euros, um aumento de 11,7% face aos 10,3 milhões de euros alcançados no 1T12 em termos comparáveis (excluindo o pagamento relativo à aquisição do espectro e a operação de securitização).

## 2. Optimus

Base de clientes pós-pagos a crescer face ao 1T12 (excluindo clientes e-iniciativas)

EBITDA da Optimus a alcançar 59,2 milhões de euros, mais 1,4% face ao ano anterior

Margem EBITDA do negócio móvel a ascender a 47,5% no 1T13

EBITDA – CAPEX Operacional da Optimus móvel a aumentar 4,0% face ao 1T12

### 2.1. Negócio móvel da Optimus

Num contexto de mercado com crescentes dificuldades, a Optimus continuou a alcançar os seus objetivos em áreas como o 4G, a notoriedade da marca, dados móveis, convergência, inovação e experiência do cliente.

Na sequência de um período de intenso investimento, a Optimus oferece, atualmente, a melhor experiência de acesso e mobilidade aos clientes, adaptando os seus produtos e serviços às necessidades do mercado. Os resultados alcançados evidenciam, claramente, os objetivos atingidos. Durante o 1T13, a penetração de clientes 4G na nossa base duplicou quando comparada com o 4T12, aumentando tanto no segmento pessoal como empresarial. Adicionalmente, no final do 1T13, a tecnologia 4G representava já 10% do tráfego efetuado através de *smartphones*, assim como 20% do tráfego efetuado através dos nossos produtos Kanguru.

A penetração de *smartphones* continuou a aumentar, crescendo 5,8pp entre o 1T12 e o 1T13.

#### 2.1.1. Indicadores Operacionais

NEG. MÓVEL - INDIC. OPERACIONAIS	1T12	1T13	Δ 13/12	4T12	q.o.q.
Clientes (EoP) ('000)	3.609,9	3.507,1	-2,8%	3.568,6	-1,7%
Clientes pré-pagos ('000)	2.398,5	2.328,4	-2,9%	2.379,5	-2,2%
Clientes pós-pagos ('000)	1.211,3	1.178,7	-2,7%	1.189,1	-0,9%
Adições Líquidas ('000)	-29,5	-61,6	-108,7%	2,33	-
Receitas Dados como % Rec. Serviços	31,3%	31,0%	-0,3pp	31,6%	-0,6pp
Receitas Dados não SMS como % Rec. Dados	76,4%	79,2%	2,7pp	75,9%	3,2pp
Total #SMS/mês/Cliente	40,6	39,2	-3,5%	42,2	-7,2%
MOU <sup>(1)</sup> (min.)	122,2	120,7	-1,2%	124,5	-3,1%
ARPU <sup>(2)</sup> (euros)	12,0	11,0	-8,6%	11,4	-3,5%
Cliente	10,6	10,1	-4,8%	10,3	-1,7%
Interligação	1,4	0,9	-36,8%	1,1	-19,9%
ARPM <sup>(3)</sup> (euros)	0,10	0,09	-7,5%	0,09	-0,5%

(1) Minutos de Utilização por Cliente por mês; (2) Receita Média Mensal por Utilizador; (3) Receita Média por Minuto.

#### Base de Clientes

A base de clientes da Optimus alcançou 3,51 milhões de subscritores, menos 2,8% face ao 1T12. Esta redução deveu-se à já esperada erosão do programa e-iniciativas, assim como ao impacto das medidas de austeridade em Portugal, especialmente no segmento pessoal.

Não obstante, a Optimus tem registado progressos em algumas áreas importantes da sua estratégia. A penetração de clientes servidos pela tecnologia 4G tem crescido consideravelmente, tanto no segmento pessoal como empresarial. Além disso, o grau de adoção do novo plano ilimitado “smart”, lançado em janeiro de 2013, tem crescido de forma assinalável, representando já cerca de 10% da base de clientes pós-pagos no final do 1T13.

Assim, a base de clientes pós-pagos da Optimus ascendeu a 1,18 milhões, menos 2,7% face ao ano passado, devido inteiramente ao efeito do programa e-iniciativas. Excluindo este efeito, a base de clientes pós-pagos da Optimus aumentou entre o 1T12 e o 1T13.

No 1T13, tanto os Minutos de Utilização por Cliente por mês (MOU) como o total de SMS por mês por cliente diminuíram, respetivamente, 1,2% e 3,5%, em contraste com o aumento do consumo de dados através de *smartphones*.

A receita média por cliente ou ARPU nos clientes do móvel situou-se em 11,0 euros. A queda registada neste trimestre explica-se pelas menores receitas de interligação, com um decréscimo de 1,4 euros para 0,9 euros e a uma menor faturação mensal por cliente, que desceu de 10,6 euros para 10,1 euros.

### Dados e banda larga móvel

As receitas de dados representaram 31,0% das receitas de serviços no 1T13, ou seja, menos 0,3pp quando comparado com o 1T12. Contudo, o impacto do fim do programa e-iniciativas nas receitas de dados foi totalmente compensado pelo aumento da penetração de *smartphones*, que cresceu 5,8pp.

É importante realçar que o peso de dados não-SMS no 1T13 aumentou 2,7pp, para 79,2%.

No primeiro trimestre de 2013, a Optimus continuou a impulsionar a utilização de dados através da sua ampla oferta de *smartphones* e banda larga móvel. De acordo com a última informação disponibilizada pelo ICP-ANACOM, a Optimus contava, no final do 4T12, com uma quota de mercado de tráfego de dados de 44,4%, mais de 10pp de avanço face ao seu concorrente mais próximo.

## 2.1.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1T12	1T13	$\Delta$ 13/12	4T12	q.o.q.
<b>NEGÓCIO MÓVEL - DEM. RESULTADOS</b>					
<b>Volume de Negócios</b>	<b>131,5</b>	<b>117,6</b>	<b>-10,6%</b>	<b>128,6</b>	<b>-8,5%</b>
Receitas de Serviço	127,0	113,6	-10,5%	118,3	-4,0%
Receitas de Clientes	111,9	104,2	-6,8%	106,6	-2,2%
Receitas de Operadores	15,1	9,4	-38,1%	11,7	-20,3%
Vendas de Equipamento	4,5	4,0	-11,4%	10,2	-61,1%
Outras Receitas	6,8	6,2	-9,4%	7,1	-13,6%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>82,9</b>	<b>67,9</b>	<b>-18,1%</b>	<b>84,6</b>	<b>-19,7%</b>
Custos com Pessoal	12,0	10,6	-11,9%	11,2	-5,6%
Custos Diretos de Serviços Prestados <sup>(1)</sup>	29,5	23,1	-21,7%	25,7	-10,0%
Custos Comerciais <sup>(2)</sup>	13,6	9,7	-28,9%	22,6	-57,3%
Outros Custos Operacionais <sup>(3)</sup>	27,8	24,6	-11,6%	25,1	-2,2%
<b>EBITDA</b>	<b>55,4</b>	<b>55,8</b>	<b>0,8%</b>	<b>51,1</b>	<b>9,3%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>42,1%</b>	<b>47,5%</b>	<b>5,4pp</b>	<b>39,7%</b>	<b>7,7pp</b>
CAPEX Operacional <sup>(4)</sup>	19,8	18,9	-4,8%	24,6	-23,2%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	15,1%	16,0%	1,0pp	19,1%	-3,1pp
EBITDA - CAPEX Operacional	35,5	37,0	4,0%	26,5	39,4%
<b>CAPEX Total</b>	<b>19,8</b>	<b>18,9</b>	<b>-4,8%</b>	<b>24,6</b>	<b>-23,2%</b>

(1) Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros.

### Volume de Negócios

O Volume de Negócios do móvel diminuiu 10,6% no 1T13, para 117,6 milhões de euros, devido a uma redução de 10,5% nas Receitas de Serviço e uma diminuição de 11,4% nas Vendas de Equipamento. A queda nas Receitas de Serviço deveu-se a uma combinação de menores Receitas de Clientes e menores Receitas de Operadores. Mantendo a tendência já verificada no final de 2012, as Receitas de Clientes diminuíram 6,8% face ao 1T12, para 104,2 milhões de euros. No entanto, é de notar que a tendência de queda estabilizou no 1T13 quando comparada com os trimestres anteriores. A evolução das Receitas de Clientes foi sobretudo afetada pelo final do programa e-iniciativas e pelo impacto

negativo do ambiente de austeridade nos níveis de consumo, especialmente no segmento pessoal, e o consequente impacto na fatura mensal.

No mesmo período, as Receitas de Operadores diminuíram 38,1%, para 9,4 milhões de euros, devido, maioritariamente ao menor nível de tarifas de terminação móvel.

### Custos Operacionais

Os Custos Operacionais do móvel diminuíram 18,1% face ao 1T12, para 67,9 milhões de euros, devido, principalmente, a uma redução de 21,7% nos Custos Diretos de Serviços Prestados, fruto de menores custos de interligação, devido às menores tarifas de terminação móvel, assim como ao menor número de linhas alugadas e custos de rede, já que a Optimus continua a reduzir a dependência de infraestruturas alugadas. Os Custos Comerciais diminuíram 28,9% devido a uma combinação de menores custos de publicidade e de vendas de equipamentos (em resultado de menores vendas de equipamentos e de subsídio de terminais). Os Outros Custos Operacionais desceram 11,6%, como consequência de menores custos gerais e administrativos.

### EBITDA

O EBITDA do móvel aumentou 0,8% face ao 1T12, para 55,8 milhões de euros, devido inteiramente a uma diminuição dos Custos Operacionais, que mais do que compensaram a tendência de evolução negativa das Receitas. Em contraciclo com o mercado, a margem EBITDA alcançou 47,5% neste trimestre, o que compara com 42,1% no 1T12, um aumento de 5,4pp. Este desempenho continua a posicionar a Optimus como um *benchmark* entre os operadores móveis.

### EBITDA-CAPEX Operacional

Devido a um maior nível de EBITDA e um menor CAPEX Operacional, o EBITDA-CAPEX Operacional aumentou 4,0% face ao ano passado, para 37,0 milhões de euros.

## 2.2. Negócio fixo da Optimus

### 2.2.1. Indicadores Operacionais

NEG. FIXO - INDIC. OPERACIONAIS	1T12	1T13	$\Delta$ 13/12	4T12	q.o.q.
<b>Total de Acessos</b>	<b>363.965</b>	<b>330.019</b>	<b>-9,3%</b>	<b>334.939</b>	<b>-1,5%</b>
<b>Corporate e PME's</b>	<b>155.246</b>	<b>157.585</b>	<b>1,5%</b>	<b>158.472</b>	<b>-0,6%</b>
PTSN/RDIS	111.136	113.914	2,5%	114.798	-0,8%
Banda Larga	33.545	30.487	-9,1%	30.998	-1,6%
Outros	10.565	13.184	24,8%	12.676	4,0%
<b>Residencial</b>	<b>208.719</b>	<b>172.434</b>	<b>-17,4%</b>	<b>176.467</b>	<b>-2,3%</b>
PTSN/RDIS	94.059	69.646	-26,0%	72.505	-3,9%
Banda Larga	78.017	65.942	-15,5%	67.542	-2,4%
TV	36.643	36.846	0,6%	36.420	1,2%
Receita Média por Acesso - Retalho	23,0	22,0	-4,4%	22,3	-1,2%

### Base de Clientes

Apesar do efeito negativo das condições macroeconómicas desafiantes durante o 1T13 e a consequente pressão no segmento de PMEs e Corporate, a Optimus aumentou o número de acessos entre o 1T12 e o 1T13, para 158 mil.

Dado que cada vez mais empresas têm vindo a suprir as suas necessidades de banda larga recorrendo à tecnologia móvel, nomeadamente ao 4G, o número de acessos de banda larga diminuiu 9,1% face ao 1T12, por este efeito de substituição fixo-móvel.

O número total de acessos recuou 9,3% para 330 mil, totalmente explicado pelo decréscimo de 17,4% no segmento residencial.

## 2.2.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1T12	1T13	Δ 13/12	4T12	q.o.q.
NEGÓCIO FIXO - DEM. RESULTADOS	1T12	1T13	Δ 13/12	4T12	q.o.q.
<b>Volume de Negócios</b>	<b>53,4</b>	<b>53,9</b>	<b>0,9%</b>	<b>60,9</b>	<b>-11,5%</b>
Receitas de Serviço	52,4	52,6	0,4%	59,4	-11,4%
Receitas de Clientes	24,0	20,2	-15,6%	21,2	-4,4%
Receitas de Operadores	28,4	32,4	13,9%	38,2	-15,3%
Vendas de Equipamento	1,0	1,3	28,2%	1,5	-14,6%
Outras Receitas	0,2	0,2	18,8%	0,5	-56,9%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>50,5</b>	<b>50,6</b>	<b>0,3%</b>	<b>57,7</b>	<b>-12,2%</b>
Custos com Pessoal	1,0	0,9	-8,6%	0,9	-0,3%
Custos Diretos de Serviços Prestados <sup>(1)</sup>	37,3	38,8	4,2%	44,2	-12,2%
Custos Comerciais <sup>(2)</sup>	3,6	3,5	-3,3%	3,2	8,6%
Outros Custos Operacionais <sup>(3)</sup>	8,7	7,4	-14,2%	9,3	-20,3%
<b>EBITDA</b>	<b>3,1</b>	<b>3,4</b>	<b>12,3%</b>	<b>3,7</b>	<b>-7,2%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>5,7%</b>	<b>6,4%</b>	<b>0,6pp</b>	<b>6,1%</b>	<b>0,3pp</b>
CAPEX Operacional <sup>(4)</sup>	4,3	4,5	6,2%	4,7	-4,7%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	8,0%	8,4%	0,4pp	7,8%	0,6pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-1,2	-1,1	9,4%	-1,0	-4,3%
<b>CAPEX Total</b>	<b>4,3</b>	<b>4,5</b>	<b>6,2%</b>	<b>4,7</b>	<b>-4,7%</b>

(1) Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros.

### Volume de Negócios

O Volume de Negócios do fixo aumentou 0,9% face ao 1T12, para 53,9 milhões de euros, devido quase inteiramente a um aumento de 13,9% nas Receitas de Operadores, que registaram o segundo melhor trimestre de sempre. Tal como a variação positiva registada já em 2012, as Receitas de Operadores cresceram devido a um aumento do tráfego, apesar do decréscimo dos preços de tráfego *wholesale*. Apesar de ter um impacto residual, as Vendas de Equipamento também contribuíram positivamente para o Volume de Negócios, tendo aumentado 28,2% entre o 1T12 e o 1T13, para 1,3 milhões de euros. Mais uma vez, as receitas do negócio fixo da Optimus registaram uma evolução anual positiva, com o crescimento a ser originado nos mercados *wholesale* e empresarial, compensando o comportamento negativo do mercado residencial.

### Custos Operacionais

Os Custos Operacionais do fixo mantiveram-se estáveis entre o 1T13 e o período homólogo de 2012. Os Custos Comerciais diminuíram 3,3%, devido a menores custos de marketing e vendas. Os Outros Custos Operacionais diminuíram 14,2%, devido a menores Despesas Gerais e Administrativas e Custos de Outsourcing. Em relação aos Custos Diretos de Serviços Prestados, o aumento de 4,2% está relacionado com o desempenho positivo das Receitas de Operadores.

### EBITDA

O EBITDA do fixo aumentou 12,3%, para 3,4 milhões de euros. A margem EBITDA cresceu 0,6pp, de 5,7% para 6,4%, apesar do maior peso de Receitas de Operadores.

### EBITDA-CAPEX Operacional

Apesar do maior nível de CAPEX Operacional, o EBITDA-CAPEX Operacional aumentou 9,4% face ao 1T12, para 1,1 milhões de euros negativos, devido exclusivamente ao maior EBITDA.

### 3. Software e Sistemas de Informação

A WeDo Technologies continuou a expandir a sua presença internacional focando-se, em simultâneo, na aquisição de novos projetos na área de *business assurance*. Esta empresa, que conta com mais de 180 clientes em 80 países, terminou o 1T13 com um crescimento de 60,1% das receitas internacionais, as quais já representam 80,9% do total do seu Volume de Negócios.

No seguimento da aquisição efetuada nos EUA, a WeDo tem beneficiado de um maior enfoque e especialização nas áreas de *Managed Services* e *SaaS*, agora com um conhecimento profundo e uma presença forte no mercado norte americano.

O aumento verificado na rentabilidade da empresa veio reforçar a base que permitirá fortalecer a sua posição enquanto líder global no setor de *business assurance*.

Especializada em *IT management*, segurança e continuidade de negócio, a Mainroad conseguiu, apesar das desafiantes condições de mercado, melhorar a sua rentabilidade operacional em 2,7% face ao 1T12.

A Saphety reforçou a sua posição como líder de soluções de simplificação e automatização de processos no mercado interno. Atualmente, a estratégia de internalização é o maior foco da empresa, tendo, neste âmbito, sido criada a SaphetyBrasil no início de 2013. As receitas internacionais totalizaram 13% do total de Volume de Negócios no 1T13.

O Volume de Negócios da Bizdirect, devido ao ambiente macroeconómico, apresentou uma queda no 1T13. No entanto, a Empresa está a alargar o seu portfólio e a reforçar a sua posição no mercado de soluções de IT, o que foi enriquecido com a aquisição de ativos e competências na integração de soluções da Microsoft. É de notar que as receitas internacionais da Bizdirect no 1T13 representaram 25,8% do seu Volume de Negócios.

#### 3.1. Indicadores Operacionais

SSI - INDICADORES OPERACIONAIS	1T12	1T13	$\Delta$ 13/12	4T12	q.o.q.
Receitas Serv. IT/Colaboradores <sup>(1)</sup> ('000 euros)	33,0	35,9	8,7%	35,8	0,4%
Vendas Equipamento em % Vol. Negócios	26,3%	16,3%	-10,1pp	18,8%	-2,5pp
Vendas Equipam./Colaborador <sup>(2)</sup> ('000 euros)	303,9	139,3	-54,2%	162,7	-14,4%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	4,3	5,3	24,0%	7,5	-29,4%
Colaboradores	561	649	15,7%	641	1,2%

(1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento; (2) Bizdirect.

As Receitas de Serviço IT por colaborador alcançaram os 35,9 milhares de euros no 1T13, 8,7% acima do 1T12, com o crescimento das Receitas de Serviço a mais do que compensar o aumento de 15,7% no número de colaboradores.

As Vendas de Equipamento como percentagem do Volume de Negócios diminuíram de 26,3% para 16,3%, devido à evolução das Vendas de Equipamento na Bizdirect.

### 3.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1T12	1T13	$\Delta$ 13/12	4T12	q.o.q.
SSI CONSOLIDADO - DEM. RESULTADOS					
<b>Volume de Negócios</b>	<b>24,2</b>	<b>26,5</b>	<b>9,4%</b>	<b>26,9</b>	<b>-1,3%</b>
Receitas de Serviço	17,8	22,2	24,4%	21,8	1,7%
Vendas de Equipamento	6,4	4,3	-32,3%	5,0	-14,4%
Outras Receitas	0,5	0,3	-52,7%	0,7	-62,6%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>22,4</b>	<b>23,3</b>	<b>4,3%</b>	<b>22,7</b>	<b>2,7%</b>
Custos com Pessoal	7,1	8,9	25,5%	6,9	29,8%
Custos Comerciais <sup>(1)</sup>	6,5	4,5	-30,4%	5,1	-11,7%
Outros Custos Operacionais <sup>(2)</sup>	8,7	9,8	13,0%	10,7	-7,8%
<b>EBITDA</b>	<b>2,4</b>	<b>3,5</b>	<b>43,4%</b>	<b>4,8</b>	<b>-28,6%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>9,9%</b>	<b>13,0%</b>	<b>3,1pp</b>	<b>18,0%</b>	<b>-5,0pp</b>
CAPEX Operacional <sup>(3)</sup>	0,8	1,0	30,7%	3,2	-68,8%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	3,2%	3,8%	0,6pp	11,9%	-8,2pp
EBITDA - CAPEX Operacional	1,6	2,4	49,4%	1,6	50,9%
<b>CAPEX Total</b>	<b>0,8</b>	<b>1,4</b>	<b>84,9%</b>	<b>3,2</b>	<b>-55,8%</b>

(1) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (3) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros.

#### Volume de Negócios

Entre o 1T12 e o 1T13, o Volume de Negócios da SSI apresentou um crescimento significativo de 9,4%, atingindo os 26,5 milhões de euros, com a performance das Receitas de Serviço a compensar fortemente a queda das Vendas de Equipamento. É de realçar que as Receitas de Serviço do trimestre registaram um nível recorde na SSI, com um crescimento de 24,4%. A queda da Venda de Equipamentos na Bizdirect é unicamente explicada pelo impacto negativo do ambiente macroeconómico no setor, dado que o programa e-iniciativas foi suspenso pelo Governo Português antes do 1T12.

A evolução positiva das Receitas de Serviço beneficiou do impacto positivo gerado pela Connectiv Solutions, cuja aquisição ocorreu em maio de 2012, altura em que os seus resultados passaram a ser consolidados nas contas da SSI. Excluindo a contribuição da Connectiv Solutions, as Receitas de Serviço da SSI alcançaram 20,7 milhões de euros, 16,3% acima do nível registado no 1T12.

#### Custos Operacionais

Os Custos Operacionais da SSI registaram um aumento de 4,3% no 1T13, para 23,3 milhões de euros, em resultado do aumento de Custos com Pessoal e Outros Custos Operacionais. Os Custos com Pessoal cresceram 25,5%, devido, maioritariamente, ao crescimento da WeDo Technologies e à integração dos colaboradores da Connectiv Solutions. A diminuição de 30,4% no nível de Custos Comerciais é um resultado direto do menor nível de custos com vendas na Bizdirect, o qual diminuiu quase 36% face ao ano anterior. O aumento de Outros Custos Operacionais está maioritariamente relacionado com um maior nível de custos de subcontratação necessários para suportar o acrescido nível de atividade em todas as empresas da SSI.

#### EBITDA

No 1T13, o EBITDA alcançou 3,5 milhões de euros, 43,4% acima do nível do 1T12. Esta evolução foi obtida exclusivamente através de um aumento das Receitas de Serviço, que mais do que compensou o maior nível de Custos Operacionais. A margem EBITDA evoluiu de 9,9% para 13,0%, isto é, mais 3,1 p.p.

O mix de receitas na SSI e a melhoria de escala das empresas que constituem este negócio têm vindo a impulsionar a sustentação de uma margem EBITDA de dois dígitos.

#### EBITDA-CAPEX Operacional

Apesar do maior CAPEX Operacional, o EBITDA-CAPEX Operacional da SSI aumentou 49,4% face ao 1T12, para 2,4 milhões de euros, impulsionado apenas pelo maior EBITDA.

## 4. *Online e Media*

Durante o 1T13, as receitas do digital apresentaram uma evolução positiva mas tal não foi suficiente para compensar as quedas das receitas de publicidade e da circulação no papel.

Contudo, com o crescimento no digital e com o programa de reestruturação implementado desde outubro de 2012, a rentabilidade operacional melhorou de 0,8 milhões de euros negativos para 0,5 milhões de euros negativos.

## 5. Principais desenvolvimentos regulatórios no 1T13

### Serviço Universal

A 13 de março de 2013, a Optimus apresentou a sua proposta para o concurso que visa designar o prestador do Serviço Universal, na prestação de acesso num local fixo.

A proposta da Optimus cobre as três regiões incluídas no concurso, cobrindo por completo todo o território nacional.

Além da Optimus, tanto a PTC como a ZON apresentaram propostas, cobrindo a maioria do território nacional. A Optimus apresentou o preço mais baixo para as regiões do norte e centro, enquanto a ZON apresentou o preço mais baixo para a região do sul e ilhas.

O único critério de seleção das propostas vencedoras é o custo (preço) do Serviço Universal. O anúncio, por parte do ICP-ANACOM, indicando quais as propostas vencedoras não foi ainda efetuado.

### Tarifas de terminação fixa

O ICP-ANACOM publicou um projeto de decisão sobre a sua análise do mercado grossista de preços de terminação fixa, apresentando preços revistos. A proposta do regulador considera uma redução significativa na terminação, de 80% a 90% quando comparada com as tarifas em vigor, tanto para o incumbente como para os operadores alternativos.

## 6. Principais desenvolvimentos corporativos no 1T13

### Aprovação de projeto de fusão entre a Optimus e a ZON

No dia 21 de janeiro de 2013, a Optimus SGPS S.A. e a ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A., informaram que os Conselhos de Administração das duas empresas aprovaram por unanimidade o projeto de fusão por incorporação da Optimus na ZON, em resultado da qual a totalidade dos elementos do ativo e do passivo da Optimus serão globalmente transmitidos a favor da ZON.

O projeto de fusão baseia-se num rácio de troca que garante à ZON um valor que corresponde a 1,5 vezes o valor da Optimus, em sintonia com a recomendação sugerida pela Sonaecom e pela Eng<sup>a</sup> Isabel dos Santos, a 14 de dezembro de 2012.

Na sequência da fusão, a ZON irá aumentar o seu capital social, emitindo e garantindo aos acionistas da Optimus novas ações representativas de 40% do capital da ZON resultante do referido aumento. Assim, a Sonaecom como único acionista da empresa incorporada receberá 1,791866 ações da ZON, após a fusão, por cada ação representativa do capital registado da Optimus.

Face à presente operação de fusão, a ZON adotará a designação de “ZON OPTIMUS, SGPS, SA” como designação da sociedade ou outra que seja aprovada pelo Registo Nacional de Pessoas Coletivas.

A fusão resultará num Grupo capaz de investir e de promover a sua capacidade competitiva e do próprio setor, de criar mais valor para os acionistas e novas oportunidades para os colaboradores, clientes e fornecedores. Criará um novo grupo com uma estratégia sustentável de crescimento, expansão internacional e otimização da gestão, com a partilha de experiência e conhecimento entre as duas equipas.

Neste contexto, os Conselhos de Administração das duas empresas consideram a fusão como um passo lógico e essencial para o desenvolvimento de uma plataforma de crescimento comum que alavancará e maximizará o potencial das duas empresas.

### Acordo entre a Sonae SGPS, S.A. e a France Télécom

A 15 de fevereiro de 2013, a Sonae SGPS, S.A. e a France Télécom anunciaram a conclusão de um acordo que consiste na atribuição de uma opção de compra e de venda, respetivamente, dos 20% do capital da Sonaecom atualmente detidos por uma subsidiária da FT-Orange.

A opção de compra da Sonae poderá ser exercida nos 18 meses subsequentes ao contrato, sendo a opção de venda da FT-Orange nos 3 meses subsequentes. O preço de exercício de ambas as opções é de 98,9 milhões de euros, podendo ser elevado para 113,5 milhões de euros no caso de participação da Sonaecom ou da Optimus em alguma operação material de consolidação ou reestruturação do setor das telecomunicações em Portugal cujo anúncio tenha lugar nos 24 meses a partir da data do acordo.

Este acordo fica condicionado a que a CMVM confirme que dele não resulta o exercício concertado de influência com imputação à FT-Orange dos direitos de voto inerentes às ações da Sonaecom detidas pela Sonae, considerando ilidida a presunção prevista no art. 20.º, n.º 4, do Código dos Valores Mobiliários.

**Aprovação de projeto de fusão em Assembleia Geral extraordinária de acionistas da Optimus**

A 7 de março de 2013, a Sonaecom informou, em nome da sua participada, Optimus - SGPS, S.A. que, na Assembleia Geral extraordinária de acionistas, foi aprovado o Projeto de Fusão por incorporação e respetivos anexos, em que são intervenientes a Optimus - SGPS, S.A. e a ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A..

Salienta-se que a eficácia desta deliberação ficará sujeita à verificação prévia da não oposição da Autoridade da Concorrência à fusão, nos termos constantes do Projeto de Fusão e do cumprimento das demais formalidades administrativas e societárias aplicáveis ou necessárias à concretização da fusão, nos termos legais e nos demais termos constantes do Projeto de Fusão.

**Proposta de dividendos a distribuir em 2012**

A 8 de março de 2013, a Sonaecom anunciou a intenção do Conselho de Administração submeter para aprovação acionista na próxima Assembleia Geral anual a distribuição de um dividendo bruto de 12 cêntimos por ação, continuando, pelo terceiro ano consecutivo, a prática de remuneração acionista.

## 7. Eventos subsequentes

### Deliberação da CMVM

A 18 de abril de 2013, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários informou a sociedade ZOPT, SGPS, S.A., acerca da deliberação de deferir o pedido de derrogação do dever de lançamento de oferta pública de aquisição obrigatória sobre a ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A..

### Assembleia Geral de Acionistas

A 24 de abril de 2013, foram deliberados pelos acionistas da Sonaecom, em Assembleia Geral ordinária da Sociedade:

1. Aprovar o Relatório de Gestão, Balanço e Contas, individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2012, tal como apresentados;
2. Aprovar a proposta de aplicação de resultados referentes a 31 de dezembro de 2012, onde se inclui, entre outros, corresponder a cada ação emitida um dividendo ilíquido de 0,12 euros;
3. Aprovar um voto de louvor e confiança à atividade desempenhada pela Administração e Fiscalização da Sociedade durante o ano de 2012;
4. Aprovar a Política de Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais da Sociedade e dos seus Dirigentes, bem como sobre o Plano de Atribuição de Ações e respetivo Regulamento a aplicar pela Comissão de Vencimentos;
5. Autorizar o Conselho de Administração a, durante um período de 18 meses, proceder à aquisição e à alienação de ações próprias, dentro do limite legal de 10%, nos termos da proposta apresentada por este órgão e previamente divulgada;
6. Autorizar a aquisição e/ou detenção de ações próprias da sociedade por sociedades dela dependentes, no período de 18 meses e dentro dos limites legais, nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração e previamente divulgada.

## 8. Outros Indicadores

### 8.1. Demonstração de Resultados Consolidados da Sonaecom

Milhões de Euros	1T12	1T13	Δ13/12	4T12	q.o.q.
<b>DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS</b>					
<b>Volume de Negócios</b>	202,5	194,1	-4,1%	208,5	-6,9%
Móvel	131,5	117,6	-10,6%	128,6	-8,5%
Fixo	53,4	53,9	0,9%	60,9	-11,5%
SSI	24,2	26,5	9,4%	26,9	-1,3%
Outros & Eliminações	-6,6	-3,8	42,3%	-7,9	51,1%
Outras Receitas	2,3	2,1	-11,0%	2,5	-17,6%
<b>Custos Operacionais</b>	144,5	134,6	-6,8%	156,0	-13,8%
Custos com Pessoal	22,0	22,6	2,5%	24,3	-7,0%
Custos Diretos Serviços Prestados <sup>(1)</sup>	58,7	56,9	-3,1%	63,0	-9,7%
Custos Comerciais <sup>(2)</sup>	25,6	19,6	-23,2%	31,3	-37,2%
Outros Custos Operacionais <sup>(3)</sup>	38,2	35,5	-7,0%	37,5	-5,3%
<b>EBITDA</b>	60,3	61,6	2,2%	54,9	12,2%
<b>Margem EBITDA (%)</b>	29,8%	31,7%	2,0pp	26,4%	5,4pp
Móvel	55,4	55,8	0,8%	51,1	9,3%
Fixo	3,1	3,4	12,3%	3,7	-7,2%
SSI	2,4	3,5	43,4%	4,8	-28,6%
Outros & Eliminações	-0,5	-1,1	-113,3%	-4,7	76,8%
Depreciações e Amortizações	36,8	36,1	-1,8%	42,6	-15,3%
<b>EBIT</b>	23,5	25,5	8,4%	12,3	107,7%
<b>Resultados Financeiros</b>	-2,3	-3,0	-31,4%	-4,7	35,8%
Proveitos Financeiros	2,2	1,5	-30,2%	1,7	-9,3%
Custos Financeiros	4,5	4,5	1,7%	6,4	-28,9%
<b>EBT</b>	21,2	22,5	5,9%	7,6	197,3%
Impostos	-4,3	-4,0	4,9%	4,0	-
<b>Resultado Líquido</b>	17,0	18,4	8,7%	11,5	60,0%
Atribuível ao Grupo	17,0	18,4	8,5%	11,5	60,0%
Atribuível a Interesses Sem Controlo	0,0	0,0	-	0,0	102,4%

(1) Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros custos.

## 8.2. Balanço Consolidado da Sonaecom

Milhões de euros	1T12	1T13	$\Delta$ 13/12	4T12	q.o.q.
<b>BALANÇO CONSOLIDADO</b>					
<b>Total do Ativo Líquido</b>	<b>1.898,9</b>	<b>1.861,4</b>	<b>-2,0%</b>	<b>1.900,9</b>	<b>-2,1%</b>
Ativos não Correntes	1.582,0	1.569,2	-0,8%	1.584,4	-1,0%
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	961,1	950,0	-1,1%	962,3	-1,3%
Goodwill	521,1	518,9	-0,4%	518,3	0,1%
Investimentos	0,2	0,2	-0,2%	0,2	1,5%
Impostos Diferidos Ativos	99,3	98,1	-1,2%	101,1	-3,0%
Outros	0,3	2,0	-	2,4	-17,8%
Ativos Correntes	316,9	292,2	-7,8%	316,5	-7,7%
Clientes	107,4	139,3	29,7%	148,0	-5,9%
Liquidez	99,9	32,3	-67,7%	62,4	-48,3%
Outros	109,6	120,6	10,0%	106,1	13,7%
<b>Capital Próprio</b>	<b>1.052,8</b>	<b>1.101,2</b>	<b>4,6%</b>	<b>1.083,2</b>	<b>1,7%</b>
Grupo	1.052,4	1.100,8	4,6%	1.082,9	1,7%
Interesses Sem Controlo	0,4	0,4	-0,3%	0,4	-5,0%
<b>Total Passivo</b>	<b>846,1</b>	<b>760,2</b>	<b>-10,1%</b>	<b>817,7</b>	<b>-7,0%</b>
Passivo não Corrente	399,3	291,9	-26,9%	297,6	-1,9%
Empréstimos Bancários	289,6	195,4	-32,5%	196,4	-0,5%
Provisões para outros Riscos e Encargos	47,5	43,4	-8,5%	43,6	-0,4%
Outros	62,2	53,1	-14,7%	57,5	-7,7%
Passivo Corrente	446,8	468,3	4,8%	520,1	-10,0%
Empréstimos Bancários	143,3	171,1	19,4%	187,2	-8,6%
Fornecedores	134,4	140,5	4,6%	169,0	-16,9%
Outros	169,1	156,7	-7,3%	164,0	-4,4%
CAPEX Operacional <sup>(1)</sup>	25,6	24,2	-5,4%	32,4	-25,5%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	12,6%	12,5%	-0,2pp	15,6%	-3,1pp
CAPEX Total	25,6	24,6	-3,8%	32,4	-24,2%
EBITDA - CAPEX Operacional	34,7	37,5	7,8%	22,5	66,5%
Cash Flow Operacional <sup>(2)</sup>	-76,3	-0,3	99,6%	18,0	-
FCF <sup>(3)</sup>	-86,5	-12,4	85,6%	9,0	-
Dívida Bruta	455,7	387,5	-15,0%	406,2	-4,6%
Dívida Líquida	355,8	355,2	-0,2%	343,8	3,3%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,5 x	1,4 x	0,0x	1,4 x	0,0x
EBITDA/Juros <sup>(4)</sup> últimos 12 meses	15,3 x	15,2 x	-0,1x	15,2 x	0,0x
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	30,2%	26,0%	-4,2pp	27,3%	-1,2pp
<b>Excluindo a operação de Securitização:</b>					
Dívida Líquida	387,6	367,0	-5,3%	360,6	1,8%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,6 x	1,5 x	-0,1x	1,5 x	0,0x
EBITDA/Juros <sup>(4)</sup> últimos 12 meses	15,3 x	15,2 x	-0,1x	15,2 x	0,0x

(1) Capex Operacional inclui Investimentos Financeiros; (2) Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Manobra - Itens não Monetários e Outros; (3) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (4) Cobertura de Juros.

### 8.3. FCF alavancado da Sonaecom

Milhões de Euros	1T12	1T13	Δ 13/12	4T12	q.o.q.
FREE CASH FLOW					
<b>EBITDA-CAPEX Operacional</b>	<b>34,7</b>	<b>37,5</b>	<b>7,8%</b>	<b>22,5</b>	<b>66,5%</b>
Variação de Fundo de Maneio	-109,5	-38,7	64,7%	-5,5	-
Itens não Monetários e Outros	-1,6	0,9	-	1,0	-8,2%
<b>Cash Flow Operacional</b>	<b>-76,3</b>	<b>-0,3</b>	<b>99,6%</b>	<b>18,0</b>	<b>-</b>
Securitização	-5,0	-5,0	0,0%	-5,0	0,0%
Investimentos	0,0	-1,0	-	0,0	-
Ações Próprias	-0,7	-1,3	-81,6%	0,0	-
Resultados Financeiros	-3,2	-4,1	-28,4%	-2,8	-48,6%
Impostos	-1,2	-0,6	50,0%	-1,3	51,3%
<b>FCF</b>	<b>-86,5</b>	<b>-12,4</b>	<b>85,6%</b>	<b>9,0</b>	<b>-</b>

### 8.4. Colaboradores Sonaecom

Sonaecom	1T12	1T13	Δ 13/12	4T12	q.o.q.
<b>Total Colaboradores</b>	<b>2.011</b>	<b>1.958</b>	<b>-2,6%</b>	<b>2.025</b>	<b>-3,3%</b>
Serviços Partilhados e Centro Corporativo	137	137	0,0%	139	-1,4%
Telecomunicações	1.061	981	-7,5%	1.008	-2,7%
SSI	561	649	15,7%	641	1,2%
Online e Média	252	191	-24,2%	237	-19,4%

### 8.5. Demonstração de Resultados Consolidados da Optimus

Milhões de Euros	1T12	1T13	Δ 13/12	4T12	q.o.q.
OPTIMUS DEM. RESULTADOS					
<b>Volume de Negócios</b>	<b>176,7</b>	<b>166,1</b>	<b>-6,0%</b>	<b>182,3</b>	<b>-8,9%</b>
Receitas de Serviço	171,3	160,8	-6,1%	170,6	-5,7%
Receitas de Clientes	135,4	124,1	-8,4%	127,3	-2,6%
Receitas de Operadores	35,8	36,8	2,6%	43,3	-15,0%
Vendas de Equipamento	5,5	5,2	-3,8%	11,7	-55,2%
Outras Receitas	2,6	2,8	7,3%	2,8	1,7%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>120,9</b>	<b>109,7</b>	<b>-9,3%</b>	<b>130,3</b>	<b>-15,8%</b>
Custos com Pessoal	13,0	11,5	-11,6%	12,1	-5,4%
Custos Diretos de Serviços Prestados <sup>(1)</sup>	58,5	56,6	-3,1%	62,7	-9,7%
Custos Comerciais <sup>(2)</sup>	17,2	13,1	-23,6%	25,8	-49,2%
Outros Custos Operacionais <sup>(3)</sup>	32,3	28,4	-12,0%	29,6	-4,0%
<b>EBITDA</b>	<b>58,4</b>	<b>59,2</b>	<b>1,4%</b>	<b>54,8</b>	<b>8,1%</b>
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>33,0%</b>	<b>35,7%</b>	<b>2,6pp</b>	<b>30,1%</b>	<b>5,6pp</b>
CAPEX Operacional <sup>(4)</sup>	25,5	23,4	-8,4%	29,3	-20,2%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	14,4%	14,1%	-0,4pp	16,1%	-2,0pp
EBITDA - CAPEX Operacional	32,9	35,9	9,0%	25,5	40,6%
<b>CAPEX Total</b>	<b>25,5</b>	<b>23,4</b>	<b>-8,4%</b>	<b>29,3</b>	<b>-20,2%</b>

(1) Custos Diretos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros.

## 8.6. Balanço Consolidado da Optimus

Milhões de Euros	1T12	1T13	Δ 13/12	4T12	q.o.q.
<b>BALANÇO CONSOLIDADO</b>					
<b>total do Ativo Líquido</b>	<b>1.843,3</b>	<b>1829,9</b>	<b>-0,7%</b>	<b>1857,5</b>	<b>-1,5%</b>
Ativos Não-Correntes	1.612,1	1597,8	-0,9%	1.612,5	-0,9%
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	953,9	938,3	-1,6%	949,8	-1,2%
Goodwill	565,1	565,1	0,0%	565,1	0,0%
Impostos Diferidos Ativos	92,9	90,8	-2,3%	94,1	-3,4%
Outros	0,1	3,6	-	3,6	-0,6%
Ativos Correntes	231,3	232,1	0,4%	245,0	-5,3%
Clientes	84,7	112,3	32,5%	118,4	-5,2%
Liquidez	47,2	14,0	-70,3%	33,5	-58,1%
Outros	99,3	105,8	6,5%	93,1	13,6%
<b>Capital Próprio</b>	<b>1.012,4</b>	<b>1.038,5</b>	<b>2,6%</b>	<b>1.047,5</b>	<b>-0,9%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>830,9</b>	<b>791,4</b>	<b>-4,8%</b>	<b>810,0</b>	<b>-2,3%</b>
Passivo Não Corrente	483,3	404,6	-16,3%	412,4	-1,9%
Empréstimos	375,2	314,4	-16,2%	315,2	-0,3%
Provisões para Outros Riscos e Encargos	45,3	39,4	-13,0%	39,8	-0,9%
Outros	62,8	50,8	-19,2%	57,5	-11,7%
Passivo Corrente	347,6	386,8	11,3%	397,6	-2,7%
Empréstimos	15,5	102,1	-	104,6	-2,3%
Fornecedores	116,8	123,4	5,6%	157,6	-21,8%
Outros	215,4	161,3	-25,1%	135,4	19,2%
CAPEX Operacional <sup>(1)</sup>	25,5	23,4	-8,4%	29,3	-20,2%
CAPEX Operacional como % Volume Negócios	14,4%	14,1%	-0,4pp	16,1%	-2,0pp
CAPEX Total	25,5	23,4	-8,4%	29,3	-20,2%
EBITDA - CAPEX Operacional	32,9	35,9	9,0%	25,5	40,6%
Cash Flow Operacional <sup>(2)</sup>	-78,1	-3,7	95,3%	18,7	-
FCF <sup>(3)</sup>	-84,0	-14,4	82,9%	9,5	-
Dívida Bruta	411,6	435,8	5,9%	440,5	-1,1%
Dívida Líquida	364,3	421,7	15,8%	407,0	3,6%
Dívida Líquida / EBITDA últimos 12 meses	1,5 x	1,7 x	0,2x	1,7 x	0,1x
EBITDA/Juros <sup>(4)</sup> (últimos 12 meses)	120,8 x	38,1 x	-82,7x	17,5 x	20,5x
Dívida/(Dívida + Capital Próprio)	,3 x	0,3 x	0,7x	0,3 x	0,0x

(1) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros; (2) Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Maneio - Itens não Monetários e Outros; (3) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (4) Cobertura de Juros.

## 9. Informação Financeira

### 9.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

#### Balanços consolidados

Para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em euros)	Notas	março 2013	março 2012	dezembro 2012
<b>Ativo</b>				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1.d), 1.i) e 5	576.161.039	575.671.916	582.787.339
Ativos intangíveis	1.e), 1.f) e 6	373.887.692	385.408.619	379.531.369
Goodwill	1.g), 1.x) e 8	518.878.574	521.103.723	518.307.204
Investimentos disponíveis para venda	1.h), 7 e 9	215.448	212.323	212.323
Outros ativos não correntes	1.h), 1.s), 1.y) e 7	1.991.761	302.168	2.422.660
Impostos diferidos ativos	1.q), 1.t) e 10	98.064.904	99.271.674	101.134.781
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>1.569.199.418</b>	<b>1.581.970.423</b>	<b>1.584.395.676</b>
Ativos correntes				
Inventários	1.j)	15.435.976	6.859.854	13.851.737
Clientes	1.h), 1.k), 7 e 22	139.304.250	107.408.958	145.116.712
Outras dívidas de terceiros	1.h), 1.k), 7 e 22	25.364.995	28.713.991	21.782.073
Outros ativos correntes	1.s), 1.y) e 7	79.816.236	74.064.685	73.358.546
Caixa e equivalentes de caixa	1.l), 7 e 11	32.295.637	99.898.634	62.419.042
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>292.217.094</b>	<b>316.946.122</b>	<b>316.528.110</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.861.416.512</b>	<b>1.898.916.545</b>	<b>1.900.923.786</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>				
<b>Capital próprio</b>				
Capital social	12	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.v) e 13	(6.531.829)	(7.289.051)	(5.544.847)
Reservas	1.u) e 26	722.675.428	676.506.792	646.734.124
Resultado líquido consolidado do período		18.426.869	16.977.541	75.419.377
		1.100.817.336	1.052.442.150	1.082.855.522
<b>Interesses sem controlo</b>		<b>368.183</b>	<b>369.228</b>	<b>387.479</b>
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1.101.185.519</b>	<b>1.052.811.378</b>	<b>1.083.243.001</b>
<b>Passivo</b>				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.m), 1.n), 7 e 14.a)	195.358.777	289.558.835	196.412.663
Outros passivos financeiros não correntes	1.i), 7 e 15	18.046.070	19.852.885	18.712.963
Provisões para outros riscos e encargos	1.p), 1.t) e 16	43.437.246	47.484.133	43.612.202
Titularização de créditos	7 e 17	-	14.981.949	-
Impostos diferidos passivos	1.q), 1.t) e 10	1.157.270	3.336.162	1.089.637
Outros passivos não correntes	1.s), 1.y), 7 e 26	33.899.921	24.063.386	37.731.780
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>291.899.284</b>	<b>399.277.350</b>	<b>297.559.245</b>
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.m), 1.n), 7 e 14.b)	171.132.405	143.325.091	187.170.148
Fornecedores	7 e 22	140.503.796	134.383.857	168.996.364
Outros passivos financeiros	1.i), 7 e 18	2.972.507	2.945.208	3.873.491
Titularização de créditos	7 e 17	14.981.618	19.838.393	19.952.518
Outras dívidas a terceiros	7 e 22	17.307.759	12.539.734	12.742.471
Outros passivos correntes	1.s), 1.y), 7 e 26	121.433.624	133.795.534	127.386.548
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>468.331.709</b>	<b>446.827.817</b>	<b>520.121.540</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>1.861.416.512</b>	<b>1.898.916.545</b>	<b>1.900.923.786</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2013 e 2012.

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em euros)	Notas	março 2013	março 2012	dezembro 2012
Vendas	22	13.028.861	15.342.473	65.055.469
Prestações de serviços	22	181.105.304	187.109.040	760.382.910
Outros proveitos operacionais	1.k), 1.r) e 22	2.073.793	2.330.901	9.289.963
		<b>196.207.958</b>	<b>204.782.414</b>	<b>834.728.342</b>
Custo das vendas	1.j)	(12.897.242)	(16.540.367)	(68.065.968)
Fornecimentos e serviços externos	1.i), 19 e 22	(90.845.487)	(96.169.825)	(392.774.557)
Custos com o pessoal	1.y) e 26	(22.574.431)	(22.034.315)	(91.061.871)
Amortizações e depreciações	1.d), 1.e), 1.g), 1.x), 5, 6 e 8	(36.108.401)	(36.780.549)	(153.404.977)
Provisões e perdas de imparidade	1.k), 1.p), 1.x) e 16	(4.203.903)	(5.669.856)	(21.956.657)
Outros custos operacionais		(4.063.190)	(4.057.858)	(14.881.492)
		<b>(170.692.654)</b>	<b>(181.252.770)</b>	<b>(742.145.522)</b>
Outros custos financeiros	1.i), 1.n), 1.w), 1.x), 20 e 22	(4.539.520)	(4.465.678)	(20.711.843)
Outros proveitos financeiros	1.w), 20 e 22	1.505.263	2.157.174	6.702.104
<b>Resultados correntes</b>		<b>22.481.047</b>	<b>21.221.140</b>	<b>78.573.081</b>
Imposto sobre o rendimento	1.q), 10 e 21	(4.046.588)	(4.255.576)	(3.141.032)
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>		<b>18.434.459</b>	<b>16.965.564</b>	<b>75.432.049</b>
Atribuível a:				
Acionistas da empresa mãe	25	18.426.869	16.977.541	75.419.377
Interesses sem controlo		7.590	(11.977)	12.672
<b>Resultados por ação</b>	25			
Incluindo operações em descontinuação:				
Básicos		0,05	0,05	0,21
Diluídos		0,05	0,05	0,21
Excluindo operações em descontinuação:				
Básicos		0,05	0,05	0,21
Diluídos		0,05	0,05	0,21

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2013 e 2012.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Demonstrações consolidadas de resultados e outro rendimento integral

Para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em euros)	Notas	março 2013	março 2012	dezembro 2012
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>		<b>18.434.459</b>	16.965.564	75.432.049
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto, que vão subsequentemente ser reclassificados por ganhos ou perdas:				
Varição de reservas de conversão cambial e outros	1.w)	21.293	(281.393)	(1.475.942)
<b>Rendimento integral consolidado do período</b>		<b>18.455.752</b>	16.684.171	73.956.107
Atribuível a:				
Acionistas da empresa mãe		18.448.162	16.696.148	73.943.435
Interesses sem controlo		7.590	(11.977)	12.672

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2013 e 2012.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)			Reservas						Interesses sem controlo		
	Capital social	Ações próprias (Nota 13)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 26)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido	Total	
<b>2013</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2012	366.246.868	(5.544.847)	775.290.377	7.991.192	3.650.779	5.544.847	(145.743.071)	646.734.124	-	75.419.377	1.082.855.522
Aplicação do resultado consolidado de 2012											
Transferência para outras reservas	-	-	-	5.161.492	-	-	70.257.885	75.419.377	-	(75.419.377)	-
Rendimento integral consolidado do período findo em 31 de março de 2013	-	-	-	-	-	-	21.293	21.293	-	18.426.869	18.448.162
Aquisição de ações próprias	-	(1.341.195)	-	-	-	1.341.195	(1.341.195)	-	-	-	(1.341.195)
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.y) e 26)	-	354.213	-	-	(406.267)	(354.213)	425.568	(334.912)	-	-	19.301
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.y) e 26)	-	-	-	-	835.546	-	-	835.546	-	-	835.546
<b>Saldo em 31 de março de 2013</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(6.531.829)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>13.152.684</b>	<b>4.080.058</b>	<b>6.531.829</b>	<b>(76.379.520)</b>	<b>722.675.428</b>	<b>-</b>	<b>18.426.869</b>	<b>1.100.817.336</b>
<b>Interesses sem controlo</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	387.479	-	387.479
Interesses sem controlo no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	7.590	-	7.590
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.880)	-	(29.880)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	2.994	-	2.994
<b>Saldo em 31 de março de 2013</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>368.183</b>	<b>-</b>	<b>368.183</b>
<b>Total</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(6.531.829)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>13.152.684</b>	<b>4.080.058</b>	<b>6.531.829</b>	<b>(76.379.520)</b>	<b>722.675.428</b>	<b>368.183</b>	<b>18.426.869</b>	<b>1.101.185.519</b>

## Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio (continuação)

Para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)	Capital social	Ações próprias (Nota 13)	Reserva legal	Prêmios de emissão de ações	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 26)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Reservas			
								Total de reservas	Interesses sem controle	Resultado líquido	Total
<b>2012</b>											
Saldo em 31 de dezembro 2011 (reexpresso)	366.246.868	(13.594.518)	7.991.192	775.290.377	7.119.989	13.594.518	(185.050.510)	618.945.566	-	62.287.398	1.033.885.314
Aplicação do resultado consolidado de 2011 (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	62.287.398	62.287.398	-	(62.287.398)	-
Rendimento integral consolidado do período findo em 31 de março de 2012	-	-	-	-	-	-	(281.393)	(281.393)	-	16.977.541	16.696.148
Aquisição de ações próprias	-	(883.554)	-	-	-	883.554	(883.554)	-	-	-	(883.554)
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1y) e 26)	-	7.189.021	-	-	(4.006.035)	(7.189.021)	5.585.629	(5.609.427)	-	-	1.579.594
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1y) e 26)	-	-	-	-	1.164.648	-	-	1.164.648	-	-	1.164.648
<b>Saldo em 31 de março de 2012</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(7.289.051)</b>	<b>7.991.192</b>	<b>775.290.377</b>	<b>4.278.602</b>	<b>7.289.051</b>	<b>(118.342.430)</b>	<b>676.506.792</b>	<b>-</b>	<b>16.977.541</b>	<b>1.052.442.150</b>
<b>Interesses sem controle</b>											
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	-	-	515.654	-	515.654
Interesses sem controle no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.977)	-	(11.977)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.500)	-	(124.500)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.949)	-	(9.949)
<b>Saldo em 31 de março de 2012</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>369.228</b>	<b>-</b>	<b>369.228</b>
<b>Total</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(7.289.051)</b>	<b>7.991.192</b>	<b>775.290.377</b>	<b>4.278.602</b>	<b>7.289.051</b>	<b>(118.342.430)</b>	<b>676.506.792</b>	<b>369.228</b>	<b>16.977.541</b>	<b>1.052.811.378</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2013 e 2012.

## O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

## O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)	março 2013		março 2012	
<b>Atividades operacionais</b>				
Recebimentos de clientes	182.111.832		222.059.977	
Pagamentos a fornecedores	(127.780.830)		(144.718.809)	
Pagamentos ao pessoal	(31.592.031)		(31.157.230)	
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>22.738.971</b>		<b>46.183.938</b>	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(623.654)		(1.172.552)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	4.444.416		(2.701.629)	
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>26.559.733</b>		<b>42.309.757</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	9.375		-	
Ativos fixos tangíveis	997.464		663.618	
Ativos intangíveis	746		-	
Juros e proveitos similares	863.137	1.870.722	1.774.056	2.437.674
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(1.022.948)		-	
Ativos fixos tangíveis	(22.760.886)		(30.528.564)	
Ativos intangíveis	(13.339.120)	(37.122.954)	(86.303.934)	(116.832.498)
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(35.252.232)</b>		<b>(114.394.824)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	15.575.000	15.575.000	65.000	65.000
Pagamentos respeitantes a:				
Amortizações de contratos de locação financeira	(1.443.884)		(999.770)	
Juros e custos similares	(4.794.259)		(5.486.929)	
Dividendos	(29.880)		(124.500)	
Aquisição de ações próprias	(1.039.021)		(738.425)	
Empréstimos obtidos	(35.032.587)	(42.339.631)	(10.032.148)	(17.381.772)
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(26.764.631)</b>		<b>(17.316.772)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		<b>(35.457.130)</b>		<b>(89.401.839)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>207.670</b>		<b>13.073</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		<b>62.363.752</b>		<b>189.031.758</b>
Caixa e seus equivalentes no final do período		<b>27.114.292</b>		<b>99.642.992</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2013 e 2012.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012

### 1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais

	março 2013	março 2012
<b>a) Recebimento de alienações</b>		
Distrinews, S.A.	9.375	-
	<b>9.375</b>	<b>-</b>
<b>b) Pagamento de aquisições</b>		
Connectiv Solutions, Inc	1.010.448	-
Distrinews, S.A.	12.500	-
	<b>1.022.948</b>	<b>-</b>

### 2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	Notas	março 2013	março 2012
Numerário	11	263.067	155.989
Depósitos à ordem	11	5.562.579	4.400.949
Aplicações de tesouraria	11	26.469.991	95.341.696
Depósitos à ordem (saldos credores)	11 e 14	(5.181.345)	(255.642)
Caixa e seus equivalentes		27.114.292	99.642.992
Depósitos à ordem (saldos credores)		5.181.345	255.642
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>		<b>32.295.637</b>	<b>99.898.634</b>

### 3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias

	Notas	março 2013	março 2012
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	14	51.090.000	111.352.068
b) Compra de empresas através da emissão de ações		Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital		Não aplicável	Não aplicável

#### 4. Repartição do fluxo de caixa por ramo de atividade

Atividade	Fluxo das atividades operacionais	Fluxo das atividades de investimento	Fluxo das atividades de financiamento	Varição de caixa e seus equivalentes
<b>2013</b>				
Telecomunicações	27.312.960	(33.518.101)	(7.042.086)	(13.247.227)
Multimédia	(1.040.061)	(210.696)	(37.952)	(1.288.709)
Sistemas de Informação	847.552	(1.546.052)	(110.534)	(809.034)
Holding	(560.718)	22.617	(19.574.059)	(20.112.160)
	<b>26.559.733</b>	<b>(35.252.232)</b>	<b>(26.764.631)</b>	<b>(35.457.130)</b>
<b>2012</b>				
Telecomunicações	44.656.975	(114.758.611)	(6.557.790)	(76.659.426)
Multimédia	(1.390.716)	(189.473)	(45.293)	(1.625.482)
Sistemas de Informação	(326.974)	(481.659)	(90.319)	(898.952)
Holding	(629.528)	591.270	(10.179.721)	(10.217.979)
	<b>42.309.757</b>	<b>(114.838.473)</b>	<b>(16.873.123)</b>	<b>(89.401.839)</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2013 e 2012.

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## 9.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A SONAECOM, SGPS, S.A. ('empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 ('grupo').

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de

Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom. Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros, de 296.526.868 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Os negócios do grupo consistem, essencialmente, nas seguintes atividades:

- Operador de telecomunicações móveis, fixas e internet;
- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar em cerca de 13 países.

Desde 1 de janeiro de 2001, as empresas do grupo sediadas na Zona euro passaram a adotar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros, arredondados à unidade, e as transações em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

## 1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 2 e 3), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IAS/IFRS') tal como adotadas pela União Europeia, e tendo em consideração a IAS 34 – 'Relato Financeiro Intercalar'. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, exceto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

A data de 1 de janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013 e foram adotadas pela primeira vez no período findo em 31 de março de 2013:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 1 - Alterações (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas)</b>	<b>1-jul-11</b>
As emendas: 1) substituem as datas fixas estabelecidas na exceção para desreconhecimento e na exceção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adoção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias.	
<b>IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor)</b>	<b>1-jan-13</b>
Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de ativos subjacentes)</b>	<b>1-jan-12</b>
Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - 'Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados' deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	
<b>IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)</b>	<b>1-jan-13</b>
Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o 'método do corredor', melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definido.	
<b>IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)</b>	<b>1-jul-12</b>
Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	
<b>IFRS 7 - Alterações (Divulgações de instrumentos financeiros)</b>	<b>1-jan-13</b>
Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.	
<b>IFRIC 20 (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície)</b>	<b>1-jan-13</b>
A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).	
<b>IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)</b>	<b>1-jan-13</b>
As emendas relativas aos empréstimos do Governo referem como se deve adotar pela primeira vez a norma relativamente aos empréstimos do Governo com uma taxa de juro abaixo da praticada pelo mercado e propõem a permissão da aplicação prospectiva da IAS 20.	
<b>Melhorias de algumas IFRS (2009-2011)</b>	<b>1-jan-13</b>
O IASB finalizou a sua publicação anual de melhorias das IFRS do ciclo 2009-2011 que incluiu seis alterações a cinco IFRS. Este processo de melhoria anual fornece um mecanismo para incluir num único documento alterações às IFRS que sejam necessárias mas não urgentes.	

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios híbridos em ou após)
<b>Guia de transição (alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12)</b> As alterações clarificam as transições da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e também incluem orientações para as transições das IFRS 11 - Investimentos em empresas controladas conjuntamente e IFRS 12 - Divulgações de Interesses em Outras Entidades limitando a exigência de apresentação de informações comparativas ajustadas para apenas o período anterior. Além disso, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, vai ser eliminada a exigência de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à primeira adoção da IFRS 12.	1-jan-13

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras do grupo.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios híbridos em ou após)
<b>IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)</b> A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	1-jan-13(*)
<b>IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)</b> Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	1-jan-13(*)
<b>IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)</b> Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	1-jan-13(*)
<b>IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)</b> Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	1-jan-13(*)
<b>IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)</b> O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	1-jan-13(*)

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios híbridos em ou após)
<b>IAS 32- Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)</b> A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	1-jan-14

(\*) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contudo permitida.

O grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de março de 2013.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios híbridos em ou após)
<b>IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)</b> Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	1-jan-15
<b>Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento)</b> Cria uma exceção para entidades consideradas de investimento as quais, em determinadas exceções, poderão não preparar demonstrações financeiras consolidadas.	1-jan-14

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo grupo no período findo em 31 de março de 2013, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis ao grupo, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras do grupo.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo grupo a 31 de março de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

## Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

### a) Investimentos financeiros em empresas do grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o grupo detenha direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo grupo), foram incluídas as demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respetivamente, na rubrica 'Interesses sem controlo'.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

### b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os 'Investimentos em empresas associadas' correspondem a investimentos nos quais o grupo tem influência significativa (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

### c) Empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto foi adquirido. De acordo com este método, os ativos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao grupo. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como goodwill (Nota 8). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente, entre outros aspetos, é determinada com base nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 3.

### d) Ativos fixos tangíveis

Os 'ativos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	50
Outras construções	10 -40
Redes de telecomunicações	10 -40
Outros equipamentos básicos	1 - 16
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1-10
Ferramentas e utensílios	4 - 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 8

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o grupo incorre, são capitalizados e depreciados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. Boas condições em termos de cobertura de rede e/ou condições necessárias para assegurar um serviço mínimo em termos de qualidade e fiabilidade técnica são exemplos das condições avaliadas pela gestão.

#### e) Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'ativos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os Ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software* (excluindo aquele que se encontra associado a 'ativos fixos tangíveis' – *software* de sites de telecomunicações), propriedade industrial, encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM, UMTS e o espectro para serviços de 4ª Geração) e de rede fixa, os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de

atividades empresariais) e os encargos suportados com a angariação dos contratos de fidelização de clientes.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo estimado da concessão, pelo que a licença UMTS está a ser amortizada até 2030 e a licença LTE até 2041. Custos adicionais com a licença, nomeadamente, os associados com os compromissos assumidos com a Sociedade de Informação, encontram-se a ser amortizados até ao termo estimado da licença acima indicado. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (6 anos).

As despesas com ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas.

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

Os encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes, os quais incluem cláusulas de indemnização em caso de rescisão antecipada, são capitalizados na rubrica 'Ativos intangíveis' e amortizados de acordo com o período dos respetivos contratos. Quando um contrato é rescindido o valor líquido do ativo intangível associado a esse contrato é de imediato reconhecido como custo na demonstração dos resultados. Adicionalmente, à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado, são efetuados testes de imparidade a este ativo intangível de forma a garantir que o valor atual da receita que se estima gerar com cada contrato de fidelização de clientes é superior ao encargo que se encontra capitalizado relativo a esse contrato.

As amortizações do exercício dos Ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

#### f) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida,

as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

#### g) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Goodwill' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração de resultados. O grupo optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de 'Goodwill', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em 'Goodwill' ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de janeiro de 2004, o 'Goodwill' era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 - 'Concentrações de atividades empresariais', o grupo suspendeu a amortização de 'Goodwill', sujeitando o mesmo a testes de imparidade (alínea x). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas a

'Goodwill' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

#### h) Instrumentos financeiros

O grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

##### (i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

A 31 de março de 2013 o grupo não detinha quaisquer investimentos financeiros registado ao justo valor através de resultados.

##### (ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes.

**(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'**

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

A 31 de março de 2013 o grupo não detinha quaisquer investimentos detidos até ao vencimento.

**(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'**

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), o grupo estabelece o justo valor

através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O grupo efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

**i) Locação financeira e operacional**

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD'), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

**j) Inventários**

Os 'Inventários' são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflete o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados na demonstração de resultados, em 'Custo das vendas'.

**k) Clientes e outras dívidas de terceiros**

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

**l) Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e

associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

**m) Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

**n) Encargos financeiros com empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

**o) Instrumentos financeiros derivados**

O grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pelo grupo respeitam a:

- (i) *Swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de cash-flow é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura';
- (ii) *Forward's* cambiais para cobertura do risco cambial, particularmente, de recebimentos de clientes da subsidiária Wedo Consulting. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 31 de março de 2013, o grupo encontrava-se a utilizar forwards cambiais para cobertura do risco cambial de saldos a receber de clientes em dólares, para além dos instrumentos financeiros derivados referidos na Nota 1.y).

#### p) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### q) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – 'Impostos sobre rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 10).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

#### r) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o grupo incorre nos respetivos custos e são apresentados na demonstração de resultados na linha de 'Outros proveitos operacionais'.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. No caso dos investimentos em ativos fixos tangíveis, tais subsídios são reconhecidos durante o período de vida útil estimado para os bens em causa e, no caso de outro tipo de investimentos, à medida que este vai sendo realizado.

#### s) Especialização de exercícios e Rêdito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios

futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (alínea p).

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A faturação destes serviços é efetuada numa base mensal. Os valores não faturados, desde o último ciclo de faturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efetuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os encargos com os programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, atribuídos pela filial Optimus - Comunicações, S.A., são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados por contrapartida da rubrica 'Outros passivos correntes'.

Os custos e proveitos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

#### **t) Classificação de balanço**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 10 e 16).

#### **u) Reservas**

##### **Reserva legal**

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

##### **Reservas de prémios de emissão de ações**

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

##### **Reservas para planos de incentivo de médio prazo**

De acordo com a IFRS 2 – 'Pagamentos com base em ações', a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

##### **Reservas de cobertura**

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1.o)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

##### **Reservas de ações próprias**

As 'Reservas de ações próprias' refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações

financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, a 31 de março de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A., dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 201 milhões de euros.

#### v) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

#### w) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

O 'Goodwill' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2013		2012	
	31 de março	Média	31 de março	Média
Libra inglesa	1,1826	1,1756	1,1992	1,1984
Real brasileiro	0,3891	0,3796	0,4111	0,4319
Dólar americano	0,7809	0,7578	0,7487	0,7630
Zloti (Polónia)	0,2392	0,2406	0,2408	0,2364
Dólar australiano	0,8125	0,7872	0,7791	0,8050
Pesos mexicanos	0,0632	0,0600	0,0588	0,0588
Libra egípcia	0,1148	0,1134	0,1240	0,1259
Ringgit (Malásia)	0,2522	0,2459	0,2444	0,2493
Peso chileno	0,0017	0,0016	0,0015	0,0016
Dólar de Singapura	0,6289	0,6122	0,5961	0,6034
Franco suíço	0,8200	0,8142	0,8302	0,8278
Coroa sueca	0,1197	0,1178	0,1131	0,1130
Rand de África do Sul	0,0846	0,0846	0,0977	0,0983
Kwanza (Angola)	0,0081	0,0079	0,0079	0,0080
Dinar de Marrocos	0,0902	0,0898	0,0896	0,0898

#### x) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e de Goodwill, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência

objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor de goodwill e de investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do grupo. Para as dívidas a receber, o grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efetuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso dos inventários, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

#### y) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 – ‘Pagamento com Base em Ações’.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de ‘Reservas para planos de incentivo de médio prazo’, no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao grupo, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’;
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas ‘Outros ativos não correntes’ e ‘Outros ativos correntes’;
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

A 31 de março de 2013, apenas um plano de ações Sonaecom em aberto estava totalmente coberto através da detenção de ações próprias. Para o plano de 2011, a empresa celebrou com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do plano de incentivos de médio prazo, no qual fixou o preço de aquisição das referidas ações. O impacto associado aos planos de ações dos planos de incentivo de médio prazo relativos a ações Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de ‘Reservas para planos de incentivo de médio prazo’. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a empresa efetuou, para dois planos, contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações. Assim, a responsabilidade encontra-se registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’.

#### z) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre

condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

#### aa) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 incluem:

- (i) Vidas úteis do ativo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade de goodwill e de outros ativos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- (iv) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 - 'Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

#### ab) Gestão do risco financeiro

A atividade do grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. o)).

#### Risco de mercado

##### a) Risco de taxa de câmbio

O grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egípto, no Chile, no

Panamá, em Singapura, em Angola e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.o)).

A exposição do grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

##### b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 14) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nocionais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

### Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para

calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 14.

#### Risco de crédito

A exposição do grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o grupo, no que respeita a operadores de telecomunicações, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do grupo. O grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do grupo ao risco de crédito.

## 2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de março de 2013 e 2012, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Porcentagem do capital detido			
				2013		2012	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
<b>Empresa-mãe</b>							
SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ('Sonaecom')	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
<b>Subsidiárias</b>							
Be Artis - Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ('Artis')	Maia	Conceção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações eletrónicas e dos respetivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de ativos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos.	Optimus SGPS Sonaecom	100% -	100% -	- 100%	- 100%
Be Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ('Be Towering')	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Optimus SGPS Optimus	100% -	100% -	- 100%	- 100%
Cape Technologies Limited ('Cape Technologies')	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Digitmarket - Sistemas de Informação, S.A. ('Digitmarket' - usando a marca 'Bizdirect')	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae com SI	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Lugares Virtuais, S.A. ('Lugares Virtuais')	Maia	Organização e gestão de portais eletrónicos <i>on-line</i> , aquisição de conteúdos, gestão de leilões eletrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via eletrónica e quaisquer atividades conexas.	Miauger	100%	100%	100%	100%
Mainroad - Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ('Mainroad')	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Eletrónicos, S.A. ('Miauger')	Maia	Organização e gestão de leilões eletrónicos <i>on-line</i> de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Optimus - Comunicações, S.A. ('Optimus')	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações eletrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações eletrónicas.	Optimus SGPS Sonaecom	100% -	100% -	35,86% 64,14%	35,86% 64,14%
Optimus, S.G.P.S., S.A. ('Optimus SGPS')	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Per-Mar - Sociedade de Construções, S.A. ('Per-Mar')	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Optimus SGPS Optimus	100% -	100% -	- 100%	- 100%
Praesidium Services Limited ('Praesidium Services')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	100%	100%
Público - Comunicação Social, S.A. ('Público')	Porto	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Saphety Level - Trusted Services, S.A. ('Saphety')	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação eletrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de <i>software</i> .	Sonae com SI	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%

\*Porcentagem de capital detido pela Sonaecom

				Percentagem do capital detido			
				2013		2012	
Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ltda. ('Saphety Brasil') (a)	São Paulo	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação electrónica de dados, identificação electrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos electrónicos; desenvolvimento, representação e comercialização de equipamentos e	Saphety	99,8%	99,8%	-	-
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecom SP')	Maia	Prestação de serviços de apoio às empresas, consultorias de gestão e administração, designadamente nas áreas de contabilidade, fiscalidade, procedimentos administrativos, logística, recursos humanos e formação.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A. ('Sonaecom SI')	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de <i>corporate venturing e joint-ventures</i> .	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Sistemas de Información Espanã, S.L. ('SSI Espanã')	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom SI	100%	100%	100%	100%
Sonaecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ('Sontária')	Maia	Realização de urbanizações e construções de edifícios, planeamento, gestão urbanística, realização de estudos, construção e gestão de imóveis, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.	Optimus SGPS Sonaecom	100% -	100% -	- 100%	- 100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ('Tecnológica')	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
We Do Consulting - Sistemas de Informação, S.A. ('We Do')	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom SI	100%	100%	100%	100%
We Do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ('We Do Brasil')	Rio de Janeiro	Comercialização de <i>software e hardware</i> ; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. ('We Do Poland')	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ('We Do USA')	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited ('We Do Asia')	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ('We Do BV')	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV - Sucursal Malásia ('We Do Malásia')	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Chile SpA ('We Do Chile')	Chile	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC ('We Do Egypt')	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%
We Do Technologies (UK) Limited ('We Do UK')	Berkshire	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de R.L. ('We Do Mexico')	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	0,001% 99,999%	0,001% 99,999%	5% 95%	5% 95%
We Do Technologies Panamá S.A. ('We Do Panamá')	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Singapore PTE. LTD. ('We Do Singapura')	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%

\* Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom  
(a) Empresa adquirida em fevereiro 2013

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 - 'Demonstrações financeiras consolidadas e separadas' (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

### 3. Empresas controladas conjuntamente

Em 31 de março de 2013 e 2012, o grupo controla conjuntamente e consolida pelo método proporcional as seguintes empresas:

				Porcentagem do capital detido			
				2013		2012	
Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Unipress – Centro Gráfico, Lda. ('Unipress')	Vila Nova de Gaia	Comércio, indústria de artes gráficas e impressão de jornais.	Público	50%	50%	50%	50%
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ('S.I.R.S.' – usando a marca 'Rádio Nova')	Porto	Atividade de radiodifusão sonora.	Público	45%	45%	45%	45%
Infosystems – Sociedade de Sistemas de Informação, S.A. ('Infosystems') (a)	Luanda	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	Sonae com SI	50%	50%	-	-
SSI Angola, S.A. ('SSI Angola') (a)	Luanda	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	Infosystems	100%	50%	-	-
Zopt (b)	Porto	Gestão de Participações Sociais, como forma indireta de exercício de atividades económicas.	Sonaecom SGPS	50%	50%	-	-

\*Porcentagem de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa adquirida em junho de 2012

(b) Empresa constituída a 21 de dezembro de 2012.

Em 31 de março de 2013 e 2012, os principais impactos decorrentes da consolidação pelo método proporcional, das entidades acima referidas, é o seguinte (débito/(crédito)):

	2013	2012
Ativos não correntes	1.733.565	2.146.540
Ativos correntes	1.030.145	1.078.501
Passivos não correntes	(1.516.747)	(1.888.338)
Passivos correntes	(677.234)	(745.990)
Resultado líquido	4.699	(64.576)
Total de proveitos	(447.013)	(482.619)
Total de custos	451.713	418.043

### 4. Alterações ocorridas no grupo

Durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

#### a) Constituições

Participante	Participada	Data	Capital	% participação atual
2012				
Sonaecom	Sonaecom SP	jan-12	50.000 EUR	100%

## b) Aquisições

Compradora	Participada	Data	% adquirida	% participação atual
2013				
Saphetu Brasil	Saphetu	fev-13	99,8%	99,8%

## 5. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

								2013
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>								
Saldo em 31 dezembro 2012	301.768.158	1.080.419.350	190.334	213.408.141	1.180.616	5.718.882	20.665.640	1.623.351.121
Adições	1.666	1.053.972	-	4.635.525	-	-	8.209.474	13.900.637
Alienações	(48.155)	(660.243)	-	(139.513)	-	-	-	(847.911)
Transferências e abates	1.732.405	10.293.392	-	(968.400)	11.750	56.003	(10.605.064)	520.086
<b>Saldo em 31 março 2013</b>	<b>303.454.074</b>	<b>1.091.106.471</b>	<b>190.334</b>	<b>216.935.753</b>	<b>1.192.366</b>	<b>5.774.885</b>	<b>18.270.050</b>	<b>1.636.923.933</b>
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>								
Saldo em 31 dezembro 2012	169.218.283	672.996.043	169.790	191.878.934	1.147.268	5.153.464	-	1.040.563.782
Depreciações do período	2.183.784	14.157.491	7.108	4.618.341	3.614	67.321	-	21.037.659
Alienações	(37.163)	(345.133)	-	(67.379)	-	-	-	(449.675)
Transferências e abates	7.786	(117.940)	-	(278.718)	-	-	-	(388.872)
<b>Saldo em 31 março 2013</b>	<b>171.372.690</b>	<b>686.690.461</b>	<b>176.898</b>	<b>196.151.178</b>	<b>1.150.882</b>	<b>5.220.785</b>	<b>-</b>	<b>1.060.762.894</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>132.081.384</b>	<b>404.416.010</b>	<b>13.436</b>	<b>20.784.575</b>	<b>41.484</b>	<b>554.100</b>	<b>18.270.050</b>	<b>576.161.039</b>
<b>2012</b>								
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>								
Saldo em 31 dezembro 2011	302.416.354	1.039.039.573	184.996	201.461.205	1.181.254	5.677.521	36.269.347	1.586.230.250
Adições	65.771	1.498.254	-	3.717.429	220	1.025	13.024.288	18.306.987
Alienações	(75.531)	(14.960.003)	-	(158.745)	-	(18.892)	-	(15.213.171)
Transferências e abates	2.838.813	8.796.132	-	157.320	419	28.731	(12.771.472)	(950.057)
<b>Saldo em 31 março 2012</b>	<b>305.245.407</b>	<b>1.034.373.956</b>	<b>184.996</b>	<b>205.177.209</b>	<b>1.181.893</b>	<b>5.688.385</b>	<b>36.522.163</b>	<b>1.588.374.009</b>
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>								
Saldo em 31 dezembro 2011	161.265.292	655.832.295	136.116	179.673.009	1.137.465	4.772.518	-	1.002.816.695
Depreciações do período	2.572.374	14.281.883	8.192	4.452.520	3.104	120.894	-	21.438.967
Alienações	(24.466)	(11.387.647)	-	(132.514)	-	(5.117)	-	(11.549.744)
Transferências e abates	(419)	(2.345)	-	(1.061)	-	-	-	(3.825)
<b>Saldo em 31 março 2012</b>	<b>163.812.781</b>	<b>658.724.186</b>	<b>144.308</b>	<b>183.991.954</b>	<b>1.140.569</b>	<b>4.888.295</b>	<b>-</b>	<b>1.012.702.093</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>141.432.626</b>	<b>375.649.770</b>	<b>40.688</b>	<b>21.185.255</b>	<b>41.324</b>	<b>800.090</b>	<b>36.522.163</b>	<b>575.671.916</b>

As adições dos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 incluem um conjunto de ativos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express), GSM (Global Standard for Mobile Communications), GPRS (General Packet Radio Service), ao FTTH (Fibre-to-the-Home) e ao LTE (Long Term Evolution), parte dos quais estão associados a projetos em curso, pelo que se mantêm registados em 'Ativos fixos tangíveis em curso'.

Em 31 de março de 2013 as adições do período, incluem cerca de 1,8 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 2,2 milhões de euros em 31 de março de 2012).

As alienações do período findo em 31 de março de 2012 correspondem essencialmente à venda de um conjunto de ativos relacionados com as redes 2G, 3G e Micro-ondas (MW). Estas alienações não geraram mais-valias significativas.

O custo de aquisição dos 'Ativos fixos tangíveis' e 'Ativos Intangíveis' detidos pelo grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de março de 2013 e 2012, ascendia a 36.793.278 euros e a 34.866.677 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 18.800.543 euros e 20.362.503 euros, respetivamente.

Em 31 de março de 2013 os 'Ativos fixos tangíveis' incluem o montante de 26,0 milhões de euros (22,4 milhões de euros em 2012) relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido, o qual se encontra a ser amortizado durante o período de duração desses mesmos contratos.

Em 31 de março de 2013 e 2012, a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, exceção feita aos ativos afetos a contratos de locação financeira.

O 'Ativo fixo tangível em curso' apresentava, em 31 de março de 2013 e 2012, a seguinte composição:

	2013	2012
Desenvolvimento da rede móvel / fixa	14.833.294	30.207.793
Sistemas de informação	1.555.192	2.495.594
Outros projetos em curso	1.881.564	3.818.776
	<b>18.270.050</b>	<b>36.522.163</b>

Em 31 de março de 2013 e 2012, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar era como segue:

	2013	2012
Investimentos da área técnica	9.129.703	38.006.060
Investimentos em sistemas de informação	1.655.994	1.101.275
	<b>10.785.697</b>	<b>39.107.335</b>

## 6. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2013
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2012	471.768.685	324.762.220	22.694.448	819.225.353
Adições	6.002.180	288.385	3.979.465	10.270.030
Alienações	-	(808)	-	(808)
Transferências e abates	37.748	599.960	(2.511.276)	(1.873.568)
Saldo em 31 março 2013	<b>477.808.613</b>	<b>325.649.757</b>	<b>24.162.637</b>	<b>827.621.007</b>
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2012	184.536.858	255.157.126	-	439.693.984
Amortizações do período	9.959.633	5.111.109	-	15.070.742
Alienações	-	(310)	-	(310)
Transferências e abates	(608)	(1.030.493)	-	(1.031.101)
Saldo em 31 março 2013	<b>194.495.883</b>	<b>259.237.432</b>	<b>-</b>	<b>453.733.315</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>283.312.730</b>	<b>66.412.325</b>	<b>24.162.637</b>	<b>373.887.692</b>

				2012
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso)	361.690.451	296.368.784	117.812.807	775.872.042
Adições	6.769.955	254.489	3.645.093	10.669.537
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	(6.030.032)	6.376.539	(5.477.316)	(5.130.809)
<b>Saldo em 31 março 2012</b>	<b>362.430.374</b>	<b>302.999.812</b>	<b>115.980.584</b>	<b>781.410.770</b>
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso)	153.193.021	233.557.139	-	386.750.160
Amortizações do período	10.031.884	5.309.698	-	15.341.582
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	(6.070.036)	(19.555)	-	(6.089.591)
<b>Saldo em 31 março 2012</b>	<b>157.154.869</b>	<b>238.847.282</b>	<b>-</b>	<b>396.002.151</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>205.275.505</b>	<b>64.152.530</b>	<b>115.980.584</b>	<b>385.408.619</b>

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus – Comunicações S.A. assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ('MOPTC'), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de euros, tinha de ser realizado através de projetos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal atividade da Optimus - Comunicações S.A. (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e atividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. Em 31 de março de 2013, a totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respetivos projetos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de euros, têm vindo a ser realizados nos termos acordados entre a Optimus - Comunicações S.A. e o MOPTC, através de contribuições para o projeto 'Iniciativas E' (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afetas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efetuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, atualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua atividade em Portugal. A responsabilidade total está reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Desta forma, em 31 de março de 2013, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos encontram-se integralmente registadas nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

O ativo intangível no período findo em 31 março de 2013 inclui o montante de aproximadamente 110 milhões de euros correspondente ao valor atual, dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) nas bandas dos 800 MHz, 1800 MHz e 2600 MHz, que serão utilizadas para desenvolvimento de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution). O valor total a pagar será de 113 milhões, tendo já sido pago, em janeiro de 2012, um montante de 83 milhões e em janeiro de 2013 um montante de 6 milhões de euros. O restante poderá ser pago em 4 prestações anuais, de 6 milhões de euros, tendo a Optimus, em cada momento anual de pagamento, a possibilidade de optar pelo pagamento antecipado do montante em dívida. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e considerando a disponibilização da tecnologia LTE, embora sujeita a restrições em algumas zonas do país, e o arranque da operação comercial da mesma, uma parcela do valor atual dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution) foi transferido para firme (92,9 milhões de euros) e iniciada a respetiva amortização, pelo período estimado de utilização (até 2041).

Em 31 de março de 2013 e 2012, o grupo mantinha registado na rubrica 'Ativos intangíveis – Propriedade Industrial' o montante de 168.723.687 euros e 177.899.536 euros, respetivamente, correspondentes sobretudo ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem: (i) 53.255.114 euros (56.255.402 euros, em 2012) relativos à licença, (ii)

17.794.486 euros (18.796.992 euros, em 2012) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 5.465.224 euros (5.773.124 euros, em 2012) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social da Fundação para as Comunicações Móveis no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 87.658.716 euros (92.267.526 euros, em 2012) relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo grupo no âmbito da Sociedade de Informação.

A rubrica 'Propriedade industrial e outros direitos', inclui ainda cerca de 12,2 milhões de euros líquidos de amortizações (17,5 milhões de euros, em 2012) referentes a encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes da subsidiária Optimus de acordo com a política contabilística descrita na Nota 1 e).

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, diretamente relacionados com a construção de determinados ativos fixos tangíveis ou intangíveis em curso.

Em 31 de março de 2013 e 2012, o total do valor líquido destes custos ascende a 9.334.452 euros e 10.279.410 euros, respetivamente. Os valores capitalizados nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 foram de 159.849 euros e 1.056.285 euros, respetivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 2,60% em 2013 (2,89% em 2012) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo grupo.

Em 31 de março de 2013 as adições do período, incluem cerca de 2,0 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 2,0 milhões de euros em 31 de março de 2012).

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis para os vários segmentos é efetuada de acordo com o descrito na Nota 8 ('Goodwill'), na medida em que tais ativos estão intimamente relacionados com a atividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

## 7. Classes de instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2013 e 2012, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo grupo eram como segue:

						2013
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>						
Investimentos disponíveis para venda (Nota 9)	-	215.448	-	215.448	-	215.448
Outros ativos não correntes	1.991.761	-	-	1.991.761	-	1.991.761
	<b>1.991.761</b>	<b>215.448</b>	<b>-</b>	<b>2.207.209</b>	<b>-</b>	<b>2.207.209</b>
<b>Ativos correntes</b>						
Clientes	139.304.250	-	-	139.304.250	-	139.304.250
Outras dívidas de terceiros	18.710.708	-	-	18.710.708	6.654.287	25.364.995
Outros ativos correntes	-	-	59.327.535	59.327.535	20.488.701	79.816.236
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	32.295.637	-	-	32.295.637	-	32.295.637
	<b>190.310.595</b>	<b>-</b>	<b>59.327.535</b>	<b>249.638.130</b>	<b>27.142.988</b>	<b>276.781.118</b>

						2012
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>						
Investimentos disponíveis para venda (Nota 9)	-	212.323	-	212.323	-	212.323
Outros ativos não correntes	302.168	-	-	302.168	-	302.168
	302.168	212.323	-	514.491	-	514.491
<b>Ativos correntes</b>						
Clientes	107.408.958	-	-	107.408.958	-	107.408.958
Outras dívidas de terceiros	21.009.340	-	-	21.009.340	7.704.651	28.713.991
Outros ativos correntes	-	-	57.731.875	57.731.875	16.332.810	74.064.685
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 11)	99.898.634	-	-	99.898.634	-	99.898.634
	228.316.932	-	57.731.875	286.048.807	24.037.461	310.086.268

						2013
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
<b>Passivo não corrente</b>						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 14)	195.358.777	-	195.358.777	-	195.358.777	
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 15)	-	18.046.070	18.046.070	-	18.046.070	
Outros passivos não correntes	-	33.772.101	33.772.101	127.820	33.899.921	
	195.358.777	51.818.171	247.176.948	127.820	247.304.768	
<b>Passivo corrente</b>						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 14)	171.132.405	-	171.132.405	-	171.132.405	
Fornecedores	-	140.503.796	140.503.796	-	140.503.796	
Outros passivos financeiros (Nota 18)	-	2.972.507	2.972.507	-	2.972.507	
Titularização de créditos (Nota 17)	14.981.618	-	14.981.618	-	14.981.618	
Outras dívidas a terceiros	-	2.223.983	2.223.983	15.083.776	17.307.759	
Outros passivos correntes	-	94.559.415	94.559.415	26.874.209	121.433.624	
	186.114.023	240.259.701	426.373.724	41.957.985	468.331.709	

					2012
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Passivo não corrente</b>					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 14)	289.558.835	-	289.558.835	-	289.558.835
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 15)	-	19.852.885	19.852.885	-	19.852.885
Titularização de créditos (Nota 17)	14.981.949	-	14.981.949	-	14.981.949
Outros passivos não correntes	-	23.822.905	23.822.905	240.481	24.063.386
	304.540.784	43.675.790	348.216.574	240.481	348.457.055
<b>Passivo corrente</b>					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 14)	143.325.091	-	143.325.091	-	143.325.091
Fornecedores	-	134.383.857	134.383.857	-	134.383.857
Outros passivos financeiros (Nota 18)	-	2.945.208	2.945.208	-	2.945.208
Titularização de créditos (Nota 17)	19.838.393	-	19.838.393	-	19.838.393
Outras dívidas a terceiros	-	2.281.947	2.281.947	10.257.787	12.539.734
Outros passivos correntes	-	105.870.577	105.870.577	27.924.957	133.795.534
	163.163.484	245.481.589	408.645.073	38.182.744	446.827.817

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos registados nas rubricas de outros ativos/passivos correntes e não correntes foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração do grupo que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

## 8. Goodwill

Nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos na rubrica 'Goodwill' foram os seguintes:

	2013	2012
Saldo inicial	518.307.204	521.103.723
Ajustamento ao goodwill da Connectiv (Nota 1.g)	412.703	-
Outros movimentos do período	158.667	-
<b>Saldo final</b>	<b>518.878.574</b>	<b>521.103.723</b>

No período findo em 31 de março de 2013, a rubrica 'Outros movimentos do período' inclui os efeitos da atualização cambial de goodwill.

Em 30 de abril de 2012, o grupo adquiriu a totalidade do capital da Connectiv Solutions, Inc., no seguimento da qual consolidou pelo método integral os ativos e passivos e resultados desta empresa a partir de 1 de maio de 2012.

Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também no caso da aquisição da Connectiv, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo reconhecido como Goodwill o montante de 5.580.478 euros. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado.

O preço de aquisição inclui um montante diferido a pagar em 2013 e 2014, e um montante contingente, a pagar anualmente, durante 4 anos, dependente da performance da empresa ao nível da receita. No período findo em 31 de março de 2013, o montante contingente a pagar, foi ajustado em 412.703 euros, o que gerou um ajustamento ao Goodwill inicial, conforme permitido pela IFRS 3 Concentrações Empresariais.

A alocação do preço de compra está ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data de aquisição, conforme permitido pela IFRS 3 Concentrações Empresariais.

Não obstante, a empresa não estima alterações significativas na sua posição financeira em resultado de eventuais alterações à alocação realizada.

Em 1 de janeiro de 2013, ocorreu a fusão por incorporação da Connectiv na WeDo Americas.

Em 31 de março de 2013, a rubrica 'Goodwill' tinha a seguinte composição:

	Telecomunicações	Sistemas de Informação	Multimédia
Goodwill	485.150.341	26.406.535	7.321.698

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor das telecomunicações, os pressupostos utilizados têm por base os desempenhos passados, a evolução do número de clientes, a previsível evolução das tarifas reguladas, as condições de mercado atuais bem como as expectativas de desenvolvimento futuro. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas, taxas de crescimento de cerca de 3%. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	Telecomunicações	Sistemas de Informação	Multimédia
<b>Pressupostos</b>			
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso	Preço de venda líquido
Taxa de desconto	9,5%	14,0%	-
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,0%	3,0%	-

Devido ao agravar da crise financeira, que provocou uma forte degradação do cenário macroeconómico em Portugal nos últimos anos, o mercado publicitário sofreu uma forte queda. Esta situação, juntamente com previsões pessimistas para os anos seguintes, agravou as suas perspetivas de evolução futura. Verificou-se, adicionalmente, uma deterioração das vendas de jornais e produtos associados, afetando as projeções dos fluxos de caixa do segmento de multimédia, cujos testes de imparidade conduziram ao registo de uma perda no valor de 8 milhões de euros no exercício de 2012, na rubrica 'Amortizações e depreciações' da Demonstrações de Resultados, de acordo com a política descrita na Nota 1.x). A análise de sensibilidade efetuada, não conduziu, na data, a perdas de imparidade adicionais significativas.

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012. Nos setores das Telecomunicações e Sistemas de Informação, na análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, variações de 50 bp na taxa de desconto ou variações de 100 bp na taxa de crescimento não conduziram a variações materiais dos valores de recuperação, não resultando igualmente quaisquer imparidades adicionais.

## 9. Investimentos disponíveis para venda

Em 31 de março de 2013 e 2012, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2013	2012
Lusa – Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	5.000
Outros	-	13.104	9.979
		<b>215.448</b>	<b>212.323</b>

Durante o período findo em 31 de março de 2013, os movimentos ocorridos na rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda', correspondeu à constituição da empresa Distrinews, S.A. em que o Público subscreveu 25% do seu capital no montante de 12.500 euros, e subsequente alienação de 75% do capital detido na mesma entidade pelo montante de 9.375 euros.

Durante o período findo em 31 de março de 2012 a rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda' não apresentou quaisquer movimentos.

Em 31 de março de 2013, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de euros):

	Ativo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado antes de juros, impostos e amortizações	Resultado Líquido
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. <sup>(1)</sup>	14.267	6.841	1.215	19.485	957	261
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL <sup>(1)</sup>	102	2	-	128	37	37

<sup>(1)</sup> Valores em milhares de euros reportados a 31-12-2012.

## 10. Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos, em 31 de março de 2013 e 2012, no montante de 98.064.904 euros e 99.271.674 euros, respetivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, benefícios fiscais, da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns ativos fixos e de outras diferenças temporárias.

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 foi como segue:

					2013
	Saldo em 31 dezembro 2012	Movimentos nos Impostos Diferidos do ano	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Saldo em 31 março 2013
Prejuízos fiscais	6.172.973	185.848	-	192.533	6.551.354
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	36.302.876	(1.012.933)	-	(1.238)	35.288.705
Benefícios Fiscais (SIFIDE e RFAI)	9.709.216	-	-	1.086.743	10.795.959
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	13.249.801	(1.656.225)	-	-	11.593.576
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	3.220.000	-	(805.000)	-	2.415.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	32.510.701	(1.649.599)	-	529.658	31.390.760
Sub-total do efeito em resultados (Nota 21)	101.165.567	(4.132.909)	(805.000)	1.807.696	98.035.354
Outros	(30.786)	60.336	-	-	29.550
<b>Saldo final</b>	<b>101.134.781</b>	<b>(4.072.573)</b>	<b>(805.000)</b>	<b>1.807.696</b>	<b>98.064.904</b>

					2012
	Saldo em 31 dezembro 2011	Movimentos nos Impostos Diferidos do ano	Utilização de Impostos diferidos	Registo/(Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Saldo em 31 março 2012
Prejuízos fiscais	7.152.769	-	(115.821)	-	7.036.948
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	26.591.262	(300.676)	-	732.922	27.023.508
Benefícios Fiscais (SIFIDE e RFAI)	3.519.525	-	-	17.217	3.536.742
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	20.203.355	(1.683.614)	-	-	18.519.741
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	6.440.000	-	(805.000)	-	5.635.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	39.975.219	(2.469.151)	-	-	37.506.068
<b>Sub-total do efeito em resultados (Nota 21)</b>	<b>103.882.130</b>	<b>(4.453.441)</b>	<b>(920.821)</b>	<b>750.139</b>	<b>99.258.007</b>
Outros	(28.249)	41.916	-	-	13.667
<b>Saldo final</b>	<b>103.853.881</b>	<b>(4.411.525)</b>	<b>(920.821)</b>	<b>750.139</b>	<b>99.271.674</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos ativos no montante de 16,1 milhões de euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em dezembro de 2008 (Nota 17). Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de agosto, os 100 milhões de euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos ativos na extensão em que era provável, naquela data, com razoável segurança, a sua utilização. Até 31 de março de 2013, foi revertido um montante de 13,6 milhões de euros, correspondente à reversão da respetiva diferença temporária.

Os impostos diferidos relacionados com os Ajustamentos IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do facto de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícios anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2010 e 2014.

Os impostos diferidos relacionados com a Licença UMTS referem-se a diferenças temporárias relativas ao valor da licença UMTS, da subsidiária Optimus. Nas demonstrações financeiras consolidadas e de acordo com as IAS/IFRS, a licença foi amortizada linearmente, pelo período estimado de vida útil. Para efeitos fiscais, até ao exercício de 2009, a licença UMTS foi amortizada utilizando, nos primeiros cinco anos de operação comercial, de 2004 a 2008, quotas progressivas em função da capacidade da rede instalada, após o que seriam aplicadas quotas constantes até ao termo da licença. Deste modo, o grupo registou impostos diferidos ativos relativos à diferença temporária entre o valor da licença para efeitos fiscais e o valor registado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de março de 2013 e 2012, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a recuperar e a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração das empresas do grupo, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 8.

Em 31 de março de 2013 e 2012, a taxa de imposto utilizada nas empresas portuguesas, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso das diferenças temporárias, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa utilizada foi de 26,5%. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Para as empresas estrangeiras foi utilizada a taxa em vigor em cada um dos países.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam ativos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 31 de março de 2012, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS	Empresas excluídas do RETGS							2013
		Digitmarket	Cape Technologies	We Do Brasil	We Do USA	Sonocom Sistemas de Informação Espanha	We Do Mexico	Total	Total Grupo Sonaecom
Prejuízos fiscais reportáveis:									
A serem utilizados até 2015	5.628.170	-	-	-	-	-	-	-	5.628.170
A serem utilizados até 2021	-	-	-	-	-	-	153.061	153.061	153.061
A serem utilizados até 2022	-	-	-	-	-	-	28.236	28.236	28.236
A serem utilizados até 2023	-	-	-	-	-	-	106.501	106.501	106.501
A serem utilizados até 2025	-	-	-	-	-	151.545	-	151.545	151.545
A serem utilizados até 2030	-	-	-	-	142.929	7.393	-	150.322	150.322
A serem utilizados até 2032	-	-	-	-	125.994	-	-	125.994	125.994
A serem utilizados até 2033	-	-	-	-	73.019	-	-	73.019	73.019
Sem limite de utilização	-	-	134.506	-	-	-	-	134.506	134.506
Prejuízos fiscais	5.628.170	-	134.506	-	341.942	158.938	287.798	923.184	6.551.354
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	34.749.940	24.710	-	374.750	87.661	-	51.644	538.765	35.288.705
Benefícios Fiscais (SIFIDE e RFAI)	10.795.959	-	-	-	-	-	-	-	10.795.959
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	11.593.207	369	-	-	-	-	-	369	11.593.576
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	2.415.000	-	-	-	-	-	-	-	2.415.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	31.390.760
Outros	-	-	-	-	8.479	-	21.071	29.550	29.550
<b>Total</b>	<b>65.182.276</b>	<b>25.079</b>	<b>134.506</b>	<b>374.750</b>	<b>438.082</b>	<b>158.938</b>	<b>360.513</b>	<b>1.491.868</b>	<b>98.064.904</b>

Em 31 de março de 2013 e 2012, os valores de impostos diferidos não registados por, atualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2013	2012
Prejuízos fiscais	22.352.915	27.364.673
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	36.045.542	44.356.433
Outros	3.894.745	12.386.796
	<b>62.293.202</b>	<b>84.107.902</b>

Em 31 de março de 2013 e 2012, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2013	2012
2012	-	4.576.414
2013	13.458.713	13.847.153
2014	695.592	492.722
2015	3.739.042	4.396.373
2016	407.700	373.425
2017	441.964	156.996
2018	65.437	327.826
2019	331.156	51.352
2020	28.260	10.202
2021	53.860	66.903
2022	11.566	13.860
2027	-	32.918
2030	84.675	-
2031	42.529	-
Sem limite de utilização	2.992.421	3.018.529
	<b>22.352.915</b>	<b>27.364.673</b>

Os anos de 2017 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 4 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 31 de março de 2013 e 2012 no montante de 1.157.270 euros e 3.336.162 euros, respetivamente, resultam essencialmente de diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, foi como segue:

	2013	2012
Saldo inicial	(1.089.637)	(5.186.711)
Efeito em resultados:		
Diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal	(50.572)	1.359.734
Sub-total do efeito em resultados (Nota 21)	(50.572)	1.359.734
Outros	(17.061)	490.815
<b>Saldo final</b>	<b>(1.157.270)</b>	<b>(3.336.162)</b>

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 é como segue:

	2013	2012
Resultado antes de imposto	22.481.047	21.221.140
Imposto (25%)	(5.620.262)	(5.305.285)
Ativos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação, tributação autónoma e derrama	(643.407)	(1.565.433)
Registo/(anulação) de ativos por impostos diferidos relativos a exercícios anteriores e benefícios fiscais	1.807.696	750.139
Utilização de prejuízos fiscais e benefícios fiscais, sem registo de imposto diferido ativo em exercícios anteriores	1.006.762	2.165.974
Diferenças temporárias do período sem registo de impostos diferidos ativos	(606.016)	(659.711)
Registo de passivos por impostos diferidos	(350.070)	-
Diferenças temporárias não registadas resultantes da operação de titularização de créditos	450.000	450.000
Movimento nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal da Licença UMTS	(91.291)	(91.260)
<b>Impostos registados no período (Nota 21)</b>	<b>(4.046.588)</b>	<b>(4.255.576)</b>

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 25% por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal, país onde a quase totalidade dos rendimentos do grupo Sonaecom são tributados.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2009 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a subsidiária Optimus foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. A respetiva nota de liquidação foi rececionada em abril de 2011. Atendendo ao princípio da periodização do lucro tributável, a Optimus foi posteriormente, notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros, no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 (Relatório da Inspeção Tributária e nota de liquidação rececionados em dezembro de 2011 e janeiro de 2012, respetivamente) e 2010 (Relatório da Inspeção Tributária rececionado em janeiro de 2013).

Dado que o acréscimo efetuado em 2008, não foi aceite por não cumprir o disposto no artigo 18º do CIRC, também nos exercícios seguintes a dedução correspondente aos créditos gerados nesse ano para cumprimento da amortização anual contratada no âmbito da operação (20 milhões por ano durante 5 anos) serão de eliminar no apuramento do lucro tributável. A Optimus impugnou as decisões referentes aos exercícios de 2008 e 2009 e impugnará em seu devido tempo a decisão referente ao exercício de 2010. É convicção do

Conselho de Administração da Optimus e do grupo de que existem argumentos sólidos para a obtenção de sentença favorável à Optimus, razão pela qual se manteve o registo dos impostos diferidos ativos associados a esta operação.

Conforme convicção do Conselho de Administração do grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2013.

## 11. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de março de 2013 e 2012, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2013	2012
Numerário	263.067	155.989
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	5.562.579	4.400.949
Aplicações de tesouraria	26.469.991	95.341.696
Caixa e equivalentes de caixa	32.295.637	99.898.634
Descobertos bancários (Nota 14)	(5.181.345)	(255.642)
	27.114.292	99.642.992

Em 31 de março de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2013	2012
Sonae Investments BV	11.810.000	31.810.000
Aplicações bancárias	14.659.991	63.531.696
	26.469.991	95.341.696

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 31 de março de 2013, venceram juros a uma taxa média de 2,13% (3,20% em 2012).

## 12. Capital social

Em 31 de março de 2013 e 2012, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 ações correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2013		2012	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	52,99%	194.063.119	52,99%
Ações dispersas em Bolsa	78.119.762	21,48%	80.761.848	20,95%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Millenium BCP	12.500.998	3,41%	12.500.998	3,41%
Ações próprias (Nota 13)	4.882.615	1,18%	5.020.529	1,37%
Sonae SGPS	3.430.000	0,94%	650.000	0,18%
Efanor Investimentos, SGPS, S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
	366.246.868	100%	366.246.868	100,00%

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

## 13. Ações próprias

Durante o período findo em 31 de março de 2013, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 247.423 ações próprias, no âmbito do seu plano de incentivo de médio prazo.

Adicionalmente, durante o período findo em 31 de março de 2013, a Sonaecom adquiriu 809.000 novas ações (a um preço médio de 1,658 euros), detendo, à data de 31 de março de 2013, 4.882.615 ações próprias representativas de 1,33% do seu capital social, a um preço médio de 1,338 euros.

## 14. Empréstimos

Em 31 de março de 2013 e 2012, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

### a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2013	2012
Sonaecom	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	jun-13	Final	-	150.000.000
SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2011	100.000.000	mar-15	Final	100.000.000	100.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	mar-15	Final	40.000.000	40.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2012	20.000.000	jul-15	-	20.000.000	-
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(1.428.055)	(2.539.092)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	252.063	1.370.934
					<b>158.824.008</b>	<b>288.831.842</b>
Sonaecom	Papel Comercial	30.000.000	jul-15	-	30.000.000	-
SGPS	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(70.346)	-
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	241.474	-
					<b>30.171.128</b>	<b>-</b>
WeDo USA	Empréstimo bancário	-	abr-19	-	5.857.050	-
Unipress	Empréstimo bancário	-	jun-17	-	141.337	271.123
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	451.322	451.322
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(162.676)	-
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	76.608	4.548
					<b>6.363.641</b>	<b>726.993</b>
					<b>195.358.777</b>	<b>289.558.835</b>

## b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2013	2012
Sonaecom SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	jun-13	Final	150.000.000	-
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	fev-13	Final	-	30.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(126.563)	-
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	502.055	-
					<b>150.375.492</b>	<b>30.000.000</b>
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	150.000.000	jul-12	-	-	100.000.000
	Papel Comercial	25.000.000	jul-13	-	7.000.000	13.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(5.200)	(188.694)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	5.768	258.143
					<b>7.000.568</b>	<b>113.069.449</b>
Sonaecom SGPS	Contas correntes caucionadas	16.500.000	jul-13	-	8.575.000	-
Sonaecom SGPS	Descobertos autorizados (Nota 11)	2.500.000	out-13	-	2.485.000	-
Diversas	Descobertos bancários (Nota 11)	-	-	-	2.696.345	255.642
					<b>13.756.345</b>	<b>255.642</b>
					<b>171.132.405</b>	<b>143.325.091</b>

## Empréstimos Obrigacionistas

Em junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de euros sem garantias e pelo prazo de oito anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em fevereiro e março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respetivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pela Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon. A 4 de fevereiro de 2013, a empresa liquidou o empréstimo obrigacionista de 30 milhões de euros.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos e meio. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco BPI.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 2,39% (3,52%, em 2012).

## Programas de Papel Comercial

Em julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de euros em julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Em junho de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 15 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 30 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa – Banco de Investimento e Caixa Geral de Depósitos. Adicionalmente, no mesmo período, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 25 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de um ano, organizado pelo Banco Santander Totta.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

Em abril de 2012, a Wedo Americas procedeu à contratação de um empréstimo de longo prazo junto do Espírito Santo Bank, no valor de 7,5 milhões USD e pelo prazo de 7 anos. O plano de reembolso deste financiamento é composto por 11 tranches semestrais, sendo a primeira exigível em abril de 2014.

Em 31 de março de 2013, os principais condicionalismos financeiros (*covenants*) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em setembro de 2011, no montante total de 100 milhões de euros e que estabelecem: (i) a obrigatoriedade de a Sonaecom, a Optimus, a Artis e a Optimus SGPS, assim como as empresas cujos ativos e EBITDA sejam iguais ou superiores a 15% dos ativos e do EBITDA consolidado (*material subsidiaries*) representem, no seu conjunto, 80% ou mais do EBITDA do grupo e dos Ativos Consolidados do grupo; e (ii) a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, este e outros empréstimos da Sonaecom estão abrangidos por cláusulas de *Negative pledge*, as quais impõem determinadas restrições à oneração ou constituição de garantias reais sobre os ativos tangíveis das *material subsidiaries* e obrigam à manutenção de controlo sobre a Optimus ou da WeDo USA (no caso do empréstimo bancário desta empresa). As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 31 de março de 2013 e na presente data, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados. Em resultado do processo negocial com o sistema financeiro, foram obtidas as necessárias aprovações, permitindo resolver os impactos da eventual fusão entre a Optimus e a Zon.

#### Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 29 milhões de euros. Estas linhas de crédito têm prazos até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Em 31 de março de 2013 e 2012, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas, papel comercial e para o empréstimo bancário da WeDo Américas classificadas a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	n+1	n+2	n+3	n+4	n+5
<b>2013</b>					
Empréstimo obrigacionista:					
Amortização	-	150.000.000	10.000.000	-	-
Juros	5.595.859	5.292.192	167.988	-	-
Papel comercial:					
Amortização	-	-	30.000.000	-	-
Juros	1.187.520	1.187.520	396.925	-	-
Outros empréstimos:					
Amortização	-	1.064.918	1.064.918	1.064.918	1.064.918
Juros	165.518	144.518	114.878	84.660	54.649
	<b>6.948.897</b>	<b>157.689.148</b>	<b>41.744.709</b>	<b>1.149.578</b>	<b>1.119.567</b>
<b>2012</b>					
Empréstimo obrigacionista:					
Amortização	-	150.000.000	140.000.000	-	-
Juros	9.439.500	6.471.505	5.503.397	-	-
Papel comercial:					
Amortização	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-
	<b>9.439.500</b>	<b>156.471.505</b>	<b>145.503.397</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a cinco anos (a 31 de março de 2013 a sua maturidade era de três anos), facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente.

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

Em 31 de março de 2013 e 2012, as linhas de crédito disponíveis pelo grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
<b>2013</b>						
Sonaecom	Papel comercial	30.000.000	30.000.000	-		x
Sonaecom	Papel comercial	25.000.000	7.000.000	18.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Sonaecom	Contas correntes caucionadas	16.500.000	8.575.000	7.925.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados*	10.000.000	-	10.000.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	2.485.000	15.000	x	
SIRS	Descobertos autorizados	150.000	-	150.000	x	
WeDo USA	Empréstimo bancário	5.857.050	5.857.050	-		x
Outras	Diversos	-	2.696.345	-	x	
		<b>415.007.050</b>	<b>366.613.395</b>	<b>51.090.000</b>		
<b>2012</b>						
Sonaecom	Papel comercial	150.000.000	100.000.000	50.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	30.000.000	13.000.000	17.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	10.000.000	-	10.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Sonaecom	Contas correntes caucionadas	16.500.000	-	16.500.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
Saphety	Descobertos autorizados	202.068	-	202.068	x	
SIRS	Descobertos autorizados	150.000	-	150.000	x	
Outras	Diversos	-	255.642	-	x	
		<b>544.352.068</b>	<b>433.255.642</b>	<b>111.352.068</b>		

\* Pode também ser utilizado sob a forma de Papel comercial.

Em 31 de março de 2013 e 2012 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

## 15. Outros passivos financeiros não correntes

Em 31 de março de 2013 e 2012, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis relativos a contratos de leasing cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 18.046.070 euros e 19.852.885 euros, respetivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 31 de março de 2013 e 2012 era o seguinte:

	2013		2012	
	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing
2012	-	-	2.789.323	2.178.702
2013	2.606.417	2.157.439	4.173.743	3.214.108
2014	3.783.839	2.891.374	3.258.098	2.436.404
2015	3.641.379	2.893.468	3.188.979	2.489.851
2016	2.878.073	2.268.667	2.305.802	1.716.808
2017 e seguintes	12.977.213	10.807.629	12.926.150	10.762.220
	<b>25.886.921</b>	<b>21.018.577</b>	<b>28.642.095</b>	<b>22.798.093</b>
Juros	(4.868.345)	-	(5.844.002)	-
	<b>21.018.576</b>	<b>21.018.577</b>	<b>22.798.093</b>	<b>22.798.093</b>
Parcela curto prazo (Nota 18)	-	(2.972.507)	-	(2.945.208)
	<b>21.018.576</b>	<b>18.046.070</b>	<b>22.798.093</b>	<b>19.852.885</b>

Os acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra ótica em que o grupo tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um ativo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 - 'Determinar se um acordo contém uma locação'. Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos. O valor escriturado destes ativos, bem como o correspondente passivo nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013	2012
Ativos líquidos	12.809.696	14.084.518
Passivo corrente	713.879	674.279
Passivo não corrente	13.563.612	14.611.244

## 16. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Reforço	Utilização e Transferências	Redução	Saldo final
<b>2013</b>					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	83.081.017	3.829.544	(15.361.547)	(5.412)	71.543.602
Perdas de imparidade acumuladas em inventários	4.377.789	-	(620.346)	(55.420)	3.702.023
Provisões para outros riscos e encargos	43.612.202	830.933	(999.297)	(6.592)	43.437.246
	<b>131.071.008</b>	<b>4.660.477</b>	<b>(16.981.190)</b>	<b>(67.424)</b>	<b>118.682.871</b>
<b>2012</b>					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	78.700.909	5.719.984	(12.336.050)	(18.075)	72.066.768
Perdas de imparidade acumuladas em inventários	12.801.233	288.613	(119.438)	-	12.970.408
Provisões para outros riscos e encargos	48.549.956	914.013	(1.973.712)	(6.124)	47.484.133
	<b>140.052.098</b>	<b>6.922.610</b>	<b>(14.429.200)</b>	<b>(24.199)</b>	<b>132.521.309</b>

O reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 283.696 euros (531.402 euros em 2012) registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 21), o montante de 74.636 euros (432.739 euros em 2012) relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 - 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.d)) e ainda o montante de 98.242 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Outros custos financeiros', respeitante à atualização da provisão anteriormente criada para desmantelamento de sites.

Desta forma, o montante de reforço registado na demonstração de resultados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' ascende a 4.203.903 euros (5.669.856 euros em 2012).

As utilizações e transferências referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes e inventários com imparidade da filial Optimus - Comunicações S.A., integralmente objeto de perdas de imparidade já reconhecidas na demonstração de resultados.

O valor da redução está registado da demonstração de resultados na rubrica de 'Outros proveitos operacionais'.

A 31 de março de 2013 e 2012, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2013	2012
Desmantelamento de sites	14.174.691	23.296.940
Contingências diversas	4.732.928	3.704.502
Processos judiciais em curso	3.308.069	3.185.629
Indemnizações a liquidar	623.405	742.151
Outras responsabilidades	20.598.153	16.554.911
	<b>43.437.246</b>	<b>47.484.133</b>

A 31 de março de 2013, o valor das provisões para desmantelamento de sites encontra-se registado pelo valor presente tendo em consideração a data de utilização das mesmas, de acordo com a IAS 37 – ‘Provisões, Passivos e Ativos Contingentes’.

A redução verificada durante o exercício de 2012 deve-se ao registo da atualização para o valor presente das provisões criadas para desmantelamento de sites, tendo em consideração a data estimada de utilização das mesmas, a qual foi registada por contrapartida de uma redução de igual montante nos ativos fixos tangíveis (Nota 5).

A rubrica de ‘Contingências diversas’ diz respeito a passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à atualização financeira dos mesmos.

A rubrica ‘Outras responsabilidades’ corresponde sobretudo ao valor de custos imputados ao período corrente ou a períodos passados, em relação aos quais não é possível estimar com grande fiabilidade o momento da concretização da despesa (Nota 1.s)), no montante de cerca de 18,5 milhões de euros, nos quais se inclui o montante de 6,8 milhões de euros relacionados com o diferendo relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001 (Nota 27) e 5,0 milhões de euros relacionados com descontos de *roaming*.

## 17. Titularização de Créditos

Em 30 de dezembro de 2008, a subsidiária Optimus - Comunicações, S.A., concretizou uma operação de titularização de créditos futuros, no montante de 100 milhões de euros (98.569.400 euros, líquidos de custos iniciais), através da qual cedeu os créditos futuros a serem gerados por uma carteira de contratos com clientes do segmento ‘Corporate’, ao abrigo do regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de novembro (Nota 10).

Esta operação foi coordenada pelo Deutsche Bank, tendo os créditos sido alocados à sociedade TAGUS – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (‘TAGUS’), que, para o efeito, procedeu à emissão de obrigações titularizadas denominadas ‘Magma No. 1 Securitisation Notes’, às quais foi atribuído, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o código alfanumérico legalmente exigido (200812TGSSONSXXN0031).

As receitas futuras, nos montantes necessários para assegurar a realização pela TAGUS, dos pagamentos trimestrais de juros e capitais, devidos aos obrigacionistas da emissão associada a esta transação, bem como os outros pagamentos devidos aos demais credores desta operação, serão alocadas à Optimus – Comunicações, S.A. ao longo dos exercícios de 2009 a 2013 até ao valor máximo de 213.840.362 euros. Nos termos da operação, o montante a alocar nos próximos 12 meses (14.981.618 euros) foi relevado no passivo corrente.

Esta transação não implicou qualquer alteração no tratamento contabilístico dos créditos subjacentes, ou na relação com os respetivos clientes.

A 31 de março de 2013 e 2012, o valor registado em ‘Titularização de créditos’ tinha o seguinte plano de maturidade:

	N+1	N+2	Total
<b>2013</b>			
Titularização de créditos	14.981.618	-	14.981.618
<b>2012</b>			
Titularização de créditos	19.838.393	14.981.949	34.820.342

## 18. Outros passivos financeiros

Em 31 de março de 2013, a rubrica ‘Outros passivos financeiros’ inclui o montante de 2.972.507 euros (2.945.208 euros em 2012) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de leasing (Nota 15).

## 19. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de março de 2013 e 2012, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Custos de interligação	44.471.385	45.089.306
Trabalhos especializados	10.645.895	11.193.807
Rendas e alugueres	7.767.254	8.867.530
Outros subcontratos	7.365.481	6.773.062
Comissões	4.203.264	4.554.012
Eletricidade	2.652.126	2.569.193
Publicidade e propaganda	2.556.696	4.480.164
Aluguer de circuitos	2.451.320	2.888.863
Honorários	1.536.217	659.335
Deslocações e estadas	1.319.152	1.213.838
Conservação e reparação	1.100.654	1.544.969
Comunicação	1.023.606	1.225.320
Outros	3.752.437	5.110.426
	<b>90.845.487</b>	<b>96.169.825</b>

Os compromissos assumidos em 31 de março de 2013 e 2012 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2013	2012
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2012	-	28.701.991
2013	28.558.643	34.517.982
2014	25.297.453	31.662.992
2015	20.590.586	29.382.974
2016	19.381.528	25.738.102
2017 e seguinte	49.271.914	56.494.487
Renováveis por 1 ano	12.074.387	3.050.171
	<b>155.174.511</b>	<b>209.548.699</b>

Durante o período findo em 31 de março de 2013 foram reconhecidos 10.174.492 euros (10.982.777 euros, em 2012) na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais, repartidas entre as rubricas 'Rendas e alugueres' e 'Alugueres de circuitos'.

## 20. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2013	2012
<b>Custos financeiros:</b>		
Juros suportados:	(3.758.755)	(3.664.102)
Empréstimos bancários	(2.854.140)	(2.695.478)
Juros securitização	(210.634)	(551.197)
Juros de leasing	(291.672)	(223.399)
Outros juros	(402.309)	(194.028)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(415.733)	(561.349)
Outros custos financeiros	(365.032)	(240.227)
	<b>(4.539.520)</b>	<b>(4.465.678)</b>
<b>Proveitos financeiros:</b>		
Juros obtidos	856.845	1.710.354
Diferenças de câmbio favoráveis	645.013	446.727
Outros proveitos financeiros	3.405	93
	<b>1.505.263</b>	<b>2.157.174</b>

Nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria e juros de mora associados a processos em contencioso.

## 21. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2013	2012
Imposto corrente	(582.107)	(459.785)
Provisão para impostos liquida da redução (Nota 16)	(283.696)	(531.402)
Imposto diferido ativo (Nota 10)	(3.130.213)	(4.624.123)
Imposto diferido passivo (Nota 10)	(50.572)	1.359.734
	<b>(4.046.588)</b>	<b>(4.255.576)</b>

## 22. Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à atividade operacional do grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria), bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transações mais significativos efetuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, foram os seguintes:

	Saldos em 31 de março de 2013			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria (Nota 11)	Outros ativos / (passivos)
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	23.172	16.266	-	(4.794)
Outras partes relacionadas				
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	726.711	20.688	-	72.389
Worten	1.412.045	160.724	-	(612.595)
Sonaecenter II	672.720	299.407	-	(112.061)
Sierra Portugal	920.931	24.012	-	148.034
Raso Viagens	59.646	446.683	-	39.737
SC-Sociedade de Consultadoria	174.670	111	-	(143.050)
Sonae Indústria PCDM	560.087	-	-	28.187
Sonae Investments BV	-	-	11.810.000	1.402
France Telecom	53.951	3.075.306	-	(2.812.299)
	<b>4.603.933</b>	<b>4.043.197</b>	<b>11.810.000</b>	<b>(3.395.050)</b>
	Saldos em 31 de março de 2012			
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria (Nota 11)	Outros ativos / (passivos)
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	20.939	-	-	5.617
Outras partes relacionadas				
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	957.927	642.292	-	(477.355)
Worten	2.322.444	-	-	(524.682)
Sonaecenter II	832.795	330.990	-	(73.705)
Sierra Portugal	1.037.284	29.686	-	(508.119)
Raso Viagens	96.798	268.462	-	(90.287)
SC-Sociedade de Consultadoria	246.808	1.797	-	(85.757)
Sonae Indústria PCDM	290.430	-	-	31.271
Sonae Investments BV	-	-	31.810.000	4.959
France Telecom	1.761.098	1.954.613	-	(3.708.654)
	<b>7.566.523</b>	<b>3.227.840</b>	<b>31.810.000</b>	<b>(5.426.712)</b>

	Transações durante o período findo em 31 de março de 2013			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	6.169	-	-	-
Outras partes relacionadas				
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	809.534	362.866	-	40.659
Worten	517.623	81.233	-	7
Sonaecenter II	1.301.518	286.944	-	-
Sierra Portugal	1.618.800	282.015	-	4
Raso Viagens	80.563	685.674	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	358.945	-	-	-
Sonae Indústria PCDM	424.294	-	-	-
Sonae Investments BV	-	-	3.809	-
France Telecom	3.464.897	4.917.083	-	-
	<b>8.582.343</b>	<b>6.615.815</b>	<b>3.809</b>	<b>40.670</b>

	Transações durante o período findo em 31 de março de 2012			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 19)	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	(5.970)	4.500	119.568	-
Outras partes relacionadas				
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.676.019	623.454	-	112.143
Worten	241.407	484.566	-	-
Sonaecenter II	1.733.776	235.496	-	-
Sierra Portugal	1.384.667	238.007	-	(57)
Raso Viagens	72.675	456.179	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	225.340	-	-	-
Sonae Indústria PCDM	442.632	-	-	-
Sonae Investments BV	-	-	304.031	-
France Telecom	3.222.602	3.532.357	-	-
	<b>8.993.147</b>	<b>5.574.559</b>	<b>423.599</b>	<b>112.086</b>

As transações efetuadas entre empresas do grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota. Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

## 23. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de março de 2013 e 2012, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2013	2012
Optimus	ANACOM	Aquisição do espectro para 4ª geração	24.000.000	30.000.000
Optimus, Sonaecom, Sontária e Público	Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC, IS, IVA, RF	9.015.764	7.181.241
WeDo	Espirito Santo Bank	Empréstimo bancário (Nota 14)	5.960.562	-
Sonaecom e Optimus	Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso de IVA	5.955.731	7.236.118
We Do, WeDo Brasil e WeDo Egipto	Digi Telecommunications; Emirates Telecom. Corp.; Telefonica Moviles Chile; Etisalat; Scotia Leasing Panama; Pak Telecom Mobile	Boa execução de trabalhos a realizar	1.237.557	587.597
We Do, Saphety e Digitmarket	IAPMEI	Projeto 'HERMES' - QREN	291.797	417.797
Optimus	Câmara Municipal de Coimbra, Lisboa, Elvas, Mealhada, Barcelos, Chaves, Covilhã, Sintra, Loures e Oeiras	Boa execução de trabalhos a realizar	87.476	241.142
Optimus	Turismo do Porto e Norte	Concursos	-	480.000
Optimus	Governo Civil de Lisboa	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	-	104.650
Várias	Outros		1.240.509	1.128.338
			<b>47.789.396</b>	<b>47.376.883</b>

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.249.232 euros.

Em 31 de março de 2013, é convicção do Conselho de Administração do grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

## 24. Informação por segmentos

Nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Telecomunicações;
- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Atividades de Holding.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o threshold quantitativo (conforme previsto na IFRS 7).

O segmento denominado 'Atividades de Holding', engloba todas as operações realizadas pelas empresas do grupo cuja atividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes atividades do grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transações ocorridas nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transações foram efetuadas a preços de mercado.

As transferências e transações entre segmentos são efetuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

O segmento das Telecomunicações, a 31 de março 2013 e 2012 foi preparado assumindo que a estrutura do grupo Optimus a 1 de janeiro de 2011 correspondia à estrutura do grupo à data de 31 de dezembro de 2012, o que se refletiu no cálculo do Goodwill naquela data.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de março de 2013 e 2012, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contábilísticos adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Telecomunicações		Multimídia		Sistemas de Informação		Atividades de Holding		Sub-Total		Eliminações		Total	
	mar-13	mar-12 (pro-forma)	mar-13	mar-12	mar-13	mar-12	mar-13	mar-12	mar-13	mar-12	mar-13	mar-12	mar-13	mar-12
Proveitos:														
Vendas e Prestações de serviços	166.087.924	176.712.913	4.410.771	4.971.004	26.508.905	24.224.943	876.497	964.421	197.884.097	206.873.281	(3.749.932)	(4.421.768)	194.134.165	202.451.513
Redução de provisões	55.661	6.125	-	-	11.057	18.075	706	-	67.424	24.200	-	-	67.424	24.200
Outros proveitos operacionais	2.768.031	2.624.378	40.862	69.631	240.883	513.794	26.034	30.884	3.075.810	3.238.687	(1.069.441)	(931.986)	2.006.369	2.306.701
<b>Total de proveitos</b>	<b>168.911.616</b>	<b>179.343.416</b>	<b>4.451.633</b>	<b>5.040.635</b>	<b>26.760.845</b>	<b>24.756.812</b>	<b>903.237</b>	<b>995.305</b>	<b>201.027.331</b>	<b>210.136.168</b>	<b>(4.819.373)</b>	<b>(5.351.788)</b>	<b>196.207.958</b>	<b>204.784.380</b>
Amortizações e depreciações	(34.426.996)	(33.617.798)	(228.421)	(262.114)	(958.635)	(1.337.828)	(17.343)	(17.253)	(35.631.395)	(35.234.993)	(477.006)	(1.545.556)	(36.108.401)	(36.780.549)
Provisões e perdas de imparidade	(3.922.828)	(5.512.374)	-	-	(180.610)	(142.094)	(100.465)	15.388	(4.203.903)	(5.669.856)	-	-	(4.203.903)	(5.669.856)
Resultado operacional do segmento	24.819.755	24.785.114	(770.878)	(1.058.540)	2.492.633	1.068.166	(444.510)	(229.183)	26.097.000	24.565.557	(581.696)	(1.035.913)	25.515.304	23.529.644
Juros obtidos	831.279	1.173.964	6.638	15.388	39.576	61.472	6.250.386	3.493.140	7.127.878	4.743.964	(6.271.033)	(3.033.609)	856.845	1.710.354
Juros suportados	(6.397.130)	(1.947.611)	(97.845)	(89.925)	(252.541)	(220.733)	(3.071.753)	(3.740.799)	(9.819.269)	(5.999.067)	6.060.514	2.335.013	(3.758.755)	(3.664.102)
Ganhos e perdas em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados financeiros	(257.333)	(141.614)	(1.073)	(3.035)	222.705	(137.829)	22.777.926	85.606.090	22.742.225	85.323.612	(22.874.572)	(85.678.368)	(132.347)	(354.756)
Impostos sobre o rendimento	(3.218.506)	(4.107.073)	233.851	283.915	(834.874)	(765.516)	(187.655)	91.896	(4.007.184)	(4.496.778)	(39.404)	241.202	(4.046.588)	(4.255.576)
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>	<b>15.778.066</b>	<b>19.762.780</b>	<b>(629.307)</b>	<b>(852.197)</b>	<b>1.667.499</b>	<b>5.560</b>	<b>25.324.394</b>	<b>85.221.145</b>	<b>42.143.535</b>	<b>104.156.876</b>	<b>(23.716.666)</b>	<b>(87.179.335)</b>	<b>18.426.869</b>	<b>16.977.541</b>
Atribuível a:														
Acionistas da empresa mãe	15.778.066	19.762.780	(629.307)	(852.197)	1.670.382	25.148	25.324.394	85.221.145	42.143.535	104.156.876	(23.716.666)	(87.179.335)	18.426.869	16.977.541
Interesses sem controlo	-	-	-	-	2.883	19.588	-	-	(2.883)	(19.588)	10.473	7.611	7.590	(11.977)
Ativos:														
Ativos fixos tangíveis, intangíveis e Goodwill	1.503.412.660	1.518.982.314	3.808.601	3.994.662	77.334.433	67.660.069	288.471	346.439	1.584.844.165	1.590.983.484	(115.916.860)	(108.799.226)	1.468.927.305	1.482.184.258
Inventários	14.713.618	5.408.757	513.069	693.388	209.289	757.709	-	-	15.435.976	6.859.854	-	-	15.435.976	6.859.854
Investimentos financeiros	-	-	212.954	209.829	2.494	2.494	1.058.816.760	1.127.542.297	1.059.032.208	1.127.754.620	(1.058.816.760)	(1.127.542.297)	215.448	212.323
Outros ativos não correntes	94.402.692	93.070.250	3.570	3.570	7.693.309	8.588.992	514.791.506	493.466.257	616.891.077	595.129.069	(516.834.412)	(495.555.227)	100.056.665	99.573.842
Outros ativos correntes do segmento	217.385.423	225.864.721	8.261.576	7.974.232	51.277.701	43.473.954	154.831.320	164.124.069	431.756.020	440.402.522	(154.974.902)	(130.316.254)	276.781.118	310.086.268
Passivos:														
Passivos do segmento	791.375.279	830.936.347	16.955.248	18.495.738	73.024.493	80.092.698	367.961.926	433.989.875	1.249.316.946	1.208.905.206	(489.085.953)	(362.800.039)	760.230.993	846.105.167
CAPEX	23.351.619	25.484.700	94.609	131.071	1.416.619	766.204	15.260.284	50.360	40.123.131	26.432.335	(15.525.007)	(868.533)	24.598.124	25.563.802

Apesar da fusão ocorrida em 2007, entre os negócios de telecomunicações móvel e fixo, ao nível de algumas rubricas de balanço e da demonstração de resultados, o Conselho de Administração do grupo continua a separar a análise dos negócios conforme segue:

	Rede Móvel		Rede Fixa e Internet		Eliminações		Telecomunicações	
	mar-13	mar-12	mar-13	mar-12	mar-13	mar-12	mar-13	mar-12
Proveitos:								
Vendas e prestações de serviços	117.587.084	131.473.954	53.873.264	53.400.503	(5.372.424)	(8.161.544)	166.087.924	176.712.913
Outros proveitos operacionais	6.165.388	6.806.116	207.429	174.626	(3.549.125)	(4.350.239)	2.823.692	2.630.503
<b>Total de proveitos</b>	<b>123.752.472</b>	<b>138.280.070</b>	<b>54.080.693</b>	<b>53.575.129</b>	<b>(8.921.549)</b>	<b>(12.509.817)</b>	<b>168.911.616</b>	<b>179.343.416</b>
Amortizações e depreciações	(27.097.891)	(25.419.275)	(7.289.338)	(8.137.330)	(39.767)	(61.193)	(34.426.996)	(33.617.798)
Resultado operacional do segmento	28.729.340	29.937.773	(3.857.332)	(5.080.840)	(52.253)	(71.819)	24.819.755	24.785.114
Ativos:								
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	813.398.531	846.816.827	124.947.386	107.098.744	-	-	938.345.917	953.915.571
Inventários	13.701.032	4.586.006	1.012.586	840.751	-	-	14.713.618	5.408.757
Investimentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
CAPEX	18.866.494	19.819.973	4.516.455	4.253.700	(31.330)	1.411.027	23.351.619	25.484.700

Durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Atividades de Holding
<b>2013</b>				
Telecomunicações	-	-	2.580.789	779.235
Multimédia	40.778	-	10.221	35.203
Sistemas de Informação	203.647	-	-	71.976
Atividades de Holding	23.764	900	3.419	-
Clientes externos	165.819.735	4.409.871	23.914.476	(9.917)
	166.087.924	4.410.771	26.508.905	876.497
<b>2012</b>				
Telecomunicações	-	-	2.804.540	826.779
Multimédia	256.163	-	8.157	42.892
Sistemas de Informação	355.953	15.025	-	88.800
Atividades de Holding	21.478	1.391	888	-
Clientes externos	176.079.617	4.954.588	21.411.358	5.950
	176.713.211	4.971.004	24.224.943	964.421

Durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, as vendas e prestações de serviços dos diversos segmentos foram obtidas predominantemente no mercado português, representando este mercado mais de 90% do réditto para os segmentos de Telecomunicações, Multimédia e Atividades de Holding.

Durante o período findo em 31 de março de 2013, também para o segmento Sistemas de Informação o mercado português é preponderante, representando 48,3% do réditto (58,3% em 2012) seguido dos mercados brasileiro e americano, representando 8,2% e 7,6% do réditto (7,4% e 0,1% em 2012), respetivamente.

## 25. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do período atribuível ao grupo (18.426.869 euros em 2013 e 16.977.541 euros em 2012) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, deduzidas das ações próprias (361.738.638 em 2013 e 358.543.225 em 2012).

## 26. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, o grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 31 de março de 2013, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Período de Diferimento			31 março 2013	
	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Ações Sonaecom</b>					
Plano 2009	1,685	10-mar-10	08-mar-13	-	-
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	360	2.902.842
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	357	3.031.393
Plano 2012	1,505	08-mar-13	10-mar-16	356	2.388.508
<b>Ações Sonae SGPS</b>					
Plano 2009	0,761	10-mar-10	08-mar-13	-	-
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	7	384.120
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	7	761.890
Plano 2012	0,709	08-mar-13	10-mar-16	7	358.344

\* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS;

Durante o período findo em 31 de março de 2013, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2012:				
Ainda diferidas	731	6.249.578	18	1.488.252
<b>Total</b>	<b>731</b>	<b>6.249.578</b>	<b>18</b>	<b>1.488.252</b>
Movimentos no período:				
Atribuídas	356	2.388.508	7	355.387
Vencidas	(4)	(247.423)	(4)	(342.242)
Canceladas / extintas / corrigidas / transferidas <sup>(1)</sup>	(10)	(67.920)	-	2.957
Saldo a 31 março 2013:				
Ainda diferidas	1.073	8.322.743	21	1.504.354
<b>Total</b>	<b>1.073</b>	<b>8.322.743</b>	<b>21</b>	<b>1.504.354</b>

(1) As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

Para os planos 2010 e 2012 de ações Sonaecom, SGPS, S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. Para o plano de 2011, a empresa celebrou com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, sendo a responsabilidade calculada com base no preço fixado no contrato. A responsabilidade dos três planos foi registada na rubrica 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'. Para os planos de ações Sonae SGPS, com exceção de um dos planos, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS		Ações Sonaecom
	Plano 2010	Plano 2011	Plano 2011
Valor nominal	257.574	323.727	3.291.520
Maturidade	mar-14	mar-15	dez-16
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2		
Método de valorização	Custo atual de substituição		
Justo valor*	16.776	200.206	1.387.220

\* Utilizada a cotação de 28 de março no apuramento do justo valor.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 31 de março de 2013, são como se segue:

	Ações Sonaecom	Ações Sonae SGPS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	31.734.761	4.263.985	35.998.746
Custos reconhecidos no período	885.652	73.845	959.497
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(28.024.748)	(3.788.762)	(31.813.510)
Custos dos planos exercidos no período	(486.635)	(258.747)	(745.382)
<b>Total de custos dos Planos</b>	<b>4.109.030</b>	<b>290.321</b>	<b>4.399.351</b>
Responsabilidade dos Planos	5.496.250	507.303	6.003.553
Justo valor dos Contratos de cobertura	(1.387.220)	(216.982)	(1.604.202)
Registados em 'Outros passivos correntes'	25.021	166.452	191.473
Registados em 'Outros passivos não correntes'	3.951	123.869	127.820
Registado em Reservas	4.080.058	-	4.080.058

## 27. Outros assuntos

Em 31 de março de 2013, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 euros e 29.913.608 euros, respetivamente, assim como saldos de 'Outros ativos correntes' no valor de 411.649 euros, e de 'Provisões para Outros Riscos e Encargos' no valor de 6.817.553 euros, que resultam de um diferendo mantido, entre a subsidiária, Optimus – Comunicações, S.A. e essencialmente, a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. O grupo considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da TMN, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

Por deliberação do Conselho de Administração da Anacom, em abril de 2012, foi aplicada, à subsidiária Optimus, uma coima no valor de cerca de 6,5 milhões de euros, no âmbito do processo de contra-ordenação relativo ao alegado incumprimento, pela subsidiária, de uma deliberação daquela entidade em 26 de outubro de 2005, relativa ao tarifário de terminação de chamadas na rede fixa. Os Conselhos de Administração da Optimus e da Sonaecom entendem que a Optimus sempre cumpriu com a referida deliberação, pelo que a Optimus impugnou judicialmente a aplicação da referida coima, sendo seu entendimento que a impugnação será julgada procedente.

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um

acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom SGPS, S.A. efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, condicionado à concretização da fusão.

Em 21 de janeiro de 2013, foi anunciado, pelas administrações da Optimus SGPS e da Zon, a aprovação do respetivo projeto de fusão, estando este condicionado ainda à aprovação por parte dos acionistas nas respetivas Assembleias Gerais. Em 7 de março de 2013, a Sonaecom, em nome da subsidiária Optimus, informou que o projeto de fusão por incorporação entre a Optimus SGPS e a Zon, datado de 21 de janeiro de 2013, e respetivos anexos, foram aprovados em reunião extraordinária de acionistas.

Não obstante, a implementação da fusão continua ainda condicionada à não oposição da Autoridade da Concorrência, à emissão de uma declaração de derrogação do dever de lançamento de oferta pública de aquisição obrigatória (OPA) por parte da CMVM (autorização do pedido de derrogação concedida em abril de 2013), e ao cumprimento de formalidades administrativas e jurídicas aplicáveis e necessárias à conclusão da fusão, de acordo com a legislação e os termos previsto no projeto de fusão.

A 15 de fevereiro de 2013 a Sonae e a France Télécom ('FT-Orange') concluíram um acordo que consiste na atribuição de uma opção de compra e de venda, respetivamente, dos 20% do capital da Sonaecom atualmente detidos por uma subsidiária da FT-Orange. A opção de compra da Sonae poderá ser exercida nos 18 meses seguintes e a opção de venda da FT-Orange nos 3 meses subsequentes. O preço de exercício de ambas as opções é de 98,9 milhões de euros, podendo ser elevado para 113,5 milhões de euros no caso de participação da Sonaecom ou da Optimus em alguma operação material de consolidação ou reestruturação do sector das Telecomunicações em Portugal, cujo anúncio tenha lugar nos 24 meses seguintes. Este acordo fica condicionado a que a CMVM confirme que dele não resulta o exercício concertado de influência com imputação à FT-Orange dos direitos de voto inerentes às ações da Sonaecom detidas pela Sonae, considerando ilidida a presunção prevista no art. 20.º, n.º 4, do Código dos Valores Mobiliários.

## 28. Eventos subsequentes

Em 18 de abril de 2013, a CMVM autorizou o pedido de derrogação de dever de lançamento de uma OPA na fusão entre a Optimus SGPS e a Zon.

Em abril de 2013 foi constituída a Saphety – Transacciones Eletronicas, SAS, empresa sediada na Colômbia e detida a 100% pela Saphety Level – Trusted Services, S.A..

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 29 de abril de 2013.

## Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Gervais Gilles Pellissier
Ana Paula Garrido Pina Marques	Jean-François René Pontal
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	José Manuel Pinto Correia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Paulo Joaquim dos Santos Plácido
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Franck Emmanuel Dangeard	Rui José Silva Goncalves Paiva

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	José Manuel Neves Adelino
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	

Empresas do grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	BA Capital, SGPS, SA
3shoppings – Holding, SGPS, S.A.	BB Food Service, S.A.
8ª Avenida Centro Comercial, SA	Beralands BV
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Adlands B.V.	BHW Beeskov Holzwerkstoffe
Aegean Park, S.A.	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Boavista Shopping Centre BV
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	BOM MOMENTO – Comércio Retalista, SA
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A.
Airone – Shopping Center, Srl	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
ALEXA Holding GmbH	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial, SA
ALEXA Shopping Centre GmbH	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Centro Residencial da Maia, Urban., S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A.	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Cinclus Imobiliária, S.A.
ARP Alverca Retail Park, SA	Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Arrábidasshopping – Centro Comercial, S.A.	Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
Atlantic Ferries – Tráf.Loc.Flu.e Marít, S.A.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Avenida M – 40 B.V.	Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.
Avenida M – 40, S.A.	Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.
Azulino Imobiliária, S.A.	Continente Hipermercados, S.A.
BA Business Angels, SGPS, SA	Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.

Cooper Gay Swett & Crawford Lt	Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A.
Craiova Mall BV	Harvey Dos Iberica, S.L.
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	HighDome PCC Limited
Darbo S.A.S	Iberian Assets, S.A.
Deutsche Industrieholz GmbH	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Discovery Sports, SA	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Dortmund Tower GmbH	Imoarea – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre B.V.	Imobiliária da Cacela, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.	Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Ecociclo II	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Edições Book.it, S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Emfísico Boavista	Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imoponte – Soc.Imobiliária, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imoresultado – Soc.Imobiliária, S.A.
Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.	Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.	Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.
Farmácia Seleção, S.A.	Imosonae II
Fashion Division Canárias, SL	Impaper Europe GmbH & Co. KG
Fashion Division, S.A.	Implantação – Imobiliária, S.A.
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Infocfield – Informática, S.A.
Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Infratroia, EM
Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.	Inparsi – Gestão Galeria Comercial, S.A.
Frieengineering International Ltda	Inparvi SGPS, S.A.
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	Integrum - Energia, SA
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center	Integrum Colombo Energia, S.A.
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro	Integrum Martim Longo - Energia, S.A.
Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.	Interlog – SGPS, S.A.
Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.	Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.
GHP GmbH	Ioannina Development of Shopping Centres, SA
Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl	Isoroy SAS
Glunz AG	La Farga – Shopping Center, SL
Glunz Service GmbH	Laminate Park GmbH Co. KG
Glunz UK Holdings Ltd	Land Retail B.V.
Glunz Uka GmbH	Larim Corretora de Resseguros Ltda
GMET, ACE	Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.
Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.	Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.

LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA	Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	OSB Deustchland Gmbh
Libra Serviços, Lda.	PantheonPlaza BV
Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.	Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.
Loop5 Shopping Centre GmbH	Pareuro, BV
Loureshopping – Centro Comercial, S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.	Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
Luz del Tajo B.V.	Parque D. Pedro 1 B.V.
Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.	Parque D. Pedro 2 B.V.
Maiashopping – Centro Comercial, S.A.	Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.
Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.	Parque Principado SL
Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda	Pátio Boavista Shopping Ltda.
Marcas MC, ZRT	Pátio Campinas Shopping Ltda
Marina de Tróia S.A.	Pátio Goiânia Shopping Ltda
Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda	Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda
Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Pátio Penha Shopping Ltda.
Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Pátio Sertório Shopping Ltda
MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MDS Africa SGPS, S.A.	Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A.
MDS Consultores, S.A.	Pharmacconcept – Actividades em Saúde, S.A.
MDS Corretor de Seguros, S.A.	PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.
MDS Malta Holding Limited	PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda
MDS SGPS, SA	Plaza Éboli B.V.
MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA	Plaza Éboli – Centro Comercial S.A.
Megantic BV	Plaza Mayor Holding, SGPS, SA
Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Plaza Mayor Parque de Ócio BV
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda	Plaza Mayor Shopping BV
Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.	Plaza Mayor Shopping, SA
MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.	Ploi Mall BV
Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.	Plysorol, BV
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Poliface North America
Modelo Continente Intenational Trade, SA	PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.
Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.	Praedium – Serviços, S.A.
Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.	Praedium II – Imobiliária, S.A.
Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda	Praedium SGPS, S.A.
Mundo Vip – Operadores Turísticos, S.A.	Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.
Munster Arkaden, BV	Prédios Privados Imobiliária, S.A.
Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.	Predisedas – Predial das Sedas, S.A.
Norteshopping – Centro Comercial, S.A.	Pridelease Investments, Ltd
Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV	Proj.Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH
Nova Equador Internacional, Ag.Viag.T, Ld	Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH
Nova Equador P.C.O. e Eventos	Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl

Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl	SC, SGPS, SA
Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl	SCS Beheer, BV
Project SC 1 BV	SDSR - Sports Division 2, S.A.
Project SC 2 BV	Selfrio,SGPS, S.A.
Project Sierra 2 B.V.	Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Project Sierra 6 BV	Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Project Sierra 7 BV	Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda
Project Sierra 8 BV	Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.
Project Sierra 9 BV	Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.
Project Sierra Brazil 1 B.V.	Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.
Project Sierra Charagionis 1 S.A.	Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.
Project Sierra Four, SA	Shopping Centre Parque Principado B.V.
Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV	Shopping Penha B.V.
Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV	Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A.
Project Sierra Spain 1 B.V.	SIAL Participações Ltda
Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.	Sierra Asia Limited
Project Sierra Spain 2 B.V.	Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.
Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.	Sierra Berlin Holding BV
Project Sierra Spain 3 B.V.	Sierra Central S.A.S
Project Sierra Spain 6 B.V.	Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.
Project Sierra Spain 7 B.V.	Sierra Charagionis Propert.Management S.A.
Project Sierra Three Srl	Sierra Corporate Services Holland, BV
Project Sierra Two Srl	Sierra Development Greece, S.A.
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Developments Germany GmbH
Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.	Sierra Developments Holding B.V.
Puravida – Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Developments Italy S.r.l.
Quorum Corretora de seguros LT	Sierra Developments Romania, Srl
Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.	Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL
RASO - Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Developments, SGPS, S.A.
RASO, SGPS, S.A.	Sierra Enplanta Ltda
Rio Sul – Centro Comercial, S.A.	Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.
River Plaza Mall, Srl	Sierra GP Limited
River Plaza, BV	Sierra Investimentos Brasil Ltda
Rochester Real Estate, Limited	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
RSI Corretora de Seguros Ltda	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Investments Holding B.V.
Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.	Sierra Investments SGPS, S.A.
SC – Consultadoria, S.A.	Sierra Italy Holding B.V.
SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.	Sierra Management Germany GmbH
SC Aegean B.V.	Sierra Management Italy S.r.l.
SC Assets SGPS, S.A.	Sierra Management Romania, Srl
SC Finance BV	Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.
SC Mediterraneo Cosmos B.V.	Sierra Management, SGPS, S.A.

Sierra Portugal, S.A.	Sondis Imobiliária, S.A.
SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Sontel BV
SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sontur BV
SISTAVAC, S.A.	Sonvecap BV
SKK – Central de Distr., S.A.	Sopair, S.A.
SKK SRL	Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist
SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos	Spanboard Products, Ltd
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Spinarq - Engenharia, Energia e Ambiente, SA
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.
Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.	Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
Soconstrução BV	Sport Retalho Espanha – Servicios Gen., S.A.
Sodesa, S.A.	Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.
Soflorin, BV	Sport Zone – Turquia
Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Sport Zone Canárias, SL
Solinca - Eventos e Catering, SA	Sport Zone Espanha-Com.Art.de Deporte,SA
Solinca - Health and Fitness, SA	Spred, SGPS, SA
Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.	Stinnes Holz GmbH
Solinfitness – Club Malaga, S.L.	Tableros Tradema, S.L.
Solingen Shopping Center GmbH	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL
SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA	Tafibra Polska Sp.z.o.o.
Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.	Tafibra South Africa
Somit Imobiliária	Tafibra Suisse, SA
SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA	Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.
Sonae Capital Brasil, Lda	Tafisa Canadá Societé en Commandite
Sonae Capital, SGPS, S.A.	Tafisa France, S.A.
Sonae Center II S.A.	Tafisa UK, Ltd
Sonae Center Serviços, S.A.	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.	Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS
Sonae Indústria – SGPS, S.A.	Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL
Sonae Industria de Revestimentos, S.A.	Têxtil do Marco, S.A.
Sonae Indústria Manag. Serv, SA	Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Tlantic Sistemas de Informação Ltdª
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A.
Sonae RE, S.A.	Tool GmbH
Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.	Torre Ocidente Imobiliária, S.A.
Sonae SGPS, S.A.	Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.
Sonae Sierra Brasil S.A.	TP – Sociedade Térmica, S.A.
Sonae Sierra Brazil B.V.	Troia Market, S.A.
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	Tróia Natura, S.A.
Sonae Tafibra Benelux, BV	Troiareort – Investimentos Turísticos, S.A.
Sonae Turismo – SGPS, S.A.	Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sonae UK, Ltd.	Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos	Unishopping Administradora Ltda.
SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.	Unishopping Consultoria Imob. Ltda.

Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A. Valecenter Srl Valor N, S.A. Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A. Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A. Via Catarina – Centro Comercial, S.A. Viajens y Turismo de Geotur España, S.L. Vistas do Freixo, SA Vuelta Omega, S.L. Weiterstadt Shopping BV	World Trade Center Porto, S.A. Worten – Equipamento para o Lar, S.A. Worten Canárias, SL Worten España, S.A. ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A. Zippy Turquia Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A. ZYEVLUTION-Invest.Desenv.,SA.
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<b>Empresas do grupo FT</b>	
France Télécom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.

## 9.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

### Balanços

Para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Notas	março 2013	março 2012	dezembro 2012
<b>Ativo</b>				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1.a), 1.e) e 2	279.863	344.541	296.504
Ativos intangíveis	1.b) e 3	8.609	1.898	9.310
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	1.073.229.642	1.097.528.929	1.072.873.096
Outros ativos não correntes	1.c), 1.m), 4, 6 e 18	514.120.246	544.399.752	521.421.792
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>1.587.638.360</b>	<b>1.642.275.120</b>	<b>1.594.600.702</b>
Ativos correntes				
Outras dívidas de terceiros	1.d), 1.f), 4, 8 e 18	32.996.304	85.341.918	10.115.242
Outros ativos correntes	1.m), 4 e 18	3.618.708	7.393.032	3.687.639
Caixa e equivalentes de caixa	1.d), 1.g), 4, 9 e 18	104.013.088	31.553.676	103.717.414
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>140.628.100</b>	<b>124.288.626</b>	<b>117.520.295</b>
<b>Total ativo</b>		<b>1.728.266.460</b>	<b>1.766.563.746</b>	<b>1.712.120.997</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>				
<b>Capital próprio</b>				
Capital social	10	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.p) e 11	(7.286.681)	(7.289.051)	(6.299.699)
Reservas	1.o)	973.208.126	894.968.976	870.193.067
Resultado líquido do período		25.227.665	76.677.097	103.229.835
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1.357.395.978</b>	<b>1.330.603.890</b>	<b>1.333.370.071</b>
<b>Passivo</b>				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.d), 1.h), 1.i), 4, 12.a) e 18	188.995.136	288.831.843	190.239.630
Provisões para outros riscos e encargos	1.k), 1.n) e 13	177.341	70.934	74.959
Outros passivos não correntes	1.m), 1.s) e 4	90.987	113.280	174.176
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>189.263.464</b>	<b>289.016.057</b>	<b>190.488.765</b>
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.d), 1.g), 1.h), 1.i), 4, 12.b) e 18	179.953.067	145.288.907	186.419.026
Outras dívidas a terceiros	1.d), 4, 14 e 18	1.192.014	858.924	828.261
Outros passivos correntes	1.m), 1.s), 4 e 18	461.937	795.968	1.014.874
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>181.607.018</b>	<b>146.943.799</b>	<b>188.262.161</b>
<b>Total do passivo e capital próprio</b>		<b>1.728.266.460</b>	<b>1.766.563.746</b>	<b>1.712.120.997</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2013 e 2012.

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

### Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

	Notas	março 2013	março 2012	dezembro 2012
Prestações de serviços	18	876.497	964.421	3.492.234
Outros proveitos operacionais	1.f) e 18	26.740	-	319
		<b>903.237</b>	<b>964.421</b>	<b>3.492.553</b>
Fornecimentos e serviços externos	1.e), 15 e 18	(677.297)	(505.478)	(2.044.286)
Custos com o pessoal	1.s) e 21	(527.816)	(636.782)	(2.248.401)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 2 e 3	(17.342)	(17.253)	(68.403)
Provisões e perdas de imparidade	1.k) e 13	(100.465)	(15.387)	(15.387)
Outros custos operacionais		(9.707)	(16.774)	(56.689)
		<b>(1.332.627)</b>	<b>(1.191.674)</b>	<b>(4.433.166)</b>
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	5, 6 e 16	22.875.000	76.988.861	103.388.419
Outros custos financeiros	1.c), 1.h), 1.i), 1.q), 1.r), 12, 16 e 18	(3.296.479)	(3.829.320)	(14.238.054)
Outros proveitos financeiros	1.q), 9, 16 e 18	6.261.091	3.653.390	14.938.191
<b>Resultados correntes</b>		<b>25.410.222</b>	<b>76.585.678</b>	<b>103.147.943</b>
Imposto sobre o rendimento	1.l), 7 e 17	(182.557)	91.419	81.892
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>25.227.665</b>	<b>76.677.097</b>	<b>103.229.835</b>
<b>Resultados por ação</b>	20			
Incluindo operações em descontinuação:				
Básicos		0,07	0,21	0,29
Diluídos		0,07	0,21	0,29
Excluindo operações em descontinuação:				
Básicos		0,07	0,21	0,29
Diluídos		0,07	0,21	0,29

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2013 e 2012.

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hopley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

### Demonstrações de resultados e outro rendimento integral

Para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012

	Notas	março 2013	março 2012
Resultado líquido do período		25.227.665	76.677.097
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto		-	-
<b>Rendimento integral do período</b>		<b>25.227.665</b>	<b>76.677.097</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2013 e 2012.

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hopley

Nuno Manuel Moniz Trígoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012

			Reservas							
	Capital social	Ações próprias (Nota 11)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 21)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido	Total
<b>2013</b>										
Saldo em 31 de dezembro 2012	366.246.868	(6.299.699)	775.290.377	7.991.192	650.156	6.299.699	79.961.643	870.193.067	103.229.835	1.333.370.071
Aplicação do resultado líquido de 2012	-	-	-	5.161.492	-	-	98.068.343	103.229.835	(103.229.835)	-
Rendimento integral do período findo em 31 de março de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	25.227.665	25.227.665
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo	-	354.213	-	-	(406.268)	(354.213)	425.568	(334.913)	-	19.300
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo	-	-	-	-	120.137	-	-	120.137	-	120.137
Aquisição de ações próprias	-	(1.341.195)	-	-	-	1.341.195	(1.341.195)	-	-	(1.341.195)
<b>Saldo em 31 março 2013</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(7.286.681)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>13.152.684</b>	<b>364.025</b>	<b>7.286.681</b>	<b>177.114.359</b>	<b>973.208.126</b>	<b>25.227.665</b>	<b>1.357.395.978</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2013 e 2012.

## O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

## O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

Para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012

	Reservas								Resultado líquido	Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 11)	Prêmios de emissão de ações	Reserva legal	Reservas para planos de incentivo de médio prazo (Nota 21)	Reservas de ações próprias	Outras reservas	Total de reservas		
<b>2012</b>										
Saldo em 31 de dezembro 2011	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	7.991.192	742.525	13.594.518	106.476.978	904.095.591	(7.960.682)	1.248.787.258
Aplicação do resultado líquido de 2011	-	-	-	-	-	-	(7.960.682)	(7.960.682)	7.960.682	-
Rendimento integral do período findo em 31 de março de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	76.677.097	76.677.097
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo	-	7.189.021	-	-	(380.690)	(7.189.021)	6.286.482	(1.283.229)	-	5.905.792
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo	-	-	-	-	117.297	-	-	117.297	-	117.297
Aquisição de ações próprias	-	(883.554)	-	-	-	883.554	(883.554)	-	-	(883.554)
<b>Saldo em 31 março 2012</b>	<b>366.246.868</b>	<b>(7.289.051)</b>	<b>775.290.377</b>	<b>7.991.192</b>	<b>479.133</b>	<b>7.289.051</b>	<b>103.919.224</b>	<b>894.968.976</b>	<b>76.677.097</b>	<b>1.330.603.890</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2013 e 2012.

#### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

#### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012

	março 2013		março 2012	
<b>Atividades operacionais</b>				
Pagamentos ao pessoal	(784.356)		(844.818)	
Fluxo gerado pelas operações	(784.356)		(844.818)	
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	654.018		(196.094)	
Outros recebimentos / pagamentos relativos a atividades operacionais	4.404.737		1.513.574	
<b>Fluxo das atividades operacionais (1)</b>		<b>4.274.399</b>		<b>472.662</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	15.260.284		-	
Dividendos recebidos	2.980.531		1.030.378	
Empréstimos concedidos	5.120.000	23.360.815	-	1.030.378
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(15.260.284)		(50.000)	
Ativos fixos tangíveis	-		(2.446)	
Empréstimos concedidos	-	(15.260.284)	(3.409.000)	(3.461.446)
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>8.100.531</b>		<b>(2.431.068)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	20.310.000	20.310.000	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(4.144.058)		(5.002.751)	
Aquisição de ações próprias	(1.039.021)		(738.425)	
Empréstimos obtidos	(30.000.000)	(35.183.079)	(22.075.000)	(27.816.176)
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(14.873.079)</b>		<b>(27.816.176)</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		<b>(2.498.149)</b>		<b>(29.774.582)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		<b>103.717.414</b>		<b>61.289.703</b>
Caixa e seus equivalentes no final do período		<b>101.219.265</b>		<b>31.515.121</b>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2013 e 2012.

## O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

## O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hopley

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012

	março 2013	março 2012
<b>1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais</b>		
<b>a) Outras atividades empresariais</b>		
Reembolso de prestações acessórias no PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	7.624.773	-
Reembolso de prestações acessórias no Público - Comunicação Social, S.A.	6.489.365	-
Reembolso de prestações acessórias na Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	1.146.146	-
	<b>15.260.284</b>	<b>-</b>
<b>b) Outras atividades empresariais</b>		
Constituição da Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.	-	50.000
Aumento de capital social da PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	7.624.773	-
Aumento de capital social do Público - Comunicação Social, S.A.	6.489.365	-
Aumento de capital social da Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	1.146.146	-
	<b>15.260.284</b>	<b>50.000</b>
<b>2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes</b>		
Numerário	1.147	10.541
Depósitos à ordem	23.940	34.135
Aplicações de tesouraria	103.988.000	31.509.000
Depósitos à ordem (saldos credores)	(2.793.822)	(38.555)
Caixa e seus equivalentes	101.219.265	31.515.121
Depósitos à ordem (saldos credores)	2.793.822	38.555
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>104.013.087</b>	<b>31.553.676</b>
<b>3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias</b>		
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	50.940.000	111.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de março de 2013 e 2012.

### O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

### O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Gervais Gilles Pellissier

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Sampaio e Mello

Jean-François René Pontal

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

David Charles Denholm Hobley

Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Frank Emmanuel Dangeard

## 9.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAECOM, SGPS, S.A. (doravante designada 'empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros

para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.

### 1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IAS/IFRS') tal como adotadas pela União Europeia, e tendo em consideração a IAS 34 – "Relato Financeiro Intercalar".

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia ocorreu pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – 'Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro'.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013 e foram adotadas pela primeira vez no período findo em 31 de março de 2013:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 1 - Alterações (Isenção para hiperinflação severa e remoção das datas fixas)</b>	1-jul-11
As emendas: 1) substituem as datas fixas estabelecidas na exceção para desreconhecimento e na exceção relacionada com a mensuração inicial ao justo valor dos instrumentos financeiros; e 2) incluem uma isenção específica ao custo considerado na primeira adoção das IFRS para as entidades que operavam anteriormente em economias classificadas como hiper-inflacionárias.	
<b>IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor)</b>	1-jan-13
Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, uma única fonte de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	
<b>IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de ativos subjacentes)</b>	1-jan-12
Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - 'Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados' deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	
<b>IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)</b>	1-jan-13
Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o 'método do corredor', melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definido.	
<b>IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)</b>	1-jul-12
Os itens de outros resultados integrais, que podem ser reclassificados para demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	
<b>IFRS 7 - Alterações (Divulgações de instrumentos financeiros)</b>	1-jan-13
Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.	

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRIC 20 (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície)</b>	1-jan-13
A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).	
<b>IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)</b>	1-jan-13
As emendas relativas aos empréstimos do Governo referem como se deve adotar pela primeira vez a norma relativamente aos empréstimos do Governo com uma taxa de juro abaixo da praticada pelo mercado e propõem a permissão da aplicação prospectiva da IAS 20.	
<b>Melhorias de algumas IFRS (2009-2011)</b>	1-jan-13
O IASB finalizou a sua publicação anual de melhorias das IFRS do ciclo 2009-2011 que incluiu seis alterações a cinco IFRS. Este processo de melhoria anual fornece um mecanismo para incluir num único documento alterações às IFRS que sejam necessárias mas não urgentes.	
<b>Guia de transição (alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12)</b>	1-jan-13
As alterações clarificam as transições da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e também incluem orientações para as transições das IFRS 11 - Investimentos em empresas controladas conjuntamente e IFRS 12 - Divulgações de Interesses em Outras Entidades limitando a exigência de apresentação de informações comparativas ajustadas para apenas o período anterior. Além disso, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, vai ser eliminada a exigência de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à primeira adoção da IFRS 12.	
A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.	
As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:	
Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)</b>	1-jan-13(*)
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)</b> Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	1-jan-13(*)
<b>IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)</b> Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	1-jan-13(*)
<b>IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)</b> Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	1-jan-13(*)
<b>IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)</b> O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	1-jan-13(*)
<b>IAS 32- Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)</b> A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	1-jan-14

(\*) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contudo permitida.

A empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras no período findo em 31 de março de 2013.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

Nome/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
<b>IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)</b> Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros.	1-jan-15
<b>Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento)</b> Cria uma exceção para entidades consideradas de investimento as quais, em determinadas exceções, poderão não preparar demonstrações financeiras consolidadas.	1-jan-14

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pela empresa no período findo em 31 de março de 2013, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela empresa a 31 de março de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

### Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

#### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções – obras em edifícios alheios	5-20
Equipamento básico	5-8
Equipamento administrativo	3-8

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

#### b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, se a empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software* e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica 'Amortizações e depreciações'.

#### c) Investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica 'Investimentos em empresas do grupo', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

#### d) Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

##### (i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

##### (ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/liquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a empresa fornece dinheiro ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é

superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes.

**(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'**

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

**(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'**

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados como ganhos/perdas em investimentos.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a

transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

**e) Locação financeira e operacional**

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD'), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

#### f) Outras dívidas de terceiros

As 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a empresa empresta dinheiro ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

#### g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método direto. A empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'. A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

#### h) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e

reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

#### i) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

#### j) Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ('cash flow hedges') utilizados normalmente pela empresa respeitam a:

(i) 'swaps' de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos 'swaps' de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos 'swaps' de cobertura de 'cash-flow' é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura'.

(ii) forward's cambiais para cobertura do risco cambial. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 31 de março de 2013 e de 2012, a empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.s).

#### k) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### **l) Imposto sobre o rendimento**

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- 'Impostos sobre o Rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 7).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

#### **m) Especialização de exercícios e Rédito**

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas 'Outros ativos correntes', 'Outros ativos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.k)).

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

#### **n) Classificação de balanço**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 7 e 13).

#### **o) Reservas**

##### **Reserva legal**

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

### Reserva de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágio obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

### Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em ações', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

### Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de 'cash flow' que se consideram eficazes (Nota 1. j)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

### Reservas de ações próprias

As reservas de ações próprias refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.

Assim, em 31 de março de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A, dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 201 milhões de euros.

### p) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

### q) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

	2013		2012	
	31 março	Média	31 março	Média
Libra inglesa	1,1826	1,1756	1,1992	1,1984
Franco suíço	0,8200	0,8142	0,8302	0,8278
Coroa sueca	0,1197	0,1178	0,1131	0,1130
Dólar americano	0,7809	0,7578	0,7487	0,7630

### r) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da empresa.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte, e;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

### s) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 – ‘Pagamentos com Base em Ações’.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de ‘Reservas para planos de incentivo de médio prazo’, no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’;
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas ‘Outros ativos não correntes’ e ‘Outros ativos correntes’;
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica ‘Custos com o pessoal’.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

A 31 de março de 2013, apenas um plano de ações Sonaecom em aberto estava totalmente coberto através da detenção de ações próprias. Para o plano de 2011, a empresa celebrou com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do plano de incentivos de médio prazo, no qual fixou o preço de aquisição das referidas ações. O impacto associado aos planos de ações dos planos de incentivo de médio prazo relativos a ações Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de ‘Reservas para planos de incentivo de médio prazo’. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a empresa efetuou, para dois planos, contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações. Assim, a responsabilidade encontra-se registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’.

### t) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*‘adjusting events’*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*‘non adjusting events’*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### u) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos ativos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor

conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contábilísticas, Alterações nas Estimativas Contábilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

#### v) Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.j)).

### Risco de mercado

#### a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.j)).

Considerando os reduzidos valores de ativos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

#### b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro,

conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ('*natural hedge*'); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 12) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros, quando tal se entenda necessário. Quando os *swaps* de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de

forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – 'Instrumentos Financeiros'), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

### Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de

risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 12.

### Risco de crédito

A exposição da empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da empresa ao risco de crédito.

## 2. Ativos fixos tangíveis

Nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

						2013
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativo bruto</b>						
Saldo em 31 dezembro 2012	722.909	46.685	171	333.756	104	1.103.625
Saldo final em 31 março 2013	722.909	46.685	171	333.756	104	1.103.625
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>						
Saldo em 31 dezembro 2012	486.209	40.497	171	280.140	104	807.121
Depreciações do período	10.439	1.828	-	4.374	-	16.641
Saldo final em 31 março 2013	496.648	42.325	171	284.514	104	823.762
Valor líquido	226.261	4.360	-	49.242	-	279.863

						2012
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativo bruto</b>						
Saldo em 31 dezembro 2011	721.165	46.325	171	333.757	104	1.101.522
Adições	-	360	-	-	-	360
Saldo final em 31 março 2012	721.165	46.685	171	333.757	104	1.101.882
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>						
Saldo em 31 dezembro 2011	444.736	33.182	171	262.282	104	740.475
Depreciações do período	10.361	1.829	-	4.676	-	16.866
Saldo final em 31 março 2012	455.097	35.011	171	266.958	-	757.341
Valor líquido	266.068	11.674	-	66.799	-	344.541

### 3. Ativos intangíveis

Nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2013
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2012	9.719	190.031	2.373	202.123
Transferências	-	2.373	(2.373)	-
Saldo final em 31 março 2013	9.719	192.404	-	202.123
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2012	9.339	183.474	-	192.813
Amortizações do período	224	477	-	701
Saldo final em 31 março 2013	9.563	183.951	-	193.514
<b>Valor líquido</b>	<b>156</b>	<b>8.453</b>	<b>-</b>	<b>8.609</b>

				2012
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo em 31 dezembro 2011	9.719	183.623	-	193.342
Saldo final em 31 março 2012	9.719	183.623	-	193.342
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>				
Saldo em 31 dezembro 2011	8.316	182.741	-	191.057
Amortizações do período	256	131	-	387
Saldo final em 31 março 2012	8.572	182.872	-	191.444
<b>Valor líquido</b>	<b>1.147</b>	<b>751</b>	<b>-</b>	<b>1.898</b>

#### 4. Classes de instrumentos financeiros

A 31 de março de 2013 e 2012, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

					2013
	Empréstimos e contas a receber	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>					
Outros ativos não correntes (Nota 6)	514,120,246	-	514,120,246	-	514,120,246
	514,120,246	-	514,120,246	-	514,120,246
<b>Ativos correntes</b>					
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	30,522,271	-	30,522,271	2,474,033	32,996,304
Outros ativos correntes	-	3,460,621	3,460,621	158,087	3,618,708
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	104,013,088	-	104,013,088	-	104,013,088
	134,535,359	3,460,621	137,995,980	2,632,120	140,628,100

					2012
	Empréstimos e contas a receber	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Ativos não correntes</b>					
Outros ativos não correntes (Nota 6)	544,399,752	-	544,399,752	-	544,399,752
	544,399,752	-	544,399,752	-	544,399,752
<b>Ativos correntes</b>					
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	85,341,918	-	85,341,918	-	85,341,918
Outros ativos correntes	-	7,310,609	7,310,609	82,423	7,393,032
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	31,553,676	-	31,553,676	-	31,553,676
	116,895,594	7,310,609	124,206,203	82,423	124,288,626

					2013
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Passivo não corrente</b>					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 12)	188,995,136	-	188,995,136	-	188,995,136
Outros passivos não correntes	-	-	-	90,987	90,987
	188,995,136	-	188,995,136	90,987	189,086,123
<b>Passivo corrente</b>					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 12)	179,953,067	-	179,953,067	-	179,953,067
Outras dívidas a terceiros (Nota 14)	-	861,403	861,403	330,611	1,192,014
Outros passivos correntes	-	334,342	334,342	127,595	461,937
	179,953,067	1,195,745	181,148,812	458,206	181,607,018

					2012
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
<b>Passivo não corrente</b>					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 12)	288,831,843	-	288,831,843	-	288,831,843
Outros passivos não correntes	-	-	-	113,280	113,280
	288,831,843	-	288,831,843	113,280	288,945,123
<b>Passivo corrente</b>					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 12)	145,288,907	-	145,288,907	-	145,288,907
Outras dívidas a terceiros (Nota 14)	-	338,644	338,644	520,280	858,924
Outros passivos correntes	-	594,805	594,805	201,163	795,968
	145,288,907	933,449	146,222,356	721,443	146,943,799

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos, registrados nas rubricas de outros ativos e passivos correntes e não correntes, foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração da Sonaecom que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

## 5. Investimentos em empresas do grupo

Em 31 de março de 2013 e 2012, esta rubrica incluía as partes de capital detido em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2013	2012
OPTIMUS, SGPS, S.A. ('Optimus SGPS') *	1.005.866.218	107.289.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	75.009.902
Sonae com - Sistemas de Informação, SGPS, S.A. ('Sonae com SI')	52.241.587	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	25.020.000
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	11.176.546	50.000
Público - Comunicação Social, S.A. ('Público')	10.227.595	494.495
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ('Miauger')	5.714.245	4.568.100
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecom SP')	50.000	50.000
ZOPT, SGPS, S.A. ('ZOPT') **	25.000	-
Optimus - Comunicações, S.A. ('Optimus')	-	898.576.231
Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ('Be Artis')	-	8.230.885
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ('Sontária')	-	6.120.239
	<b>1.185.331.093</b>	<b>1.177.651.426</b>
Perdas de imparidade (Nota 13)	<b>(112.101.451)</b>	<b>(80.122.497)</b>
<b>Total de investimentos em empresas do grupo</b>	<b>1.073.229.642</b>	<b>1.097.528.929</b>

\* Esta empresa alterou a sua denominação de Sonae Telecom, SGPS, S.A. para OPTIMUS, SGPS, S.A. em outubro de 2012.

\*\* Empresa constituída em dezembro de 2012.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, foram como segue:

Empresa	Saldo 31 dezembro 2012	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 31 março 2013
Optimus SGPS	1.005.866.218	-	-	-	1.005.866.218
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
PCJ	3.551.772	7.624.774	-	-	11.176.546
Público	3.738.230	6.489.365	-	-	10.227.595
Miauger	4.568.100	1.146.145	-	-	5.714.245
Sonaecom SP	50.000	-	-	-	50.000
ZOPT	25.000	-	-	-	25.000
	<b>1.170.070.809</b>	<b>15.260.284</b>	-	-	<b>1.185.331.093</b>
Imparidades (Nota 13)	<b>(97.197.713)</b>	<b>(65.000)</b>	-	<b>(14.838.738)</b>	<b>(112.101.451)</b>
	<b>1.072.873.096</b>	<b>15.195.284</b>	-	<b>(14.838.738)</b>	<b>1.073.229.642</b>

Empresa	Saldo 31 dezembro 2011	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 31 março 2012
Optimus	898.576.231	-	-	-	898.576.231
Optimus SGPS	107.289.987	-	-	-	107.289.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
Be Artis	8.230.885	-	-	-	8.230.885
Sontária	6.120.239	-	-	-	6.120.239
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Público	494.495	-	-	-	494.495
PCJ	50.000	-	-	-	50.000
Sonaecom SP	-	50.000	-	-	50.000
	1.177.601.426	50.000	-	-	1.177.651.426
Imparidades (Nota 13)	(80.122.497)	-	-	-	(80.122.497)
	1.097.478.929	50.000	-	-	1.097.528.929

No período findo em 31 de março de 2013, os valores de 7.624.774 euros, 6.489.365 euros e 1.146.145 euros de aumentos na PCJ, Público e Miauger, respetivamente, correspondem a aumentos de capital social.

No período findo em 31 de março de 2012, o valor de 50.000 euros de aumentos na Sonaecom SP corresponde à constituição da empresa Sonaecom – Serviços Partilhados, S.A., integralmente detida pela Sonaecom.

A variação de perdas de imparidade acumuladas, no período findo em 31 de março de 2013, resulta do reforço efetuado no montante de 65.000 euros (Nota 13) e da transferência no montante de 14.838.738 euros da rubrica de 'Outros ativos não correntes' (Notas 6 e 13).

Entre março de 2013 e março de 2012, o aumento ocorrido na Optimus SGPS e a diminuição ocorrida na Optimus referem-se ao aumento do capital social da Optimus SGPS, totalmente subscrito pela Sonaecom, o qual foi realizado na modalidade de entradas em espécie, através da entrega à Optimus SGPS da participação social representativa de 64,14% do capital social da sociedade Optimus – Comunicações, S.A. Após esta operação, a Optimus SGPS (detida a 100% pela Sonaecom) passou a deter a totalidade do capital da Optimus – Comunicações, S.A.. Adicionalmente, a Sonaecom procedeu à alienação da totalidade do capital social das subsidiárias Be Artis e Sontária à Optimus SGPS.

A empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2013, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de ativo consolidado de 1.861.416.512 euros, um passivo consolidado de 760.230.993 euros, proveitos operacionais consolidados de 196.207.958 euros e capitais próprios consolidados de 1.101.185.519 euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a acionistas da empresa mãe – Sonaecom, SGPS, S.A.) para o período findo em 31 de março de 2013, de 18.426.869 euros.

Em 31 de março de 2013 e 2012, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS) sobre as filiais detidas diretamente pela empresa é como segue:

Empresa	Sede	2013			2012		
		% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Optimus SGPS	Maia	100%	996.034.171	43.234.079	100%	173.923.366	26.121.605
Sonae com SI	Maia	100%	85.959.360	1.402.713	100%	61.447.073	35.584.386
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	14.677.285	97.442	100%	14.517.233	(146.687)
PCJ	Maia	100%	1.981.195	67.740	100%	9.665.025	126.797
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	1.615.160	(712)	100%	1.616.582	3.954
Público	Maia	100%	762.138	(630.267)	100%	(534.412)	(916.182)
Miauger	Maia	100%	208.958	(9.896)	100%	10.621	(16.745)
Sonaecom SP	Maia	100%	49.242	(793)	100%	49.766	(234)
ZOPT (a)	Matosinhos	50%	13.408	(36.592)	-	-	-
Optimus (b)	Maia	-	-	-	64,14%	468.206.109	14.065.305
Be Artis (c)	Maia	-	-	-	100%	250.314.607	(686.539)
Sontária (c)	Maia	-	-	-	100%	106.097	44.528

(a) Empresa constituída em dezembro de 2012.

(b) Participação entregue em aumento de capital em espécie em setembro de 2012.

(c) Empresas alienadas em junho de 2012.

Em 31 de março de 2012, a Sonaecom detinha indiretamente, através da Optimus SGPS, uma participação adicional na Optimus – Comunicações, S.A. de 35,86%, totalizando uma participação de 100%.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais investimentos em empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor das telecomunicações, os pressupostos utilizados têm por base os desempenhos passados, a evolução do número de clientes, a previsível evolução das tarifas reguladas, as condições de mercado atuais bem como as expectativas de desenvolvimento futuro. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas, taxas de crescimento de cerca de 3%. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas.

	Telecomunicações	Sistemas de Informação	Multimédia
<b>Pressupostos</b>			
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso	Preço de venda líquido
Taxa de desconto	9,5%	14,0%	-
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,0%	3,0%	-

## 6. Outros ativos não correntes

Em 31 de março de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012
<b>Ativos financeiros</b>		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo:		
Optimus SGPS	312.850.000	-
Sonae com SI	11.950.000	13.690.000
PCJ	4.690.000	5.145.000
Sonaecom BV	820.000	16.774.000
Be Artis	-	194.179.000
Sontária	-	2.676.637
Sonaetelecom BV	-	200.000
	<b>330.310.000</b>	<b>232.664.637</b>
Prestações acessórias:		
Optimus SGPS	144.630.000	38.630.000
Sonae com SI	39.951.792	-
PCJ	1.863.455	12.990.000
Público	1.332.405	3.565.505
Miauger	158.854	1.105.000
Be Artis	-	265.889.115
	<b>187.936.506</b>	<b>322.179.620</b>
	<b>518.246.506</b>	<b>554.844.257</b>
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 13)	<b>(4.126.260)</b>	<b>(10.444.505)</b>
	<b>514.120.246</b>	<b>544.399.752</b>

Durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo' foram os seguintes:

					2013
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Optimus SGPS	312.850.000	-	-	-	312.850.000
Sonae com SI	15.815.000	-	(3.865.000)	-	11.950.000
PCJ	4.690.000	-	-	-	4.690.000
Sonaecom BV	2.075.000	-	(1.255.000)	-	820.000
	<b>335.430.000</b>	<b>-</b>	<b>(5.120.000)</b>	<b>-</b>	<b>330.310.000</b>

					2012
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	179.734.000	14.445.000	-	-	194.179.000
Sonaecom BV	21.785.000	-	(5.011.000)	-	16.774.000
Sonae com SI	19.700.000	-	(6.010.000)	-	13.690.000
PCJ	5.160.000	-	(15.000)	-	5.145.000
Sontária	2.676.637	-	-	-	2.676.637
Sonaetelecom BV	200.000	-	-	-	200.000
	<b>229.255.637</b>	<b>14.445.000</b>	<b>(11.036.000)</b>	<b>-</b>	<b>232.664.637</b>

Durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

					2013
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Optimus SGPS	144.630.000	-	-	-	144.630.000
Sonae com SI	39.951.792	-	-	-	39.951.792
PCJ	9.488.228	-	(7.624.773)	-	1.863.455
Público	7.821.770	-	(6.489.365)	-	1.332.405
Miauger	1.305.000	-	(1.146.146)	-	158.854
	203.196.790	-	(15.260.284)	-	187.936.506

					2012
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	265.889.115	-	-	-	265.889.115
Optimus SGPS	38.630.000	-	-	-	38.630.000
PCJ	12.990.000	-	-	-	12.990.000
Público	3.565.505	-	-	-	3.565.505
Miauger	1.105.000	-	-	-	1.105.000
	322.179.620	-	-	-	322.179.620

Durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 5,62% e 4,75%, respetivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

A variação de perdas de imparidade acumuladas resulta da transferência no montante de 14.838.738 euros para a rubrica de Investimentos em empresas do grupo (Nota 5), bem como do reforço efetuado durante o período no montante de 1.760.000 euros (Nota 13).

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

## 7. Impostos diferidos

Em 31 de março de 2013, os valores de impostos diferidos não registados por atualmente não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

Ano em que foram gerados	Prejuízos reportáveis	Provisões não aceites e perdas por imparidade e outros	Total	Ativos por impostos diferidos
2001	-	3.463.000	3.463.000	917.695
2002	-	11.431.819	11.431.819	3.029.432
2003	-	31.154.781	31.154.781	8.256.017
2004	-	9.662.981	9.662.981	2.560.690
2005	-	(3.033.899)	(3.033.899)	(803.983)
2006	-	(149.858)	(149.858)	(39.712)
2007	53.012.643	(537.036)	52.475.607	13.110.846
2008	-	9.893.940	9.893.940	2.621.894
2009	-	9.903.475	9.903.475	2.624.421
2010	-	8.225.377	8.225.377	2.179.725
2011	-	10.005.009	10.005.009	2.651.327
2012	-	25.537.410	25.537.410	6.767.414
2013	-	1.340.773	1.340.773	355.305
	<b>53.012.643</b>	<b>116.897.772</b>	<b>169.910.415</b>	<b>44.231.071</b>

Em 31 de março de 2013, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos/passivos por impostos diferidos foi de 25% para os prejuízos fiscais reportáveis, e de 26,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 é como se segue:

	2013	2012
Resultado antes de imposto	25.410.222	76.585.678
Imposto 25%	(6.352.556)	(19.146.420)
Tributação autónoma, derrama e correção de imposto do ano anterior	(50.735)	(2.661)
Provisão para impostos (Notas 13 e 17)	(2.575)	(2.280)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente (Nota 13)	(335.193)	(472.250)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	6.170.762	19.715.030
Utilização de prejuízos de anos anteriores, cujos impostos diferidos não estavam registados	387.740	-
Impostos registados no período	(182.557)	91.419

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 25% por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal.

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2013 são relativos, essencialmente, a dividendos recebidos (Nota 16), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do período.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2009 (inclusivé), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2013.

## 8. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de março de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Outros devedores	30.522.271	85.357.402
Estado e outros entes públicos	2.474.033	-
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 13)	-	(15.484)
	<b>32.996.304</b>	<b>85.341.918</b>

Em 31 de março de 2013 e 2012, a rubrica 'Outros devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do grupo, relativos a dividendos, no montante de 24.700.000 euros, juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Notas 16 e 18).

O valor registado em 'Estado e outros entes públicos', em 31 de março de 2013, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efetuadas por terceiros e imposto sobre o rendimento.

## 9. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de março de 2013 e 2012, o detalhe de 'caixa e seus equivalentes' era o seguinte:

	2013	2012
Numerário	1.148	14.148
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	23.940	30.528
Aplicações de tesouraria	103.988.000	31.509.000
	<b>104.013.088</b>	<b>31.553.676</b>
Descobertos bancários (Nota 12)	(2.793.822)	(38.555)
	<b>101.219.266</b>	<b>31.515.121</b>

Em 31 de março de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2013	2012
Optimus SGPS	98.225.000	-
We Do	2.613.000	3.090.000
Público	2.020.000	2.054.000
Lugares Virtuais	615.000	570.000
Mainroad	425.000	-
PCJ	90.000	-
Artis	-	8.040.000
Be Towering	-	6.870.000
Sontária	-	165.000
Sonae com SI	-	95.000
Aplicações bancárias	-	10.625.000
	<b>103.988.000</b>	<b>31.509.000</b>

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 31 de março de 2013, venceram juros a uma taxa média de 5,52% (4,55% em 2012).

## 10. Capital social

Em 31 de março de 2013 e 2012, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 ações ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2013		2012	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	52,99%	194.063.119	52,99%
Ações dispersas em Bolsa	78.119.762	21,33%	80.761.848	22,05%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Millenium BCP	12.500.998	3,41%	12.500.998	3,41%
Ações próprias (Nota 11)	4.882.615	1,33%	5.020.529	1,37%
Sonae SGPS	3.430.000	0,94%	650.000	0,18%
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	1.000	0,00%	1.000	0,00%
	<b>366.246.868</b>	<b>100,00%</b>	<b>366.246.868</b>	<b>100,00%</b>

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

## 11. Ações próprias

Durante o período findo em 31 de março de 2013, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 247.423 ações próprias, no âmbito do seu plano de incentivos de médio prazo.

Adicionalmente, a empresa adquiriu 809.000 novas ações (a um preço médio de 1,658 euros), detendo, no final do período, 4.882.615 ações próprias, representativas de 1,33% do seu capital social, a um preço médio de 1,492 euros.

## 12. Empréstimos

Em 31 de março de 2013 e 2012, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

### a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2013	2012
'Obrigações Sonaecom SGPS 2005'	150.000.000	jun-13	Final	-	150.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2011'	100.000.000	mar-15	Final	100.000.000	100.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2010'	40.000.000	mar-15	Final	40.000.000	40.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2012'	20.000.000	jul-15	-	20.000.000	-
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(1.428.055)	(2.539.092)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	252.063	1.370.935
				<b>158.824.008</b>	<b>288.831.843</b>
Papel comercial	30.000.000	jul-15	-	30.000.000	-
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(70.346)	-
Juros corridos não vencidos	-	-	-	241.474	-
				<b>30.171.128</b>	<b>-</b>
				<b>188.995.136</b>	<b>288.831.843</b>

### b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2013	2012
Aplicações de tesouraria obtidas	-	-	-	11.033.000	1.789.000
Juros corridos não vencidos	-	-	-	175.185	203.209
				<b>11.208.185</b>	<b>1.992.209</b>
'Obrigações Sonaecom SGPS 2005'	150.000.000	jun-13	Final	150.000.000	-
'Obrigações Sonaecom SGPS 2010'	30.000.000	fev-13	Final	-	30.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(126.563)	-
Juros corridos não vencidos	-	-	-	502.055	-
				<b>150.375.492</b>	<b>30.000.000</b>
Papel comercial	150.000.000	jul-12	-	-	100.000.000
Papel comercial	25.000.000	jul-13	-	7.000.000	13.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(5.200)	-
Juros corridos e não vencidos	-	-	-	5.768	258.143
				<b>7.000.568</b>	<b>113.258.143</b>
Contas correntes	16.500.000	jul-13	-	8.575.000	-
Descobertos autorizados (Nota 9)	2.500.000	out-13	-	2.485.000	-
Descobertos bancários (Nota 9)	-	-	-	308.822	38.555
				<b>179.953.067</b>	<b>145.288.907</b>

## Empréstimos Obrigacionistas

Em junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em fevereiro e março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respetivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon. A 4 de fevereiro de 2013, a empresa liquidou o empréstimo obrigacionista de 30 milhões de euros.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3,5 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco BPI.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 2,39% (3,52% em 2012).

## Programas de Papel Comercial

Em julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de euros em julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Em junho de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 15 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 30 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa – Banco de Investimento e Caixa Geral de Depósitos. Adicionalmente, no mesmo período, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 25 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de um ano, organizado pelo Banco Santander Totta.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

Em 31 de março de 2013, os principais condicionalismos financeiros ('covenants') incluídos em contratos de dívida estão relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em setembro de 2011, no montante total de 100 milhões de euros e que estabelecem: (i) a obrigatoriedade de a Sonaecom, a Optimus, a Artis e a Optimus SGPS, assim como as empresas cujos ativos e EBITDA sejam iguais ou superiores a 15% dos ativos e do EBITDA consolidado (material subsidiaries) representem, no seu conjunto, 80% ou mais do EBITDA do grupo e dos Ativos Consolidados do grupo; e (ii) a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, este e outros empréstimos da Sonaecom estão abrangidos por cláusulas de *negative pledge*, as quais impõem determinadas restrições à oneração ou constituição de garantias reais sobre os ativos tangíveis das *material subsidiaries* e obrigam à manutenção de controlo sobre a Optimus. As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 31 de março de 2013 e na presente data, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados. Em resultado do processo negocial com o sistema financeiro, foram obtidas as necessárias aprovações, permitindo resolver os impactos da eventual fusão entre a Optimus e a Zon.

#### Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 29 milhões de euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.

Durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, o detalhe das 'aplicações tesouraria' recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2013	2012
Digitmarket	5.170.000	-
Sonaecom BV	3.650.000	-
Sonaetelecom BV	1.599.000	1.749.000
Saphety	260.000	-
Miauger	210.000	-
Sonae com SI	95.000	-
Sonaecom SP	49.000	40.000
	<b>11.033.000</b>	<b>1.789.000</b>

As aplicações de tesouraria de empresas do grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 3,12% e 3,80%, respetivamente.

Em 31 de março de 2013 e 2012, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5
<b>2013</b>					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	150.000.000	10.000.000	-	-
Juros	5.595.859	5.292.192	167.988	-	-
Papel comercial					
Amortização	-	-	30.000.000	-	-
Juros	1.187.520	1.187.520	396.925	-	-
	<b>6.783.379</b>	<b>156.479.712</b>	<b>40.564.913</b>	-	-
<b>2012</b>					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	150.000.000	140.000.000	-	-
Juros	9.439.500	6.471.505	5.503.397	-	-
Papel comercial					
Amortização	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-
	<b>9.439.500</b>	<b>156.471.505</b>	<b>145.503.397</b>	-	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a três anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente.

À data de 31 de março de 2013 e 2012, as linhas de crédito disponíveis pela empresa eram como se segue:

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
<b>2013</b>					
Papel comercial	30.000.000	30.000.000	-		x
Papel comercial	25.000.000	7.000.000	18.000.000	x	
Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-	x	
Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Contas correntes	16.500.000	8.575.000	7.925.000	x	
Descobertos autorizados*	10.000.000	-	10.000.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	2.485.000	15.000	x	
	<b>409.000.000</b>	<b>358.060.000</b>	<b>50.940.000</b>		
<b>2012</b>					
Papel comercial	150.000.000	100.000.000	50.000.000	x	
Papel comercial	30.000.000	13.000.000	17.000.000	x	
Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Papel comercial	10.000.000	-	10.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-	x	
Contas correntes	16.500.000	-	16.500.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
	<b>544.000.000</b>	<b>433.000.000</b>	<b>111.000.000</b>		

\* Pode também ser utilizado sob a forma de Papel comercial.

Em 31 de março de 2013 e 2012, não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

### 13. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Transferências	Utilizações	Saldo Final
<b>2013</b>						
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	-	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 16)	97.197.713	65.000	-	14.838.738	-	112.101.451
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 6 e 16)	17.204.998	1.760.000	-	(14.838.738)	-	4.126.260
Provisões para outros riscos e encargos	74.959	103.088	(706)	-	-	177.341
	<b>114.477.670</b>	<b>1.928.088</b>	<b>(706)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>116.405.052</b>
<b>2012</b>						
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	1.930	15.387	-	-	(1.833)	15.484
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 16)	80.122.497	-	-	-	-	80.122.497
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 6 e 16)	8.555.505	1.889.000	-	-	-	10.444.505
Provisões para outros riscos e encargos	68.654	2.280	-	-	-	70.934
	<b>88.748.586</b>	<b>1.906.667</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.833)</b>	<b>90.653.420</b>

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados, com exceção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do grupo e em outros ativos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' (Nota 16).

Em 31 de março de 2013 e 2012, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos', inclui o montante de 2.575 euros e 2.280 euros, respetivamente, registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício', atendendo à natureza da mesma (Nota 17). Adicionalmente, em 31 de março de 2013, o reforço da rubrica 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui, principalmente, o montante de 100.465 euros para fazer face a contingências diversas respeitantes a passivos prováveis resultantes de transações diversas e cuja saída de fundos é provável.

#### 14. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de março de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Outros credores	861.403	338.644
Estado e outros entes públicos	330.611	520.280
	<b>1.192.014</b>	<b>858.924</b>

#### 15. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de março de 2013 e 2012, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Trabalhos especializados	574.943	432.715
Rendas e alugueres	38.305	20.391
Deslocações e estadas	21.158	22.456
Seguros	12.458	12.894
Comunicação	10.776	4.989
Outros fornecimentos e serviços externos	19.657	12.033
	<b>677.297</b>	<b>505.478</b>

## 16. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2013	2012
<b>Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo</b>		
Perdas relativas a empresas do grupo (Notas 5, 6 e 13)	(1.825.000)	(1.889.000)
Ganhos relativos a empresas do grupo (Nota 7)	24.700.000	78.877.861
	22.875.000	76.988.861
<b>Outros custos financeiros</b>		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	(1.083.758)	(783.913)
Outros empréstimos	(2.109.336)	(2.966.264)
	(3.193.094)	(3.750.177)
Outros custos financeiros	(103.385)	(79.143)
	(103.385)	(79.143)
	(3.296.479)	(3.829.320)
<b>Outros proveitos financeiros</b>		
Juros obtidos	6.260.837	3.653.208
Diferenças de câmbio favoráveis	254	182
	6.261.091	3.653.390

Em 31 de março de 2013, os ganhos relativos a empresas do grupo respeitam a dividendos recebidos da filial Optimus SGPS.

Em 31 de março de 2012, os ganhos relativos a empresas do grupo respeitam a dividendos recebidos das filiais Optimus (46.726.961 euros), Optimus SGPS (17.434.926 euros), Sonae com SI (14.132.501 euros) e Sontária (583.473 euros).

## 17. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2013	2012
Imposto corrente	(179.982)	93.699
Provisão para impostos (Notas 7 e 13)	(2.575)	(2.280)
Saldo final	(182.557)	91.419

## 18. Entidades relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

					Saldos a 31 de março de 2013
	Contas a receber (Nota 8)	Contas a pagar (Nota 14)	Aplicações de tesouraria (Nota 9)	Outros ativos / (passivos)	Empréstimos concedidos / (obtidos) (Nota 6 e 12)
<b>Empresa-mãe</b>					
Sonae SGPS	-	16.266	-	(6.755)	-
<b>Subsidiárias</b>					
Miauger	(7.771)	-	-	308	(211.800)
Optimus SGPS	30.202.175	-	98.225.000	3.069.928	312.850.000
PCJ	203.019	-	90.000	24.443	4.690.000
Público	(2.375.168)	-	2.020.000	18.599	(468)
Sonae com SI	179.812	-	-	61.088	11.854.618
Sonaecom BV	61.083	2.935	-	4.001	(2.945.131)
Sonaetelecom BV	-	-	-	-	(1.611.476)
Sonaecom SP	12	-	-	-	(49.446)
<b>Outras partes relacionadas</b>					
Be Artis	(1.573.902)	2.807	-	1.628	-
Be Towering	198.429	-	-	-	-
Digitmarket	4.784	1.505	-	-	(5.208.279)
Lugares Virtuais	(160.037)	369	615.000	9.052	-
Mainroad	179.877	4.269	425.000	5.854	-
Optimus	3.714.762	156.022	-	(21.398)	-
Permar	(307)	-	-	-	-
Saphety	4.392	5.226	-	20.066	(264.418)
Wedo	128.146	-	2.613.000	262.033	(1.785)
Outros	(159)	206.780	-	(33.534)	-
	<b>30.759.147</b>	<b>396.179</b>	<b>103.988.000</b>	<b>3.415.313</b>	<b>319.101.815</b>

					Saldos a 31 de março de 2012
	Contas a receber (Nota 8)	Contas a pagar (Nota 14)	Aplicações de tesouraria (Nota 9)	Outros ativos / (passivos)	Empréstimos concedidos / (obtidos) (Nota 6 e 12)
<b>Empresa-mãe</b>					
Sonae SGPS	-	-	-	-	-
<b>Subsidiárias</b>					
Be Artis	61.216	2.771	8.040.000	4.311.741	194.179.000
Miauger	-	22.757	-	15.722	(1.287)
Optimus	46.553.806	98.670	-	1.946.468	(72.818)
Optimus SGPS	17.429.392	-	-	88	(85)
PCJ	165.586	-	-	21.361	5.145.000
Público	-	1.099.822	2.054.000	22.507	(6.259)
Sonae com SI	14.335.028	(3.163)	95.000	57.364	13.689.634
Sonaecom BV	442.613	-	-	85.136	16.774.000
Sonaetelecom BV	4.551	-	-	783	(1.624.492)
Sontária	583.473	278	165.000	121.378	2.674.383
<b>Outras partes relacionadas</b>					
Be Towering	-	564.631	6.870.000	244.434	(12)
Digitmarket	6.513	32.206	-	18.141	(38.283)
Lugares Virtuais	-	195.494	570.000	5.292	-
Mainroad	64.483	4.269	-	228.195	(6.105)
Wedo	7.501.079	-	3.090.000	130.747	(178)
Outros	69.454	189.771	-	(23.877)	(40.070)
	<b>87.217.194</b>	<b>2.207.506</b>	<b>20.884.000</b>	<b>7.185.480</b>	<b>230.672.428</b>

				Transações a 31 de março de 2013
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 15)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 16)	Proveitos suplementares
<b>Empresa-mãe</b>				
Sonae SGPS	-	-	-	-
<b>Subsidiárias</b>				
Miauger	-	-	(1.716)	-
Optimus SGPS	-	-	5.948.974	-
PCJ	-	-	67.562	-
Público	29.848	124	17.979	-
Sonae com SI	1.156	-	174.201	-
Sonaecom BV	-	-	(100.871)	-
Sonaetelecom BV	-	-	(12.476)	-
Sonaecom SP	-	-	(382)	-
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Optimus	779.235	262.068	-	26.035
Be Artis	-	6.846	-	-
Wedo	30.938	3.410	4.695	-
Outros	35.320	251.193	(22.715)	-
	<b>876.497</b>	<b>523.641</b>	<b>6.075.251</b>	<b>26.035</b>

				Transações a 31 de março de 2012
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos (Nota 15)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 16)	Proveitos suplementares
<b>Empresa-mãe</b>				
Sonae SGPS	(23.800)	4.500	119.568	-
<b>Subsidiárias</b>				
Miauger	-	-	(1.193)	-
Be Artis	-	3.593	2.551.808	-
Optimus	826.779	206.035	(71.263)	-
PCJ	-	-	62.280	-
Público	36.443	(4.412)	12.937	-
Sonae com SI	1.224	-	193.698	-
Sonaecom BV	-	-	461.651	-
Sonaetelecom BV	-	-	(14.112)	-
Sontária	-	6.422	31.691	-
Optimus SGPS	-	-	(22)	-
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Wedo	38.715	-	7.939	-
Outros	85.060	101.110	37.027	-
	<b>964.421</b>	<b>317.248</b>	<b>3.392.009</b>	<b>-</b>

Durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, a empresa reconheceu o montante de 24.700.000 euros e 78.877.861 euros, respetivamente, referente a dividendos de participadas (Nota 16).

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das entidades relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

## 19. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de março de 2013 e 2012, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2013	2012
Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	5.955.731	5.955.731
Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IS, IRC e IVA	2.696.853	2.142.717
Direção de Contribuições e Impostos	Outros	16.795	16.795
		<b>8.669.379</b>	<b>8.115.243</b>

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.249.232 euros.

Em 31 de março de 2013 e 2012, é convicção do Conselho de Administração da empresa que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

## 20. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do período (25.227.665 euros em 2013 e 76.677.097 euros em 2012) pelo número médio de ações existente durante os períodos findos em 31 de março de 2013 e 2012 deduzidas das ações próprias (361.738.638 em 2013 e 358.543.225 em 2012).

## 21. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 31 de março de 2013, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		31 março 2013	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
<b>Ações Sonaecom</b>					
Plano 2009	1,685	10-mar-10	08-mar-13	-	-
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	3	257.457
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	3	281.327
Plano 2012	1,505	08-mar-13	10-mar-16	3	186.159
<b>Ações Sonae SGPS</b>					
Plano 2009	0,761	10-mar-10	08-mar-13	-	-
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	3	282.926
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	3	561.619
Plano 2012	0,709	08-mar-13	10-mar-16	3	247.573

\* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS.

Durante o período findo em 31 de março de 2013, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Ações Sonaecom		Ações Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2012:				
Ainda diferidas	10	786.207	10	1.186.787
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>786.207</b>	<b>10</b>	<b>1.186.787</b>
Movimentos no período:				
Atribuídas	3	186.159	3	247.573
Vencidas	(4)	(247.423)	(4)	(342.242)
Saldo a 31 março 2013:				
Ainda diferidas	9	724.943	9	1.092.118
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>724.943</b>	<b>9</b>	<b>1.092.118</b>

Para os planos 2010 e 2012 de ações Sonaecom, SGPS, S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. Para o plano de 2011, a empresa celebrou com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, sendo a responsabilidade calculada com base no preço fixado no contrato. A responsabilidade dos três planos foi registada na rubrica 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'. Para os planos de ações Sonae SGPS, com exceção de um dos planos, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	Ações Sonae SGPS		Ações Sonaecom
	Plano 2010	Plano 2011	Plano 2011
Valor nominal	257.574	323.727	3.291.520
Maturidade	mar-14	mar-15	dez-16
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2		
Método de valorização	Custo atual de substituição		
<b>Justo valor*</b>	<b>16.776</b>	<b>200.206</b>	<b>1.387.220</b>

\* utilizada a cotação de 28 de março no apuramento do justo valor.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no período findo em 31 de março de 2013, são como se segue:

	Ações Sonaecom	Ações Sonae SGPS	Total
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	2.675.361	3.262.224	5.937.585
Custos reconhecidos no período	120.137	69.318	189.455
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(2.025.205)	(2.862.603)	(4.887.808)
<b>Custos de planos exercidos no período</b>	<b>(406.268)</b>	<b>(250.357)</b>	<b>(656.625)</b>
	<b>364.025</b>	<b>218.582</b>	<b>582.607</b>
Responsabilidade dos Planos	492.765	378.518	871.283
<b>Justo valor dos Contratos de cobertura (1)</b>	<b>(128.740)</b>	<b>(159.936)</b>	<b>(288.676)</b>
Registados em Outros passivos correntes	-	127.595	127.595
Registados em Outros passivos não correntes	-	90.987	90.987
<b>Registados em Reservas</b>	<b>364.025</b>	<b>-</b>	<b>364.025</b>

(1) A Sonaecom assinou contratos para cobertura da responsabilidade com os planos de incentivo de médio e longo prazo do grupo, transferindo posteriormente, através de contratos celebrados com as várias empresas do grupo, a responsabilidade relativa a cada empresa. O justo valor dos contratos de cobertura, considerado na tabela acima, corresponde à componente destinada a cobrir a responsabilidade dos planos dos colaboradores da Sonaecom SGPS.

## 22. Outros assuntos

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012 (Nota 5), entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, condicionado à concretização da fusão.

Em 21 de janeiro de 2013, foi anunciado, pelas administrações da Optimus SGPS e da Zon, a aprovação do respetivo projeto de fusão, estando este condicionado ainda à aprovação por parte dos acionistas nas respetivas Assembleias Gerais.

Em 7 de março de 2013, a Sonaecom, em nome da subsidiária Optimus, informou que o projeto de fusão por incorporação entre a Optimus SGPS e a Zon, datado de 21 de janeiro de 2013, e respetivos anexos, foram aprovados em reunião extraordinária de acionistas.

Não obstante, a implementação da fusão continua ainda condicionada à não oposição da Autoridade da Concorrência, à emissão de uma declaração de derrogação do dever de lançamento de oferta pública de aquisição obrigatória (OPA) por parte da CMVM (autorização do pedido de derrogação concedida em abril de 2013), e ao cumprimento de formalidades administrativas e jurídicas aplicáveis e necessárias à conclusão da fusão, de acordo com a legislação e os termos previsto no projeto de fusão.

A 15 de fevereiro de 2013 a Sonae e a France Télécom ('FT-Orange') concluíram um acordo que consiste na atribuição de uma opção de compra e de venda, respetivamente, dos 20% do capital da Sonaecom atualmente detidos por uma subsidiária da FT-Orange. A opção de compra da Sonae poderá ser exercida nos 18 meses seguintes e a opção de venda da FT-Orange nos 3 meses subsequentes. O preço de exercício de ambas as opções é de 98,9 milhões de euros, podendo ser elevado para 113,5 milhões de euros no caso de participação da Sonaecom ou da Optimus em alguma operação material de consolidação ou reestruturação do setor das Telecomunicações em Portugal, cujo anúncio tenha lugar nos 24 meses seguintes. Este acordo fica condicionado a que a CMVM confirme que dele não resulta o exercício concertado de influência com imputação à FT-Orange dos direitos de voto inerentes às ações da Sonaecom detidas pela Sonae, considerando ilidida a presunção prevista no art. 20.º, n.º 4, do Código dos Valores Mobiliários.

## 23. Eventos subsequentes

Em 18 de abril de 2013, a CMVM autorizou o pedido de derrogação de dever de lançamento de uma OPA na fusão entre a Optimus e a Zon.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 29 de abril de 2013.

## Anexo

A 31 de março de 2013, as partes relacionadas da Sonaecom, SGPS, S.A. são como segue:

Pessoal chave gerência - Sonaecom	
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Gervais Gilles Pellissier
Ana Paula Garrido Pina Marques	Jean-François René Pontal
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	José Manuel Pinto Correia
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Paulo Joaquim dos Santos Plácido
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Franck Emmanuel Dangeard	Rui José Silva Goncalves Paiva

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	José Manuel Neves Adelino
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	

Empresas do grupo Sonaecom	
Be Artis – Conceção ,Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	Sonaecom, SGPS, S.A.
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.	Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.
Cape Technologies Limited	Sonaetelecom BV
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Infosystems-Sociedade de Sistemas de Informação,S.A.	SSI Angola, S.A.
Lugares Virtuais, S.A.	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	Unipress – Centro Gráfico, Lda
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos., S.A.	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
Optimus – Comunicações, S.A.	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
OPTIMUS - SGPS, S.A.	WeDo Technologies Mexico, S de R.L.
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	We Do Technologies Panamá S.A.
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A.	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
Praesidium Services Limited	We Do Technologies Singapore PTE. LTD.
Público – Comunicação Social, S.A.	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Saphety Brasil Transações Eletrônicas Ltda.	WeDo Technologies Egypt LLC
Saphety Level – Trusted Services, S.A.	WeDo Technologies (UK) Limited
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	WeDo Technologies Americas, Inc.
Sonae com – Sistemas Informação, SGPS, S.A.	WeDo Technologies BV
Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia
Sonaecom BV	WeDo Technologies Chile SpA.
	ZOPT, SGPS, S.A.

## Empresas do grupo Sonae/Efanor

3DO Holding GmbH	BA Capital, SGPS, SA
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	BB Food Service, S.A.
8ª Avenida Centro Comercial, SA	Beralands BV
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Adlands B.V.	BHW Beeskow Holzwerkstoffe
Aegean Park, S.A.	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Boavista Shopping Centre BV
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom., S.A.	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A.
Airone – Shopping Center, Srl	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
ALEXA Holding GmbH	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA
ALEXA Shopping Centre GmbH	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Centro Residencial da Maia,Urban., S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Cinclus Imobiliária, S.A.
ARP Alverca Retail Park,SA	Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Arrábidasshopping – Centro Comercial, S.A.	Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Avenida M – 40 B.V.	Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.
Avenida M – 40, S.A.	Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.
Azulino Imobiliária, S.A.	Continente Hipermercados, S.A.
BA Business Angels, SGPS, SA	Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.

Cooper Gay Swett & Crawford Lt	Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A.
Craiova Mall BV	Harvey Dos Iberica, S.L.
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	HighDome PCC Limited
Darbo S.A.S	Iberian Assets, S.A.
Deutsche Industrieholz GmbH	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Discovery Sports, SA	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Dortmund Tower GmbH	Imoarea – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre B.V.	Imobiliária da Cacela, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.	Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Ecociclo II	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Edições Book.it, S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Emfísico Boavista	Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imoponte – Soc.Imobiliária, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imoresultado – Soc.Imobiliária, S.A.
Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.	Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.	Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.
Farmácia Selecção, S.A.	Imosonae II
Fashion Division Canárias, SL	Impaper Europe GmbH & Co. KG
Fashion Division, S.A.	Implantação – Imobiliária, S.A.
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Infofield – Informática, S.A.
Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Infratroia, EM
Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.	Inparsi – Gestão Galeria Comercial, S.A.
Frieengineering International Ltda	Inparvi SGPS, S.A.
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	Integrum - Energia, SA
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center	Integrum Colombo Energia, S.A.
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro	Integrum Martim Longo - Energia, S.A.
Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.	Interlog – SGPS, S.A.
Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.	Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.
GHP GmbH	Ioannina Development of Shopping Centres, SA
Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl	Isoroy SAS
Glunz AG	La Farga – Shopping Center, SL
Glunz Service GmbH	Laminate Park GmbH Co. KG
Glunz UK Holdings Ltd	Land Retail B.V.
Glunz Uka GmbH	Larim Corretora de Resseguros Ltda
GMET, ACE	Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.
Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.	Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.

LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA	Operscut - Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	OSB Deustchland GmbH
Libra Serviços, Lda.	PantheonPlaza BV
Lidergraf - Artes Gráficas, Lda.	Paracentro - Gest.de Galerias Com., S.A.
Loop5 Shopping Centre GmbH	Pareuro, BV
Loureshopping - Centro Comercial, S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Luz del Tajo - Centro Comercial S.A.	Parque Atlântico Shopping - C.C., S.A.
Luz del Tajo B.V.	Parque D. Pedro 1 B.V.
Madeirashopping - Centro Comercial, S.A.	Parque D. Pedro 2 B.V.
Maiashopping - Centro Comercial, S.A.	Parque de Famalicão - Empr. Imob., S.A.
Maiequipa - Gestão Florestal, S.A.	Parque Principado SL
Marcas do Mundo - Viag. e Turismo Unip, Lda	Pátio Boavista Shopping Ltda.
Marcas MC, ZRT	Pátio Campinas Shopping Ltda
Marina de Tróia S.A.	Pátio Goiânia Shopping Ltda
Marinamagic - Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda	Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda
Marmagno - Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Pátio Penha Shopping Ltda.
Martimope - Sociedade Imobiliária, S.A.	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
Marvero - Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Pátio Sertório Shopping Ltda
MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MDS Africa SGPS, S.A.	Peixes do Continente - Ind.Dist.Peixes, S.A.
MDS Consultores, S.A.	Pharmaconcept - Actividades em Saúde, S.A.
MDS Corretor de Seguros, S.A.	PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.
MDS Malta Holding Limited	PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda
MDS SGPS, SA	Plaza Éboli B.V.
MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA	Plaza Éboli - Centro Comercial S.A.
Megantic BV	Plaza Mayor Holding, SGPS, SA
Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Plaza Mayor Parque de Ócio BV
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Plaza Mayor Parque de Ocio, SA
Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda	Plaza Mayor Shopping BV
Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.	Plaza Mayor Shopping, SA
MODALLOOP - Vestuário e Calçado, S.A.	Ploi Mall BV
Modelo - Dist.de Mat. de Construção, S.A.	Plysolol, BV
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Poliface North America
Modelo Continente International Trade, SA	PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	Porturbe - Edifícios e Urbanizações, S.A.
Modelo.com - Vendas p/Correspond., S.A.	Praedium - Serviços, S.A.
Movelpartes - Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.	Praedium II - Imobiliária, S.A.
Movimento Viagens - Viag. e Turismo U.Lda	Praedium SGPS, S.A.
Mundo Vip - Operadores Turísticos, S.A.	Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.
Munster Arkaden, BV	Prédios Privados Imobiliária, S.A.
Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.	Predisedas - Predial das Sedas, S.A.
Norteshopping - Centro Comercial, S.A.	Pridelease Investments, Ltd
Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV	Proj. Sierra Germany 4 (four) - Sh.C.GmbH
Nova Equador Internacional, Ag. Viag. T, Ld	Proj.Sierra Germany 2 (two) - Sh.C.GmbH
Nova Equador P.C.O. e Eventos	Proj.Sierra Italy 1 - Shop.Centre Srl

Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl	SC, SGPS, SA
Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl	SCS Beheer, BV
Project SC 1 BV	SDSR - Sports Division 2, S.A.
Project SC 2 BV	Selfrio,SGPS, S.A.
Project Sierra 2 B.V.	Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Project Sierra 6 BV	Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Project Sierra 7 BV	Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda
Project Sierra 8 BV	Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.
Project Sierra 9 BV	Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.
Project Sierra Brazil 1 B.V.	Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.
Project Sierra Charagionis 1 S.A.	Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.
Project Sierra Four, SA	Shopping Centre Parque Principado B.V.
Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV	Shopping Penha B.V.
Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV	Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A.
Project Sierra Spain 1 B.V.	SIAL Participações Ltda
Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.	Sierra Asia Limited
Project Sierra Spain 2 B.V.	Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.
Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.	Sierra Berlin Holding BV
Project Sierra Spain 3 B.V.	Sierra Central S.A.S
Project Sierra Spain 6 B.V.	Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.
Project Sierra Spain 7 B.V.	Sierra Charagionis Propert.Management S.A.
Project Sierra Three Srl	Sierra Corporate Services Holland, BV
Project Sierra Two Srl	Sierra Development Greece, S.A.
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Developments Germany GmbH
Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.	Sierra Developments Holding B.V.
Puravida – Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Developments Italy S.r.l.
Quorum Corretora de seguros LT	Sierra Developments Romania, Srl
Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.	Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL
RASO - Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Developments, SGPS, S.A.
RASO, SGPS, S.A.	Sierra Enplanta Ltda
Rio Sul – Centro Comercial, S.A.	Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.
River Plaza Mall, Srl	Sierra GP Limited
River Plaza, BV	Sierra Investimentos Brasil Ltda
Rochester Real Estate, Limited	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
RSI Corretora de Seguros Ltda	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.
S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Investments Holding B.V.
Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.	Sierra Investments SGPS, S.A.
SC – Consultadoria, S.A.	Sierra Italy Holding B.V.
SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.	Sierra Management Germany GmbH
SC Aegean B.V.	Sierra Management Italy S.r.l.
SC Assets SGPS, S.A.	Sierra Management Romania, Srl
SC Finance BV	Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.
SC Mediterraneum Cosmos B.V.	Sierra Management, SGPS, S.A.

Sierra Portugal, S.A.	Sondis Imobiliária, S.A.
SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Sontel BV
SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sontur BV
SISTAVAC, S.A.	Sonvecap BV
SKK – Central de Distr., S.A.	Sopair, S.A.
SKK SRL	Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist
SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos	Spanboard Products, Ltd
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Spinaraq – Engenharia, Energia e Ambiente, SA
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Spinveste – Gestão Imobiliária SGI, S.A.
Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.	Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
Soconstrução BV	Sport Retalho Espanha – Servicios Gen., S.A.
Sodesa, S.A.	Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.
Soflorin, BV	Sport Zone – Turquia
Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Sport Zone Canárias, SL
Solinca - Eventos e Catering, SA	Sport Zone Espanha-Com.Art.de Deporte,SA
Solinca - Health and Fitness, SA	Spred, SGPS, SA
Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.	Stinnes Holz GmbH
Solinfitness – Club Malaga, S.L.	Tableros Tradema, S.L.
Solingen Shopping Center GmbH	Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL
SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA	Tafibra Polska Sp.z.o.o.
Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.	Tafibra South Africa
Somit Imobiliária	Tafibra Suisse, SA
SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA	Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.
Sonae Capital Brasil, Lda	Tafisa Canadá Societé en Commandite
Sonae Capital,SGPS, S.A.	Tafisa France, S.A.
Sonae Center II S.A.	Tafisa UK, Ltd
Sonae Center Serviços, S.A.	Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.	Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS
Sonae Indústria – SGPS, S.A.	Tecmasa Reciclados de Andalucía, SL
Sonae Industria de Revestimentos, S.A.	Têxtil do Marco, S.A.
Sonae Indústria Manag. Serv, SA	Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Tlantic Sistemas de Informação Ltdª
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A.
Sonae RE, S.A.	Tool GmbH
Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.	Torre Ocidente Imobiliária, S.A.
Sonae SGPS, S.A.	Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.
Sonae Sierra Brasil S.A.	TP – Sociedade Térmica, S.A.
Sonae Sierra Brazil B.V.	Troia Market, S.A.
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	Tróia Natura, S.A.
Sonae Tafibra Benelux, BV	Troiareort – Investimentos Turísticos, S.A.
Sonae Turismo – SGPS, S.A.	Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sonae UK, Ltd.	Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos	Unishopping Administradora Ltda.
SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.	Unishopping Consultoria Imob. Ltda.

Urbisedas - Imobiliária das Sedas, S.A. Valecenter Srl Valor N, S.A. Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, S.A. Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, S.A. Via Catarina - Centro Comercial, S.A. Viajens y Turismo de Geotur España, S.L. Vistas do Freixo, SA Vuelta Omega, S.L. Weiterstadt Shopping BV	World Trade Center Porto, S.A. Worten - Equipamento para o Lar, S.A. Worten Canárias, SL Worten España, S.A. ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A. Zippy Turquia Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A. ZYEVLUTION-Invest.Desenv.,SA.
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Empresas do grupo FT	
France Télécom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.

## ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação do setor das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projeta”, “pretende”, “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as nossas expectativas atuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de atualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no website da Sonaecom  
[www.sonae.com](http://www.sonae.com)

Contatos para os media e investidores

Isabel Borgas  
Responsável de Comunicação Institucional  
[isabel.borgas@sonae.com](mailto:isabel.borgas@sonae.com)  
Tel: +351 93 100 20 20

Carlos Alberto Silva  
Responsável de Relação com Investidores  
[carlos.alberto.silva@sonae.com](mailto:carlos.alberto.silva@sonae.com)  
Tel: +351 93 100 24 44

A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange.  
Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo “SNC.LS” e na Bloomberg através do símbolo “SNC:PL”.

Sonaecom SGPS, SA  
Rua Henrique Pousão, 432 – 7º  
4460-841 Senhora da Hora  
Portugal